

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Sheila Alves de Oliveira

DISCURSO JORNALÍSTICO EM TEMPOS DE INTERNET: Os embates de sentido na
representação de Dilma Rousseff durante a campanha de 2014

Recife
2016

SHEILA ALVES DE OLIVEIRA

DISCURSO JORNALÍSTICO EM TEMPOS DE INTERNET: Os embates de sentido na representação de Dilma Rousseff durante a campanha de 2014

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Fabiele Stockmans De Nardi

Recife
2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Nathália Sena, CRB4-1719

O48d Oliveira, Sheila Alves de
Discurso jornalístico em tempos de internet: os embates de sentido na
representação de Dilma Rousseff durante a campanha de 2014 / Sheila
Alves de Oliveira. – Recife, 2016.
124 f.: il.

Orientadora: Fabiele Stockmans De Nardi
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2016.

Inclui referências.

1. Mídia tradicional e alternativa. 2. Ciberespaço. 3. Ideologia. 4.
Política. 5. Representação discursiva I. De Nardi, Fabiele Stockmans
(Orientadora). II. Título.

302.23 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017- 207)

SHEILA ALVES DE OLIVEIRA

**DISCURSO JORNALÍSTICO EM TEMPOS DE INTERNET: Os Embates
de Sentido na Representação de Dilma Rousseff Durante a Campanha de
2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito para a obtenção do
Grau de Mestre em LINGUÍSTICA em 29/8/2016.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Fabiele Stockmans De Nardi
Orientadora – LETRAS - UFPE

Prof^a. Dr^a. Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo
CIÊNCIAS DA LINGUAGEM - UNICAP

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho
FALE - UFAL

Recife
2016

A José Heleno e Roselene Alves, meus pais,
pessoas que lutaram para que eu pudesse chegar até aqui.
A vocês, meu respeito, meu amor e minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Um amontoado de nomes, rostos e gestos de ajuda me vêm à mente neste momento, tentarei organizar.

Começo por agradecer ao repouso espiritual oferecido pelo meu bom Deus, aproveito para mencionar a comunidade Nossa Senhora das Graças no Distrito de São Lázaro, formada por pessoas que souberam ser paz nos momentos em que eu era pura ansiedade.

Agradeço à minha base, meu refúgio, estes que me acompanham e nutrem em mim a determinação que hoje tenho: minha família. Sem eles, dificilmente teria chegado até aqui. José Heleno, Roselene Alves, Michele Alves, Manoel Victor, Elis Maria e Arthur Miyazaki, obrigada!

À minha orientadora, Fabiele Stockmans, pelo incansável trabalho de lapidação desta pesquisa. Aprendi observando-a que honestidade e compromisso são virtudes indispensáveis a um bom profissional. És um exemplo, doce Fabi!

Ao professor Helson Sobrinho, que através de uma leitura perspicaz abriu novos caminhos e reflexões acerca do andamento desta pesquisa.

Aos professores do PPGL/UFPE, em especial aos que tive a honra de participar das aulas: Nelly Carvalho, Benedito Bezerra, Evandra Grigoletto, Siane Goes, Joice Armani e, reforçando os agradecimentos, Fabiele Stockmans.

À Dirce Jaeger, professora que primeiro partilhou comigo as maravilhas e complexidades do mundo discursivo, orientando minhas primeiras pesquisas na área da AD.

Ao professor Dennys Dikson que, a pedido de um amigo em comum, teve a generosidade de contribuir para as reflexões do projeto que resultaram neste trabalho. Presenciei uma atitude humana e, acima de tudo, solidária.

Aos meus professores, todos eles. Tenho em mim marcas desses profissionais que sempre emergem e legitimam o tamanho da importância que tiveram/têm em minha vida.

Aos colegas do PPGL que se tornaram meus grandes amigos e com os quais mantenho um lindo laço de cumplicidade: André, Camila, Carolina, Girllayne, Isaac, Rafael, Rita,

Severino, Shirleide e minha companheira de orientações, Vanessa. Foram eles meus grandes achados.

Aos fraternos e inseparáveis amigos do período da graduação. A solidez com que mantemos nossa amizade só comprova o que Mário Quintana já dizia: “A amizade é um amor que nunca morre”.

À equipe que forma a secretaria do PPGL, em especial às duas pessoas que foram indispensáveis na minha trajetória durante o mestrado: Jozaías e Diva. Os direcionamentos, o carinho, tudo isso guardarei em minha memória.

À instituição UFPE, em especial ao PPGL pela oportunidade a mim concedida de desenvolver esta pesquisa sendo amparada por profissionais tão capacitados, orgulho-me de ter feito parte desse todo.

Enfim, desejo estender esses agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse sonho acadêmico. Obrigada, muito obrigada!

Em todo dizer há confronto do simbólico com o político: todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder. Essas relações se definem por sua inscrição em diferentes formações discursivas que representam diferentes relações com a ideologia, configurando o funcionamento da língua regida pelo imaginário.

*Eni Orlandi, **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos***

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar o funcionamento do discurso jornalístico no ciberespaço, considerando a produção de sentidos sobre o político nas chamadas mídias tradicional e alternativa(s). Partindo da concepção de mídia enquanto prática discursiva, e assim, relacionada ao simbólico e ao político, a busca central desta pesquisa está pautada na maneira como a ideologia possibilita a pluralidade de representações discursivas de um mesmo objeto, no caso de nossa pesquisa, a então candidata à presidência, Dilma Rousseff. Sob a perspectiva da Análise de Discurso peuceuxtiana, que nos possibilitou pensar a Linguagem pelo viés ideológico, mobilizamos as noções de materialidade, ideologia e representação para compreender como diferentes possibilidades de sentido têm se manifestado num ambiente que, aparentemente, parece agregar diferentes práticas discursivas: o ciberespaço. Para desenvolver nossa discussão, buscamos, num primeiro momento, pensar teoricamente a mídia em relação ao político, e o quanto esse vínculo colabora decisivamente na constituição e circulação de sentidos. Em seguida, abordamos a noção de ciberespaço e o quanto esse ambiente tem abarcado vozes destoantes do que é comumente divulgado na mídia tida como tradicional. Num segundo momento, desenvolvemos uma discussão relacionada ao caráter material do discurso, considerando os demais conceitos da AD que auxiliam no entendimento do funcionamento ideológico da Linguagem, tais como formações ideológicas, formações discursivas, forma-sujeito e posições-sujeito. O terceiro momento diz respeito à constituição do *corpus*, orientada pelo recorte temporal das eleições de 2014 e pelo trajeto temático voltado aos discursos sobre Dilma, veiculados pelas páginas oficiais no *Facebook* de duas revistas nacionais: *Época* e *Caros Amigos*, assim como seus respectivos sites. Dessa maneira, pudemos observar que a mídia tradicional (representada pela *Época*), apesar de tomar para si o discurso da neutralidade jornalística, apresenta em suas práticas discursivas indícios de um discurso marcadamente de direita. Nossas análises apontam para um processo de homogeneização da figura de Dilma Rousseff, num trabalho de deslegitimação que se produz mediante o apagamento da figura política e uma asseveração de um olhar para o “indivíduo”, questionando sua capacidade em ocupar o cargo da presidência do Brasil, baseado em características pessoais. No segundo direcionamento analítico, a mídia tida como alternativa (representada pela *Caros Amigos*) desenvolve uma abordagem de cunho mais político e menos individualista, propondo debates em torno da proposta política da candidata.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia Tradicional e Alternativa(s). Ciberespaço. Ideologia. Política. Representação Discursiva.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo investigar el funcionamiento del discurso periodístico en el ciberespacio, teniendo en cuenta la producción de sentidos respecto a la política en los medios de comunicación tradicional y alternativo. Desde la concepción de los medios como una práctica discursiva, y por lo tanto en relación con lo simbólico y lo político, la búsqueda central de esta investigación está basada en el modo como lo ideológico permite la pluralidad de representaciones discursivas de un mismo objeto, en el caso de nuestra investigación, la candidata a la presidencia de la república, Dilma Rousseff. Desde la perspectiva del Análisis del Discurso peuceuxiana, lo que nos permitió pensar el Lenguaje por el sesgo ideológico, movilizamos las nociones de materialidad, ideología y representación para entender cómo las diferentes posibilidades de sentido se han manifestado en un entorno que aparentemente parece añadir diferentes prácticas discursivas: el ciberespacio. Para desarrollar nuestra discusión, buscamos, en principio, pensar teóricamente, que los medios de comunicación respecto a lo político, y cómo este vínculo contribuye de manera decisiva en la constitución y direcciones de sentidos. A continuación, abordamos a la noción del ciberespacio y cómo este entorno ha abrazado voces discordantes que se ha divulgado en los medios de comunicación considerados como tradicionales. En un segundo momento, hemos desarrollado una discusión relacionada al carácter material del discurso, teniendo en cuenta los otros conceptos del AD que ayudan en la comprensión del funcionamiento ideológico del lenguaje, tales como formaciones ideológicas, formaciones discursivas, forma-sujeto y posiciones del sujeto. El tercer punto se refiere a la constitución del corpus, guiada por el marco de tiempo de las elecciones de 2014 y por la ruta temática hacia discursos sobre Dilma, vehiculados por las páginas oficiales en el Facebook de dos revistas nacionales: Época y Caros amigos, así como sus respectivos sites. De este modo, podemos observar que el medio de comunicación tradicional (representado por la revista Época), a pesar de tomar para sí el discurso de la neutralidad periodística, presenta en sus prácticas discursivas indicios de un discurso marcadamente de derecha. Nuestros análisis señalan para un proceso de homogeneización de la figura de Dilma Rousseff, en un trabajo de deslegitimación que se produce mediante el desaparecimiento de la figura política y una aseveración de una mirada al "individuo", cuestionando su capacidad para ocupar el cargo de Presidenta de Brasil basado en las características personales. En la segunda dirección analítica, los medios de comunicación considerados como una alternativa (representado por Caros amigos) desarrolla un enfoque

más político y menos individualista, proponiendo debates acerca de la propuesta política de la candidata.

Palabras clave: Medios Tradicionales de Comunicación y Alternativos (s). Ciberespacio. Ideología. Política. Representación discursiva.

SUMÁRIO

1	PRÉVIAS CONSIDERAÇÕES: A POLÍTICA HOJE.....	11
2	INTRODUÇÃO.....	12
3	OS EMBATES ENTRE TRADICIONAL E ALTERNATIVO(S) NA ESFERA MIDIÁTICA BRASILEIRA.....	17
3.1	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE MÍDIA.....	19
3.2	UM OLHAR SÓCIO-HISTÓRICO-IDEOLÓGICO SOBRE MÍDIA E POLÍTICA NO BRASIL.....	23
3.3	AS MÍDIAS ALTERNATIVAS E A TENTATIVA DE RUPTURA.....	42
3.4	O CIBERESPAÇO E A POTENCIALIZAÇÃO DAS MÍDIAS ALTERNATIVAS.....	51
4	TECENDO MOVIMENTOS NA TEORIA DO ENTREMEIO.....	60
4.1	A CONSTITUIÇÃO IDEOLÓGICA DO DISCURSO.....	63
4.2	O POLÍTICO, O JORNALISMO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS.....	73
5	ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE DILMA ROUSSEF..	82
5.1	CONSTRUINDO O CAMINHO ANALÍTICO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	86
5.2	A REPRESENTAÇÃO DA CANDIDATA DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA ÉPOCA.....	92
5.2.1	A Dilma antipática e impopular.....	96
5.2.2	Dilma como porta-voz de Lula.....	101
5.3	A REPRESENTAÇÃO DA CANDIDATA DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA <i>CAROS AMIGOS</i>	108
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121

1 PRÉVIAS CONSIDERAÇÕES: A POLÍTICA HOJE

Desenvolver uma pesquisa no terreno arenoso da mídia, tendo por temática principal a política, coloca-nos num caminho percorrido por muitos teóricos, mas que ainda manifesta desafios significativamente complexos. Quando pensei em analisar os discursos jornalísticos sobre a política nacional, os acontecimentos latentes ainda se associavam aos protestos de junho de 2013. Equiparadas às manifestações de 1992 pelo *Impeachment* do então presidente da República, Fernando Collor, os protestos de 2013 reivindicavam, no ápice de adesão da população, temas como melhoria nos serviços públicos, zelo pelas riquezas do país e o fim da corrupção. Este último, um dos que mais ganhou força.

Hoje, segundo semestre de 2016, estamos presenciando mais um processo de *Impeachment*, dessa vez contra a figura objeto de nossa análise, Dilma Rousseff, a atual presidente do Brasil. Como veremos, a nossa pesquisa trata de outro período – as eleições de 2014 – mesmo assim, o que analisamos sobre o funcionamento da mídia nesse recorte temporal parece nos servir de pista para compreender o atual cenário político brasileiro. Manifestações de 2013, eleições de 2014, enfim, os acontecimentos divulgados pela mídia, principalmente por veículos tidos como tradicionais, acabam por contribuir significativamente na constituição do imaginário social, colaborando para a ‘adesão’ ou ‘reprovação’ de decisões que afetam a sociedade como um todo. Mariani fala um pouco sobre isso quando atribui ao discurso jornalístico o caráter colaborativo na cristalização da memória do passado e na construção da memória do futuro. (1996, p.64). O que analisamos neste trabalho acerca da representação de Dilma em 2014 parece ecoar nas atribuições que são feitas a ela hoje, pelos veículos da grande mídia, como forma de justificar o processo de *impeachment*.

Ouso dizer, em consonância com os estudos da AD, que o discurso nos serve de observatório para o funcionamento da Ideologia e, ao contrário do que alguns pregam, esta continua operando na prática política e nas relações estabelecidas dentro da sociedade. Sendo assim, os sentidos que se fazem presentes na mídia, assim como em qualquer outro lugar, são determinados ideologicamente, por isso a possibilidade de deslizamentos, por isso a possibilidade de serem sempre outros. A situação política que hoje enfrentamos é fruto de um trabalho cotidiano, exaustivo e incansável, ideologicamente determinado e discursivamente praticado. Nosso trabalho enquanto analistas é investigar esse funcionamento, compreender as motivações e considerar que, enquanto sujeitos discursivos que somos, fazemos parte de todo esse jogo simbólico, interpretando e sendo interpretados discursivamente.

2 INTRODUÇÃO

Em oposição a essa verdade histórica multiforme e teoricamente não-transparente, vale a pena refletir sobre esses processos ideologicamente heterogêneos, contraditórios, assimétricos e deslocadores, considerando-os relacionados a transformações práticas, que aparecem perante os nossos olhos nas formas sócio-históricas da subjetividade, nos métodos organizacionais das lutas, na percepção dos acontecimentos e nos registros da discursividade.

Michel Pêcheux. **Ideologia: Aprisionamento ou campo paradoxal?**

O avanço tecnológico desenvolvido na chamada *Era da Informação* tem possibilitado paradigmas sociais cada vez mais globalizados. Nesta conjuntura de mundialização (ORLANDI, p.5, 2011), presenciamos movimentos discursivos afetando e sendo afetados pelos artefatos resultantes dessa conjuntura, um deles o digital. O ciberespaço, local de comunicação virtual, tem desempenhado o papel de aproximar cada vez mais discursos divergentes na esfera social, travando verdadeiros embates, mas também profundas aproximações de sentidos. A característica de ser um local real, porém não físico, propicia a pessoas do mundo todo a possibilidade de interação, independentemente do espaço geográfico em que estejam. Entre as modificações trazidas pela internet, as redes sociais têm sido apontadas como um espaço em que outras vozes, que não aquelas que dominavam os meios tradicionais de informação, podem se fazer ouvir, o que faz com que sentidos outros possam aparecer em meio ao trabalho de fortalecimento/institucionalização de discursos historicamente dominantes na sociedade, num processo que tem a ideologia como combustível principal. Entretanto, o advento do ciberespaço não inaugurou um ambiente totalmente novo, livre das práticas sociais já existentes, como veremos ao longo de nosso trabalho. O que sucede corrobora para um pensamento de que também no ciberespaço há luta, poder, contradição, enfim, os elementos que influenciam a constituição dos sentidos nas diferentes esferas sociais, demonstram atuar também nos ambientes virtuais.

Embora entendamos nesse trabalho a mídia como um sistema complexo, para os objetivos propostos, trabalharemos a mídia a partir de uma divisão inicial entre mídia tradicional e mídias alternativas. Embora não haja consenso sobre essa forma de designar a mídia, e nem seja nosso objetivo propor a existência de um modo homogêneo de funcionamento que caracterize cada uma das mídias designadas, entendemos que a divisão se sustenta em nosso trabalho uma vez que a pensamos pelo viés ideológico, ou seja, sobre quais formações ideológicas incidem no funcionamento discursivo desses diferentes meios de

comunicação. É preciso dizer ainda, que essa classificação não é própria dos meios virtuais, havendo de se considerar, no entanto, que esse espaço proporcionou considerável visibilidade aos diferentes veículos de comunicação que nos meios tradicionais talvez não conseguissem estabelecer. Esse pode ser um dos motivos que tenha despertado o interesse de muitos jornais e revistas nas ferramentas propiciadas pela Internet, o que tem resultado numa grande quantidade de veículos presentes no mundo virtual, disponibilizando informações a todo o momento. As possibilidades oferecidas pela internet – comunicação em larga escala, alcance global, dentre outros – têm influenciando não só a produção, como também a recepção deste grande acúmulo de informação.

Comumente, atribui-se à mídia, especificamente ao mundo jornalístico, o dever de informar, de propor debates e selecionar temas a partir do que se julga ser prioridade. Tais atribuições, como veremos mais adiante, acabam por produzir formas simbólicas que fazem a intermediação realidade-pessoas, afetando as representações discursivas que preenchem a visão de mundo dessas mesmas pessoas quanto aos mais variados objetos e acontecimentos presentes na sociedade. Sendo assim, partiremos da premissa de que as informações resultantes dos processos midiáticos nunca terão como característica fundamental a neutralidade, visto que o ato de informar se dá a partir do uso da linguagem, o que nos possibilita analisar o funcionamento midiático pelo viés discursivo. Para isso, optamos pela linha teórica da Análise de Discurso (doravante AD) que nos dará o suporte necessário para compreendermos o motivo pelo qual o uso da Linguagem não pode se equiparar a uma prática neutra, devido ao fato de seu funcionamento estar vinculado ao meio social do qual faz parte.

Tomando os elementos sociais como parte importante na constituição da Linguagem e, conseqüentemente, de seu funcionamento, um dos caminhos percorridos pela AD e que nos propicia fôlego teórico para pensar a mídia enquanto prática discursiva diz respeito às reflexões pecheuxianas que trazem o conceito de Ideologia para o centro da discussão sobre o discurso. É ela quem se manifesta no fio discursivo e acaba por naturalizar/produzir a “realidade” segundo os interesses daqueles que detêm o poder na sociedade. Esse pensamento é justificado por Pêcheux ao falar da impossibilidade de analisar o funcionamento discursivo apenas pelo viés linguístico. Para o autor,

[...] os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem ser, efetivamente, concebidos como funcionamento, mas com a condição de acrescentar que esse funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual deste termo, e que não se pode defini-los senão em referência à estrutura da formação social em que se encontram. (PÊCHEUX, 1967, p. 218).

O discurso, enquanto “fenômeno linguístico superior à frase”, requer de nós, analistas, o trabalho de compreender seu funcionamento em relação à formação social do qual emerge e, conseqüentemente, da estrutura político-ideológica que existe nessa realidade social. Pêcheux faz essas considerações ainda no estágio embrionário do que viria a ser a AD, pensada, reformulada e aprofundada ao longo dos anos que se seguiram. Cabe ressaltar que o interesse de Pêcheux em unir linguagem e Ideologia às reflexões sobre o discurso pode ser entendido através da leitura althusseriana da obra de Marx, num trabalho que girava em torno da chamada teoria geral das ideologias, assunto que discutiremos ao longo do trabalho.

Como dito, a estrutura político-ideológica é aproximada dos estudos acerca do discurso com o intuito de compreender o funcionamento discursivo e a constituição dos sentidos. Vemos aí a relevância do fator político no que diz respeito aos encaminhamentos teóricos pensados por Pêcheux, a exemplo temos o amplo interesse, já nos trabalhos iniciais em AD, pelo discurso político, objeto visto como privilegiado na busca por compreender o funcionamento ideológico a nível discursivo. Pensando assim, percebemos que também no ciberespaço o discurso político-midiático é um importante aliado para os estudos que tendem a se interessar pelo processo discursivo associado ao funcionamento ideológico. As *redes sociais* têm mostrado o quanto assuntos ligados à política acabam por render posicionamentos distintos quanto aos fatos que são divulgados, a política nacional é um exemplo. E quando falamos em redes sociais, estamos tratando de um fenômeno que tem movido a sociedade e reconfigurado a maneira de se comunicar, não apenas entre sujeitos com perfis pessoais, mas também entre estes sujeitos e instituições das mais diferentes esferas sociais, é o caso das páginas oficiais de marcas, veículos de comunicação, enfim, de empresas que buscam um espaço de atuação também nesse ambiente. Muito disso se deve ao fato do trabalho de divulgação vinculado ao longo alcance que essas ferramentas sociais têm alcançado. No Brasil, 87% dos usuários de internet acessam alguma rede social, segundo pesquisa do Ibope¹.

Ao observar as diferentes maneiras de se lidar com informações nas redes sociais, especificamente em uma delas, o *Facebook*, percebemos que os recursos oferecidos (compartilhamento de notícias, postagens divulgadas, vínculo entre usuários) acabam por fazer circular, em nível muito mais amplo, os diferentes posicionamentos sobre os mais diversos temas de interesse social. Como dito anteriormente, o cenário político nacional tem ganhado destaque nessas discussões. Observando tais interesses, optamos por investigar o

¹ Ibope Nielsen Online agosto/2011: Disponível em: http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=h_ome_materia&db=caldb&doid=C2A2CAE41B62E75E83257907000EC04F.

funcionamento do discurso jornalístico no ciberespaço, no período entre o início da propaganda eleitoral (06 de julho de 2014) e a realização do segundo turno das eleições (26 de outubro do ano referido), pautando nosso interesse sobre como a ideologia possibilita a pluralidade de representações discursivas de um mesmo objeto, no caso de nossa pesquisa, a então candidata à presidência, Dilma Rousseff. Decidimos analisar as discursividades em torno de Dilma, devido ao lugar de evidência por esta ocupado, tanto por ser uma das candidatas à presidência, como por ser a atual figura a preencher a vaga, disputando, em 2014, a reeleição.

Para desenvolver os objetivos de nossa pesquisa, dedicamos atenção às condições sócio-históricas e ideológicas que cercam a produção do discurso jornalístico na mídia veiculada no ciberespaço, perspectiva fundamentada pela AD. Optamos, então, por realizar em nossa análise um trajeto temático voltado aos discursos que tem Dilma Rousseff como objeto do qual se *fala sobre*. O recorte temporal – segundo semestre do ano de 2014 – foi considerado por se tratar do período em que aconteceram as eleições presidenciais. Coletamos o material a partir das postagens realizadas pelas páginas oficiais no *Facebook* de duas revistas nacionais: *Época* e *Caros Amigos*. Para, a partir dessas publicações, adentrarmos aos sites que esses veículos de comunicação possuem na rede. A proposta é analisar os mecanismos discursivos utilizados, tanto nas postagens do *Facebook*, quanto nas matérias divulgadas nos sites, a fim de investigar os processos de representações discursivas nesses dois ambientes. O intuito foi, a partir da constituição do arquivo, precisar o nosso objeto de análise: o discurso jornalístico sobre Dilma Rousseff no ciberespaço. Feito isso, a análise foi desenvolvida pensando nos mecanismos de produção de sentidos que permeiam tal discursividade, tais como a noção de paráfrase que nos serve como mecanismo de apreensão do que Pêcheux (1997) chamou de matriz de sentido, ou seja, o que num grupo de enunciados mantém certa recorrência.

Como o intuito do trabalho recai sobre a constituição das representações, observaremos se é a mesma matriz de sentido que permeia tanto a mídia tradicional quanto a alternativa. Desta forma, pensaremos na constituição das representações a partir das expressões que fazem referência à Dilma, e como essas escolhas linguísticas criam limites de significação quanto ao objeto a que se refere. No jornalismo predomina a modalidade do discurso *sobre* (MARIANI, 1996), ou seja, diz-se sobre um objeto ao designá-lo, ao adjetiva-lo, ao relacioná-lo a acontecimentos outros, e esse modo de dizer o objeto acaba por construí-lo, por definir o que ele é e como se deve entendê-lo, resultando em uma falsa sensação de literalidade, de

referente logicamente estabilizado. A partir deste enfoque, agrupamos as sequências discursivas que se mostraram representantes do *corpus* coletado.

O presente trabalho foi dividido em três capítulos. O *primeiro capítulo* aborda os embates entre o tradicional e o alternativo na esfera midiática brasileira. O interesse da discussão pelo conceito de mídia se deve ao fato de que, como a pesquisa abarcou sites de revistas a partir de suas postagens na rede social *Facebook*, entendemos que mais de um veículo foi mobilizado, caracterizando uma parceria de cunho midiático. Sendo assim, apesar do viés predominante ser o jornalístico, refletimos no primeiro capítulo sobre os avanços que a mídia sofreu no decorrer das mudanças sociais, desde a predominância das mídias tradicionais à pluralidade alternativa, potencializada pelo ciberespaço. Buscamos também compreender a íntima relação entre mídia e política, e como esse vínculo é fator decisivo para que haja a pluralidade de posicionamentos dentro do sistema midiático, tendo por base dessa relação a Ideologia. O *segundo capítulo* discute alguns conceitos ligados ao funcionamento da mídia, pensando-os pelo viés da AD pècheuxtiana, para assim construirmos um dispositivo teórico capaz de embasar o nosso gesto de interpretação frente ao objeto de análise. Sabemos que todo gesto de interpretação parte de um posicionamento, desta maneira, o trabalho do analista é marcado por uma opção teórico-política que o direcionará às possíveis respostas de sua questão de pesquisa. Sendo assim, nosso interesse recai especialmente sobre o conceito de Ideologia e, com ele, os de formações ideológicas, formações discursivas, posição-sujeito e representação. Trabalhamos no *último capítulo* o percurso metodológico de constituição do *corpus*, bem como as condições de produção que o constituem, para que possamos pensar nas possíveis formações discursivas ao analisar a discursividade presente no *corpus*. Também ao longo do terceiro capítulo falaremos sobre a escolha das revistas que representaram a mídia tradicional e a mídia alternativa, ressaltando que essas duas nomenclaturas são utilizadas com ressalvas, comprovando ou refutando seus usos ao término das análises.

3 OS EMBATES ENTRE TRADICIONAL E ALTERNATIVO(S) NA ESFERA MIDIÁTICA BRASILEIRA

*...o termo guerra ideológica apareceu recentemente, pretendendo caracterizar as diversas operações midiáticas de massa desenvolvidas (em média de maneira eficaz) pela grande burguesia multinacional contra tudo o que resiste a sua política. A ideia subjacente é que é preciso responder por uma contra-propaganda ainda mais eficaz: à guerra como na guerra...
Subentendido: todos os meios são bons.*

Michel Pêcheux. **Foi “propaganda” mesmo que você disse?**

Pensar a mídia de maneira a desprender-se da ideia central de neutralidade defendida por diversos veículos do meio requer que falemos sobre os próprios desdobramentos que constituem o processo midiático, as diversas maneiras de ‘significar’ os fatos. Objetivamos, neste primeiro capítulo, compreender a íntima relação entre mídia e política, e como esse vínculo é fator decisivo para que haja a pluralidade de posicionamentos dentro do sistema midiático. Falar em pluralidade, no entanto, não implica pensar que esse sistema venha a dar espaço, necessariamente, a discursos diversos. Esse efeito de pluralidade pode, muitas vezes, ocultar uma espécie de homogeneização central rodeada por posicionamentos divergentes que se encontram à margem deste núcleo. O que queremos problematizar neste trabalho é justamente a dinâmica do sistema midiático enquanto espaço de diferentes dizeres. Propomos a pensar, portanto, se sob a máscara do diverso, do plural, há efetivamente o diferente, posições outras, deslocamentos de sentido.

Aos falarmos em mídia e em pluralidade de posicionamentos, tomando como referência temporal os dias de hoje, temos na internet um dos lugares em que tais características têm sido evidenciadas. Devido a isso, optamos por coletar os materiais que nos serviram de *corpus* para esta pesquisa no ambiente supracitado; por isso, dedicaremos, ainda neste capítulo, um momento para refletir sobre as características centrais dos espaços virtuais e sua relação com a sociedade. Antes disso, porém, situaremos teoricamente nosso entendimento sobre o que venha a ser mídia, além de traçarmos um breve percurso histórico sobre o desenvolvimento midiático no Brasil, concentrando o olhar nas interferências do político no midiático e vice-versa.

Quando propusemos um estudo sobre os efeitos de sentido produzidos pela mídia tendo por temática o viés político, consideramos a necessidade de compreendê-los em conjunto com perspectivas teóricas que tratassem do processo de constituição social dos sentidos na materialidade linguística. A Análise do Discurso (AD) de linha francesa deu-nos

subsídios para que pudéssemos pensar o discurso da mídia sobre Dilma Rouseff a partir das condições de produção, da historicidade, como também das relações de sentido em que são produzidos esses dizeres. Pensar o político na linguagem sempre foi um dos interesses dessa área teórica, pois a própria AD teve em seus trabalhos iniciais um amplo interesse pelo discurso político, visto a possibilidade de pesquisar o funcionamento ideológico da linguagem em um objeto, pode-se dizer, privilegiado.

O interesse por compreender os processos discursivos que sustentam o discurso político parece ter ganhado novo fôlego atualmente, como dito por Zoppi-Fontana (2011, p.65): “estudos recentes têm trazido novamente para a reflexão teórica um objeto caro aos pesquisadores em Análise do discurso: o discurso político”. Ainda segundo a autora, muitos são os trabalhos que se interessam pelos efeitos da midiaticização das práticas políticas. Esse retorno do discurso político ao centro das discussões, assim como o olhar atento dos analistas do discurso ao meio midiático, em muito se deve ao papel decisivo que a mídia vem desenvolvendo no cenário político, seja pela participação ativa nas principais decisões políticas, seja no modo como tem divulgado as ações de tal cenário, enfim, muitos a consideram como o principal dispositivo discursivo da sociedade pós-moderna². E quando falamos na importância desse dispositivo, é interessante reconhecer o quanto as inovações tecnológicas contribuíram para a difusão midiática que temos acompanhado em nossa sociedade. Piovezani (2007), ao investigar as transformações no discurso político contemporâneo, ressalta que as inovações tecnológicas, “em conjunto com uma série de transformações históricas de diferentes durações, parecem ter contribuído para o advento de mudanças bastante significativas nas práticas de produção e de interpretação dos discursos políticos.” (*idem*, p.116). É o que veremos adiante, ao tratarmos do discurso político pelo viés da AD. (cf. subseção 2.2).

² A noção de pós-modernidade é trazida para os estudos filosóficos e sociais de forma a contemplar a época na qual vivemos e, tão complexa quanto a sociedade atual é a definição do conceito em suas diferentes instâncias. No entanto, o que aparece em comum em todas elas é a referência a um período marcado pela queda de esquemas totalizantes, inclusive na política. Como o recorte deste trabalho não inclui a noção em suas reflexões diretas, pensaremos o conceito de maneira mais simplória, vinculada às noções que trataremos no capítulo seguinte (a ideologia é um exemplo). Um dos teóricos que trata do tema é o filósofo esloveno Slavoj Žižek, que na obra *Em defesa das causas perdidas* (2011), desenvolve um percurso teórico de crítica ao consenso liberal-democrático e à economia capitalista que se instauraram na sociedade atual. É partindo desse pressuposto que Žižek defende a retomada das grandes narrativas e a defesa das ‘causas perdidas’, pois para o autor, o período da “‘pós-modernidade’ como o ‘fim das narrativas grandiosas’ é um dos nomes dessa situação difícil em que a multiplicidade de ficções locais viceja contra o pano de fundo do discurso científico como única universalidade remanescente privada de sentido.” (2011, p. 43). No entanto, essa possível adesão à pluralidade, visto a decadência das ‘grandes narrativas’, mascara a dependência social nas estruturas fundamentais em que a sociedade contemporânea se assenta: as ligadas ao mercado, ou seja, podemos falar em combate ao racismo, à xenofobia, à fome, desde que esses dizeres não coloquem em risco a própria existência do mercado.

Começaremos, então, por apresentar algumas considerações sobre a mídia, seu funcionamento e o papel que exerce na consolidação de imaginários sobre os sujeitos e os eventos que ‘notícia’, como veremos na próxima subseção.

3.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE MÍDIA

Nosso ponto de partida para esse trabalho é a compreensão de que um dos papéis fundamentais da mídia na sociedade é o de divulgar interpretações. São essas interpretações que ocupam o lugar dos fatos, dos acontecimentos propriamente ditos, auxiliando na modelação da história que, junto à língua e ao social, constituem-nos como sujeitos discursivos. Partiremos, então, da premissa de que a mídia ocupa lugar privilegiado na constituição e circulação dos discursos na sociedade, pois é nesse espaço que ocorrem grandes lutas pela significação. Podemos considerar os meios midiáticos enquanto lugares que (re)constroem representações e significados a partir de estratégias de legitimação que formam uma complexa rede discursiva vinculada ao meio social do qual fazem parte. Essas representações percorrem a sociedade diariamente, exaustivamente, num trabalho do simbólico em que linguagem e sentidos vão dando forma ao imaginário social sobre o mundo que nos cerca. Isso nos faz questionar o imaginário de mídia enquanto reprodutora da ‘verdade’, enquanto aquela que mantém um distanciamento do que é noticiado, numa espécie de soberania que a credencia a informar o que acontece na sociedade. Contrapondo-se a esta perspectiva, consideramos que há uma relação de interdependência entre a mídia e a sociedade, de tal forma que uma sofre interferência da outra, e vice-versa, no que diz respeito as suas bases constitutivas. Falaremos um pouco mais sobre isso no decorrer do capítulo.

Sobre o uso do termo ‘mídia’, muitas vezes acabamos por utilizá-lo para designar uma amplitude de fenômenos e acontecimentos que giram em torno não apenas do jornalismo, como também da publicidade, do entretenimento, etc, nos mais diferentes meios possíveis. Muito disso se deve ao amplo uso do termo, como também ao fato de a maioria dos trabalhos não definirem conceitualmente o que chamam de mídia, optando por um subentendimento pautado no senso comum. Foi pensando nisso que resolvemos marcar o campo de utilização deste termo, pelo menos no desenvolver de nosso trabalho. Para tanto, buscamos entender a mídia como o conjunto dos principais veículos de um sistema de comunicação³ social,

³ Aprofundaremos no cap.II as noções de comunicação e não-comunicação trazidas por Pêcheux ao questionar a conceito de língua enquanto instrumento de comunicação. O autor refuta tal consideração, ao afirmar que esta

priorizando pensá-la “como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico”. (GREGOLIN, 2007a, p.13). Tradicionalmente seriam as emissoras de rádio e TVs, jornais, revistas, e, atualmente, a internet. A definição de mídia enquanto conjunto de veículos de comunicação tem embasamento na etimologia da palavra que, vinda do latim *media/meios* (forma plural de *médium/meio*), era utilizada para se referir aos meios de intermediação, ao sistema através do qual eram passadas as informações.

O uso da palavra *mídia* no Brasil foi resultado do aportuguesamento do termo em inglês: *media*. A designação foi gradativamente incorporada pelos próprios profissionais da área, principalmente do setor publicitário, no decorrer do tempo o uso se tornou cada vez mais comum. Foi natural, então, que outras características se unissem à definição de conjunto de veículos de comunicação, como no que aponta Dela-Silva (2008, p. 09) ao falar sobre o processo de institucionalização da TV no Brasil, para a autora, “ser mídia equivale a possuir uma ampla circulação e um ritmo de produção industrial, que permite o alcance junto ao público.”. Essa perspectiva industrial surge como consequência da busca cada vez maior por público, por ‘consumidores’ dos ‘produtos’ ofertados pela mídia, é nesse cenário que os veículos de comunicação buscam atingir um acúmulo de público cada vez maior, dando força ao que pode ser entendido como mercantilização da notícia, (voltaremos a isso).

Enveredando por caminhos mais específicos, cabe a nós a tarefa de expor não apenas a definição pesquisada do que seria a mídia, mas também o posicionamento que firmamos a respeito de seu funcionamento. Em comunhão com o que teoriza Gregolin, entendemos que as mídias

desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. (2007a, p.16).

Essa mediação da qual nos fala Gregolin não acontece de forma transparente, muito menos ‘imune’ à conjuntura social na qual os envolvidos estão inseridos. A mídia tende a fortalecer imagens já cristalizadas como também a fazer parte de um movimento de resistência, uma espécie de processo de reformulação de representações, sendo todo esse jogo permitido pela opacidade da língua, como também pela ideologia que encobre esta opacidade, assuntos que serão mais bem trabalhados no desenvolver desta pesquisa.

“permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não-comunicação(...)” (PÊCHEUX, 2009, p.83, grifos do autor). Entendemos ser relevante fazer essa ponderação sobre comunicação, já que nosso interesse recai sobre a mídia pelo viés da língua enquanto possibilidade dos processos discursivos.

Sinalizados os primeiros posicionamentos acerca do funcionamento midiático, faz-se pertinente resgatar um pouco da história da mídia – início e desenvolvimento – a fim de observarmos as características centrais e periféricas de seu funcionamento, assimilando a este resgate o que temos de direcionamento teórico, tanto sobre a mídia em si, como ao trabalho discursivo que se dá no seu interior.

Pensar no início dos trabalhos midiáticos não é uma tarefa simples. É difícil precisar quando e onde algo surgiu, mas uma das coisas que pode nos auxiliar nessa tarefa diz respeito a refletir sobre a capacidade do homem de se comunicar e como tal fato é fundamental para a vida em sociedade. A necessidade humana de fazer circular informações precede à escrita, pois somos parte de um todo constituído de relações interdependentes, tanto em âmbito econômico, quanto social, desde as primeiras civilizações. Sendo assim, os temas de interesse comum eram colocados aos demais através de discussões e trocas de experiências por meio de reuniões em lugares públicos. Esses lugares receberam o nome de *esfera pública*, conceito desenvolvido pelo alemão Jürgen Habermas e revisitado pelo próprio autor anos depois. Sem pretender expor o conceito em sua complexidade, é interessante marcar que o autor desenvolve essa noção de esfera pública em ligação à burguesia, isso já no sec. XVIII. Esse espaço, longe de ser acessível a todos, permitia a participação apenas de uma parcela do público que possuísse “propriedade e formação educacional” (HABERMAS, 2003, p.107) e tinha por objetivo fundamental intermediar as relações entre o Estado e as necessidades da sociedade representada por essa parcela burguesa. É esse espaço descrito pelo autor “como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões” (*idem* p.92), que será o responsável por representar a opinião pública formulada após as discussões deste grupo sobre determinados temas de interesse comum.

Com o passar do tempo, a relevância de assuntos voltados à política, à economia e à própria sociedade em si fizeram com que a carência de difusão de informações fosse acentuada. É então que a mídia, favorecida pelas condições sociais, políticas e tecnológicas, surge para responder à carência, unindo-se aos interesses do meio social que, de certa forma, diziam respeito a uma parcela ‘privilegiada’ da sociedade. Dessa união irrompem os problemas referentes às questões de representatividade social nos veículos midiáticos, pois os meios de comunicação não atendem à demanda de todos os segmentos sociais que desejam ou tentam participar do debate estabelecido na mídia. Esta exclusão da esfera midiática sugere também uma exclusão da esfera pública, algo que não é próprio apenas desse período inicial, mas de todo o decorrer da mídia na sociedade, inclusive no Brasil, como veremos mais à frente (cf. seção 1.2).

Entretanto, a mídia que hoje conhecemos não é resultado apenas dessas recorrências que mantiveram costumes passados, houve também profundas mudanças que fizeram e ainda fazem parte de sua história. Tais adaptações estão ligadas não apenas ao tempo e sua ordem cronológica, mas também ao tipo de sociedade da qual emergiam, as mudanças estão intimamente ligadas a maneira pela qual a mídia se materializa na sociedade. Hoje contamos com materiais jornalísticos e/ou publicitários de diferentes naturezas e formas, que possuem em seus modos de estruturação, motivações ligadas, como dissemos, ao espaço e ao tempo em que surgiram/surgem nas mais diversas configurações sociais. Essa relação entre estrutura dos meios de comunicação e as características próprias de uma sociedade – seus traços culturais – ressaltam a força da ligação e, conseqüentemente, da influência mútua que uma exerce sobre a outra. O teórico canadense Harold Innis (2011) desenvolve uma reflexão que muito elucida essa junção, nela, o autor ressalta o impacto dos meios tecnológicos nas civilizações.

Para ele, a relação constitutiva entre sociedade e tecnologia (inserida nesta, os meios de comunicação) não se dá apenas de um para o outro, as tecnologias também sofrem constitutivamente as interferências de uma dada sociedade em que estão incorporadas. Os veículos de comunicação seriam então os principais agentes inseridos nessa disputa, afetando e sendo afetados pelo tempo e espaço dos quais fazem parte. Innis (2011, p.103) afirma que “a relativa ênfase no tempo ou no espaço irá implicar um viés de significação para a cultura no qual está inserido”. Há sociedades, por exemplo, que tendem ao viés do tempo, nelas, os meios comunicativos/informativos permitem preservar o conhecimento por longos períodos, nessa perspectiva, livros afiguram-se como um transporte no tempo, pois a função é transmitir. Em contrapartida, as sociedades inclinadas ao viés do espaço concentram seus interesses no presente e no futuro, fazendo ecoar nas mídias predominantes a busca por acúmulo de informações, longo alcance e leveza. Um jornal, por exemplo, por sua forma leve e de cunho predominantemente comunicacional, é um transporte no espaço. O autor desenvolve esse estudo levando em consideração as sociedades ocidentais do sec. XX que, segundo ele, tendem pelo viés do espaço, de forma a cooperar para a privatização dos meios comunicativos, diminuindo a participação no regime democrático e aumentando as técnicas de influência nas sociedades, já que o interesse principal se dá no alcance a longa distância.

Faz-se interessante essa menção às diferentes possibilidades de manifestação dos meios midiáticos para podermos pensar a relação intrínseca entre a sociedade brasileira e os veículos de comunicação (jornais e revistas) que circularam/circulam no país, como também os diferentes meios pelos quais a informação chega à população. Nosso intento na seção seguinte será explanar o percurso histórico da mídia tradicional no Brasil, focalizando o

interesse na díade mídia-sistema político, a fim de apreendermos os elementos que contribuem para essa confluência. Como veremos, a conjuntura política e social da qual o nosso país foi palco acabou por determinar a natureza das informações transmitidas, moldando, de certa forma, características sociais a esse meio específico de veiculação de informações. Podemos pensar, em consonância com o estudo de Innis (2011), em uma ‘via de mão dupla’ aqui no Brasil, em que mídia e sociedade afiguram-se concomitantemente.

3.2 UM OLHAR SÓCIO-HISTÓRICO-IDEOLÓGICO SOBRE MÍDIA E POLÍTICA NO BRASIL

Como dissemos no início deste capítulo, mídia e política possuem um íntimo vínculo que permite a possibilidade de diferentes posicionamentos em relação a um mesmo fato. Para investigar quais são os elementos que fazem parte dessa relação, é relevante trazermos à discussão o panorama histórico que serviu de fundo para tal vínculo. Levaremos em consideração alguns elementos históricos que nos parecem tocar diretamente na relação fundamental entre os meios de comunicação e a política vigente na sociedade da qual eles fazem parte. A finalidade é entender o processo midiático em seu funcionamento, observando como se dá essa relação inseparável de regulação, principalmente no que diz respeito à forma como a mídia regula a política num trabalho de constituição do imaginário social através dos discursos veiculados por esses meios.

Azevedo (2006), em texto que propõe refletir sobre a relação entre sistema midiático e sistema político, aponta algumas características da mídia brasileira que parecem recorrentes ao longo do tempo,

Historicamente algumas das características mais notáveis do nosso sistema de mídia permanecem imutáveis: o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, a pequena diversidade externa do ponto de vista político e o viés conservador, a baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores e, como conseqüência, no campo da grande imprensa, um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes. (AZEVEDO, 2006, p. 89)

Como veremos no desenvolver desta subseção, as características apontadas pelo autor como sendo comuns à atuação midiática permanecem ativas em diferentes sistemas políticos que atravessaram o Brasil, tanto no período de emergência da mídia, como nos dias atuais. O autor ainda pontua o surgimento tardio da imprensa no Brasil e a centralidade e hegemonia da

televisão como outros fatores pertencentes ao sistema midiático brasileiro. Para chegar a essa conclusão, desenvolve um levantamento histórico, partindo do tempo em que o Brasil ainda era colônia de Portugal.

Para o autor (*idem*), neste período, boa parte do mundo já ‘colhia os frutos’ de um sistema midiático sólido, pois a invenção da prensa móvel pelo alemão Johannes Gutenberg nos anos de 1450 desencadeou a propagação de vários impressos produzidos em longa escala. Houve nesse período a conhecida revolução da escrita impressa. Os efeitos dessa revolução foram quase que instantâneos, pois as vantagens eram evidentes: aumentou-se a capacidade de produção e, conseqüentemente, a velocidade na distribuição, e o custo era muito menor, pois além da mobilidade, a tinta também era fabricada pelo alemão. Enquanto a invenção de Gutenberg impulsionava a propagação da mídia impressa pela Europa, o Brasil seguia isolado do mundo pela política colonial de Portugal, que restringia o desenvolvimento do país. Os portos eram fechados para o comércio internacional e não eram permitidas fábricas, escolas superiores ou até mesmo a impressão de livros e jornais em terras brasileiras.

Vemos, então, um dos primeiros vínculos entre sistema político e sistema midiático no nosso país, pois a história da imprensa no Brasil está diretamente ligada à colonização portuguesa. Essa política colonial só veio a perder força no início do século XIX, período em que houve a transferência da corte para o Brasil e a liberação das restrições portuárias. Essa abertura dos portos – apenas às nações amigas – se deu em 1805. Sodré (1999) fala sobre o aumento da busca pela leitura nesse período, mesmo com a população nativa do país quase que inteiramente analfabeta. Era o início das condições mínimas para o estabelecimento da imprensa: infraestrutura para seu desenvolvimento e um grupo, ainda que pequeno, de leitores no país. Lustosa (2003) data o ano de 1808 como marco inicial do surgimento da imprensa no Brasil. *O Correio Braziliense*⁴ foi inaugurado nesse ano, a edição e distribuição eram feitas a partir de Londres e direcionadas ao público brasileiro. O jornal chegava ao país através de contrabando e destacava-se pelos comentários ácidos endereçados à Corte recém-chegada ao país.

⁴ Publicado por Hipólito da Costa entre os anos de 1808 a 1822, o *Correio Braziliense* surge com o objetivo de vincular-se à educação política da elite brasileira, difundindo o ideário liberal no país. Periotto (2012), em proposta de estudo vinculando esse jornal à história da educação no Brasil, fala sobre as tentativas de Hipólito de interferir na realidade colonial brasileira, como também de seu projeto de desenvolvimento social para o Brasil assentado no modelo inglês. Segundo a autora (*idem*), o jornalista “creditava à ação da imprensa a característica de papel educativo, convicto de que esse era um meio ideal de difusão dos conhecimentos demandados pelas sociedades progressistas, insistindo na correta aplicação das práticas que faziam as nações poderosas e alheias aos costumes incivilizados, prejudiciais à acumulação e produção da riqueza.” (p.50). Com esse objetivo principal de conscientização social sobre política, o caráter educativo inerente ao conteúdo do *Correio Braziliense* confirma-se, tanto que com a independência do Brasil, Hipólito encerra as atividades do jornal, auxiliar poderoso para o estabelecimento das bases de formação da burguesia brasileira.

Três meses depois, ainda em 1808, surge *A Gazeta do Rio de Janeiro*, considerada pioneira na atividade, tornando-se assim, o primeiro jornal impresso do país. Esse pioneirismo, no entanto, não o torna genuinamente brasileiro, pois sua função era muito mais a apresentação dos documentos e feitos da família real do que aquela relativa aos acontecimentos sociais que permeavam o país naquele espaço de tempo. Lia-se um Brasil e um mundo perfeitos, porém ilusórios, segundo Sodré (1999). Tem-se, então, um exemplo de veículo de comunicação ligado diretamente ao poder vigente, com funções bem específicas. Meirelles (2008, p.54) fala sobre as motivações que levaram ao surgimento da *Gazeta do Rio de Janeiro*,

É mais uma das necessidades que a corte tinha neste momento, porque o governo precisa se reestruturar deste lado do Atlântico, afinal de contas o Rio está se tornando capital. A imprensa nasce com uma necessidade do próprio governo de noticiar, não só para os habitantes aqui da corte, os acontecimentos cotidianos e centrais deste novo momento da história portuguesa ou mais precisamente luso-brasileira. Mas nasce também como uma necessidade de informação transatlântica, porque a *Gazeta*, o que a minha pesquisa mostrou, ela circula nos dois lados do atlântico, ao longo destes anos.

Como colocado pela autora, a *Gazeta* surge com o intuito de priorizar matérias de interesse da Coroa em detrimento de outras que pudessem comprometer a imagem de uma política centralizada e fortalecida em um único pólo. Evidencia-se, aqui, a dependência da *Gazeta* ao poder centralizador representado pelo imperador da corte. Outro ponto que pode ser destacado a respeito das notícias vinculadas na *Gazeta* era a presença excessiva do que acontecia na Europa, dificilmente o Brasil ganhava lugar de destaque, e quando isso acontecia, a voz que falava pertencia à Europa, como ressalta Mariani (2003, p.33) em texto dedicado ao discurso jornalístico do período de 1808: “As vozes veiculadas são procedentes do Velho Mundo, desempenhando um papel importante na organização da memória histórica do Brasil. O brasileiro não fala nestes jornais, ele é falado pelo europeu”. É interessante assinalarmos que os dois primeiros jornais a circular no país já traziam visões distintas sobre o sistema político representado pela Coroa. É o início da relação entre veículos de comunicação e o poder vigente no nosso país, relação marcada por alianças e afrontamentos.

Após esse período modesto, a imprensa brasileira só veio a ampliar seus territórios quase duas décadas depois, no ano de 1821, quando novos jornais começaram a aparecer. Um fato histórico que impulsionou essa difusão foi a Independência, o Brasil deixa de ser uma colônia e passa a poder desenvolver uma estrutura de Estado. Ainda assim, havia um intenso

controle sobre todas as obras que chegavam ao Brasil, o objetivo era impedir a circulação de ideias novas, como as propagadas pelo *Iluminismo*⁵, que já tinham provocado a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa. Mesmo assim, outros gêneros jornalísticos começaram a surgir, como panfletos, pasquins e pequenas folhas que, em consonância com a estrutura simplória, tiveram vida breve e contingente (voltaremos a isso na seção 1.2).

Ainda sobre a Gazeta do Rio de Janeiro, é nas edições deste período de 1821 que as vozes vindas da Europa cedem espaço as de representantes do Brasil, mesmo assim, estes continuam mantendo traços ideológicos marcados pelo poder colonizador europeu, visto que se trata de uma parcela representativa das classes dominantes (burguesia) do Brasil. A “imprensa brasileira” da época ensaiava seus passos na busca por firmar seu lugar no país, mas os interesses principais não correspondiam às demandas da sociedade do tempo. Ainda em Mariani, “Nos raros momentos em que se tematizava o Brasil, tratava-se mais de um discurso sobre o Brasil e não um discurso jornalístico brasileiro propriamente dito.” (2003, p.33). Ou seja, apesar de se ter brasileiros escrevendo na Gazeta, não há uma aproximação entre quem ocupa a posição de representante e o povo que é representado. Além desse problema, há o fato de a Gazeta nesse período ainda estar a serviço da Corte, o que faz com que esse veículo tenha a elite e a monarquia falando em nome do povo, legitimados a essa função por terem suas vozes inscritas no discurso jornalístico deste jornal.

Percebemos que desde o surgimento da Gazeta até o ingresso de escritores brasileiros na publicação, poucas alterações sobre a linha editorial foram realizadas. Pudemos reparar, ainda, que os serviços prestados ao governo persistiram, numa espécie de nivelamento ideológico sobre os interesses da Coroa e as notícias veiculadas pelo impresso. Nesse período de transição em que o Brasil caminha para estabelecer-se Estado, ocorrem mudanças significativas no sistema político brasileiro, mesmo assim, a relação parece persistir. Voltamos, então, aos questionamentos sobre os elementos que conduzem essa relação intrínseca e constitutiva entre política (poder vigente) e veículos de comunicação.

O que propusemos nesta seção foi compreender teoricamente o processo que relaciona política e sistema midiático, tendo como respaldo a história da mídia no Brasil. Em menos de

⁵ Também conhecido como *Século das Luzes*, esse período desenvolveu-se entre os séculos XVII e XVIII e teve como característica fundamental a mobilização da razão para uma reforma social, além de tecer várias críticas a toda e qualquer crença. Em 1783, o filósofo Immanuel Kant descreve o que seria esse movimento no artigo intitulado *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* (Resposta à pergunta: O que é o Iluminismo?). Para o autor (2005), “Iluminismo é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem.”

duas décadas de levantamento histórico desde a instituição da imprensa no Brasil, o que pudemos apreender foi que, já nessa época, o trabalho da imprensa não se tratava de uma abordagem neutra dos fatos, pelo contrário, o posicionamento político pôde ser observado nos primeiros exemplares que foram instituídos no país. Tal relação pode ser mais bem investigada se tomarmos por base dessa junção o trabalho da ideologia na maneira como a sociedade é representada pelos veículos de comunicação, em suma, como se dá o funcionamento ideológico na mídia enquanto instituição.

Os estudos althusserianos, principalmente os que tratam de compreender como instituições sociais acabam por servir de ‘suporte’ para a materialização da ideologia, trouxeram-nos alguns fundamentos para tais inquietações. Falamos aqui do que o autor chama de *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Antes, porém, de explanarmos tal conceito, é preciso recuperar as considerações feitas pelo autor acerca de uma outra noção: a de *Ideologia*⁶. Althusser, ao retomar a teoria marxista, busca entender o papel da ideologia no modo de produção capitalista. Para tanto, o autor propõe esboçar sua teoria pensando o funcionamento da ideologia num nível mais concreto, afastando-se da concepção de ideologia enquanto formada por ideias, mas sim, por práticas. Segundo o autor,

[...] considerando apenas um sujeito (tal indivíduo), a existência das ideias da sua crença é material, porque as suas ideias são *actos* materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que relevam as ideias desse sujeito. (ALTHUSSER, [1969] 1985, p. 88-89 *grifo do autor*).

Desse modo, a Ideologia é tida pelo autor como um sistema atribuído de lógica e de características próprias de representação. Ou seja, é na Ideologia que os sujeitos representam o mundo para si mesmos, suas ideias são atos materiais que estão inseridos em práticas materiais, o que, de certa forma, alimenta a sensação de uma representação autêntica da realidade, mas que, através do trabalho da Ideologia, trata-se de uma representação ideológica da realidade. Se, de acordo com o autor, a Ideologia materializa-se nas práticas sociais, é necessário entender como ocorre determinado processo. Althusser afirma que “estas práticas são reguladas por rituais em que elas se inscrevem, no seio da existência material de um aparelho ideológico” ([1969], 1985, p.87). Podemos dizer então que a produção e a

⁶ Neste momento do trabalho, faremos breves considerações acerca do conceito de Ideologia, isso porque o retomaremos no capítulo II, quando atentarmos para a manifestação da Ideologia através de sua materialidade específica: o discurso.

disseminação da ideologia são feitas pelos *Aparelhos Ideológicos de Estado* (doravante AIE). Sobre tais aparelhos o autor conceitua que

Um Aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte”. (ALTHUSSER, 1999 p. 104, grifos do autor). (p.21)

Aqui o autor fala em *Ideologia de Estado*, buscaremos, mais à frente, entender qual(is) filiação(ões) social(is) está(ão) vinculada(s) a essa ideologia, tomando as manifestações midiáticas no Brasil como apoio. Ainda nesse trecho, Althusser fala que um AIE nada mais é que um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, esses agrupamentos ‘atuam’ nas mais variadas esferas sociais e foram especificados pelo autor em uma lista dita ‘provisória’. Dentre as oito denominações⁷, aparece o *AIE da Informação* que, como os outros, formam um sistema constituído por diferentes instituições e organizações. No caso do AIE da Informação, o autor cita “a imprensa (os diferentes jornais ou grupos de jornais, a RTF⁸ e uma quantidade de publicações e de organizações).” (*idem*, p.103).

Sendo assim, dentro da perspectiva althusseriana, a mídia, enquanto conjunto de instituições, é considerada um AIE, à medida que estas instituições acabam por servir de suporte para a ideologia que se realiza no interior desses aparelhos, o que garante a unidade nesse complexo conjunto de veículos. Sendo assim, o que procuramos mostrar até agora e o que seguiremos observando é como a mídia, vista por nós como um AIE, trabalha para manter os interesses das classes que detêm maior poder. Isso, entendemos, se mostra com muita força no período em que o Brasil avança para se tornar Estado e, como dito anteriormente, apesar das significativas mudanças no cenário político, o nivelamento ideológico acaba por persistir entre classes que detêm o poder e veículos de comunicação.

É possível nessa perspectiva entender o motivo pelo qual os periódicos que não atendiam às demandas do poder vigente (das classes dominantes) eram fortemente combatidos, entender por que jornais foram censurados, jornalistas espancados e tipografias

⁷ Althusser (1999, p.264) considera como AIE as instituições ligadas ao meio religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, da informação e cultural.

⁸ Sigla da empresa pública Rádio-Televisão Francesa.

fechadas. A forte repressão por parte do governo explica a vida curta da maioria dos periódicos contrários ao sistema político que detinha o poder do país. Ainda assim, a instituição imprensa difundia-se pelo país, isso em meados de 1821, como dito anteriormente. Em 1825, já sob o regime de uma monarquia independente, a impossibilidade de reprimir a imprensa levou o governo a estabelecer leis regulamentadoras. Sodré (1999) ressalta que essa lei determinava a proibição de escritos contra a moral, os bons costumes, a tranquilidade pública, a Constituição, o Imperador, ou seja, contra qualquer forma de objeção à Coroa ou a sua forma de governar. Os artigos, que em teoria poderiam conter diferentes opiniões de seus escritores, teriam que ser assinados e as provas tipográficas seriam submetidas ao procurador da Coroa. A liberdade de imprensa era garantida, mas só após infundáveis ressalvas, o que fazia do lema liberdade uma grande falácia. Isso porque o que era permitido ser vinculado era definido a partir dos interesses da Coroa, ou seja, se trata de um funcionamento ideológico marcado pelo atravessamento dos interesses de classe claramente expressos na forma de agir sobre a lei e com ela. Tudo em nome do domínio do AIE responsável por propagar as *informações*.

Podemos, aqui, observar duas tentativas do poder vigente de suprimir os possíveis desnivelamentos ideológicos vindos por parte da mídia da época: (1) repressão pela força; (2) controle, em forma de censura, do que pode ser publicado, ou não. Podemos aproximar o que aqui chamamos de *poder vigente* ao que Althusser, em sua releitura de Marx, chama de Estado, assim, poderemos compreender melhor esse trabalho de controle do que pode ou não ser dito pelos periódicos, observando o que tais atitudes denunciam. Retomando o conceito de Estado da tradição marxista⁹ e tendo o cuidado de não renegá-la, Althusser aponta o caráter de teoria descritiva dessas primeiras considerações sobre Estado e orienta que é necessário aprofundar-se em uma teoria propriamente dita. Para tanto, o autor aponta ser necessária a compreensão dos mecanismos do Estado em seu funcionamento, para isso, acrescenta algumas considerações.

A primeira delas é a de que o Estado só tem sentido em função do poder de Estado, sendo assim, “Toda luta política de classes gira em torno do Estado: entendamo-nos, em torno da posse, isto é, da tomada ou conservação do poder de Estado, por determinada classe, ou um “grupo no poder”, isto é, uma aliança de classes ou de frações de classes.”. (1985, p.100).

⁹ Althusser traz o conceito para depois fazer algumas considerações. Segundo o autor, a designação tradicional marxista define o Estado como “força de execução e de intervenção repressora, “a serviço das classes dominantes”, na luta de classe travada pela burguesia e seus aliados contra o proletariado.” (1985, p.97).

Com isso, o autor busca deixar em evidência a distinção entre poder de Estado e Estado (chamado de Aparelho de Estado), sendo este controlado por aquele.

A segunda consideração, podemos dizer a mais importante, faz-se na distinção conceitual que o autor propõe das instituições que compõem o Estado como um todo. Para Althusser (*idem*, p.102), “o *Aparelho de Estado* compreende: o governo, a administração, as forças armadas, a polícia, os tribunais, as prisões, que constituem o que (...) designaremos por *Aparelho repressor de Estado*.” Estes agem na sociedade direta ou indiretamente, legal ou ilegalmente através da violência física, de forma a reprimir tudo que, de alguma forma, ameace a manutenção do Estado em favor dos que detêm seu poder. Mas o Estado não se limita apenas ao Aparelho repressor, pois, diferentemente desses órgãos que se utilizam da violência como forma de controle, outras instituições e organizações, que também compõem o Estado, funcionam por meio de outra força: a ideologia, e juntas formam os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado, dos quais já falamos nesta seção.

Dessa forma, o Estado (Aparelho de Estado) passa a ser teorizado como um complexo conjunto de organizações e instituições que funcionam não apenas por meio da violência física, mas também através da ideologia. Considerar isso nos faz pensar sobre como se constitui a aparente unidade desse complexo conjunto que age nas mais distintas esferas sociais. Ainda em Althusser, vemos que “o que unifica a sua diversidade é precisamente este funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade na *ideologia dominante* que é a da «classe dominante»” (*idem*, p.48). O autor sugere considerarmos como classe dominante aquela que detém o poder de Estado e ainda conclui: “nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado.” (p.49).

Voltando aos acontecimentos no cenário político e midiático brasileiro, vemos que a preocupação em controlar os veículos de comunicação da época, tanto através da violência, quanto pelo ‘controle’ das notícias, caracteriza essa luta pela manutenção do poder do Estado, a preocupação por parte da classe dominante em manter a unidade dos AIE, inclusive o AIE da informação, foco de nossa pesquisa. Mas a história também nos mostra que esse funcionamento não está livre de contradições e de falhas, muito menos que a homogeneização da ideologia dominante estaria garantida. O Brasil da monarquia independente (após 1825) vive um ambiente de maior ‘independência’, isso alimentou os pedidos da burguesia por um país com governo próprio, por uma Constituinte que afirmasse os direitos e conquistas da classe, diminuindo assim, os poderes do Imperador. Era uma tentativa de repensar o Estado, o

que fez nobreza e burguesia divergirem quanto aos rumos que almejavam dar ao país. Sodré (1999) passa a utilizar-se dos termos “direita” e “esquerda” para designar esses dois grupos. Alcançada então a Independência e com a estruturação do Estado, direita e esquerda separaram-se intimamente. A direita foi à busca do apoio dos portugueses e a liberdade de imprensa foi praticamente anulada, enquanto a esquerda apostava em periódicos profundamente políticos na busca por minar os que conduziam as rédeas do processo político. Vemos aqui a disputa pelo poder do Estado e a mídia, enquanto AIE da informação, servindo como ‘suporte’ para que determinados elementos da ideologia burguesa pudessem existir.

No entanto, apesar das tentativas burguesas, o conservadorismo obteve êxito durante esse período. D. Pedro dissolveu a Constituinte e tornou-se soberano com poderes totais, atendendo aos pedidos da direita por um governo capaz de controlar o barulho advindo das esferas sociais contrárias aos seus interesses, pois era preciso assegurar o poder através do controle, tanto se utilizando da repressão, quanto da ideologia. Apesar da vitória, em 1831, o controle do Império sobre a sociedade decaiu consideravelmente, em razão de algumas concessões, entre elas, a instalação do Senado e da Câmara, a implantação do curso de Direito e o fim oficial da censura à imprensa, em 1827. Esses pontos cooperaram significativamente para a abdicação do Imperador D. Pedro I em 7 de abril de 1831. Seria o fim do primeiro reinado e o início do período regencial¹⁰. Pieranti e Martins (2006) falam sobre esse período,

Viveria, então, o país, por menos de uma década, durante a Regência, período de liberdade de imprensa nunca antes experimentado. Formou-se, refletida em periódicos que ganharam a alcunha de pasquins (jornais de poucas páginas, periodicidade incerta e ferozes no trato da política), imprensa combativa e exaltada – insuportavelmente exaltada, sob a ótica dos segmentos de direita. Durou pouco a experiência, marcada pela agitação do povo e de jornalistas.

Dá-se nesse ínterim a difusão da imprensa no interior do Brasil. Assuntos antes pertencentes à ebulição das capitais passaram a fazer parte dos municípios interioranos. O ano da Independência marcou o aparecimento de numerosos periódicos na Corte e nas províncias, caracterizando a tensão política vigente e assinalando tendências. O período da regência fortaleceu o aparecimento, mesmo que lentamente, da imprensa brasileira. Criou-se nesse período, forte sentimento de ruptura com o passado, manifestado pela circulação recorrente do termo “revolução” nos impressos do período, como nos mostra Fonseca (2015, p. 02)

¹⁰ Período de 1831 a 1840, marcado pela abdicação de D. Pedro I e a proclamação da maioria de D. Pedro II, seu filho, ação intitulada "Golpe da Maioridade" que fez com que, aos 14 anos, D. Pedro II pudesse ser proclamado imperador.

Ao se percorrer a imprensa do período, a “revolução” engendrou um momento peculiar no qual o sentimento de ruptura e transitoriedade permitiu não apenas uma avaliação negativa do passado recente, mas sobretudo a possibilidade de moldar o futuro por meio de disputas semânticas nos jornais, tendo por fim definir posições políticas ou sociais.

Um dos pontos importantes mencionados pela autora diz respeito às “disputas semânticas” nos periódicos, um dos aspectos mais marcantes na imprensa desse período. Os jornais, panfletos e pasquins serviam como verdadeiros canais de expressão das correntes políticas, contribuindo de maneira decisiva na organização dos movimentos e revoltas que aconteciam na conjuntura política e social da época. Mais uma vez nos deparamos com uma mídia explicitamente ideológica e política, com práticas que denunciam esse vínculo. Para reforçar, a autora (*idem*, p.6) destaca “a centralidade dos periódicos na organização dos movimentos e protestos nas ruas entre o final do primeiro reinado (1822-1831) e no período regencial (1831-1840)”, citando alguns exemplos, como os quatro casos de revolta que tiveram no Rio de Janeiro em 1831, a sabinada na Bahia, a Cabanada no Pará, entre outras revoltas que tiveram jornais intimamente vinculados aos movimentos que os desencadearam. Todo o trabalho desses periódicos auxiliou na organização de um ambiente favorável à saída do imperador do poder. E esse não era o único a ser alvo das críticas vindas desses jornais, muitos que compunham o governo também não eram poupados, como os deputados e funcionários próximos ao imperador.

Em suma, o período regencial foi um espaço de tempo de profunda descoberta política; diferentes propostas ganharam espaço e visibilidade, para muitos, foi um verdadeiro aprendizado. Mas como alguns pesquisadores apontaram, esse período de revoltas em muito serviu para legitimar a volta de um regime mais conservador. Com o Golpe da Maioridade, ocorrido em 23 de julho de 1840 com o apoio do Partido Liberal, o período regencial brasileiro chega ao fim. Esse golpe abriu nova fase política no país¹¹ – o Segundo Reinado – e a imprensa não estaria imune aos reflexos dessa mudança. Os liberais agitaram o povo, que forçou o Senado a declarar o jovem Pedro II de 15 anos como maior de idade. O objetivo era promover a transferência de poder para Dom Pedro II para que assim, as disputas políticas que abalavam o Brasil chegassem ao fim. Os novos órgãos de imprensa passam a ser comandados pela burguesia palaciana e pelos aliados do Imperador. Acentua-se então um

¹¹ Essa nova fase da política no Brasil, conhecida como Segundo Reinado, teve início com a declaração de maioria de dom Pedro II em 1840 e estendeu-se até 1889 quando houve a Proclamação da República Brasileira, derrubando assim, a monarquia constitucional parlamentarista vigente no país.

período de repressão à pluralidade de opiniões, o que não impediu manifestações contrárias ao poder vigente por parte de alguns meios de comunicação.

Como exemplo de imprensa voltada à militância política, tem-se, na época, o jornal *A Voz do Brasil*, fundado em 1847, que denunciava a situação da população brasileira à mercê da influência estrangeira. Sodré (1999) destaca um trecho do periódico,

Sim, a população brasileira vive em sua pátria escravizada, ou, para melhor dizer, esmagada pela influência estrangeira, e até hoje ainda não apareceu um escritor generoso e verdadeiramente patriota que tratasse de debelar pela imprensa essa influência maligna, que faz com que, em vez de constituirmos uma nação rica, pelos recursos que oferece o nosso território, vivamos na miséria e na ignomínia. (*apud* SODRÉ, 1999, p.149).

Um ponto interessante a se pensar diz respeito a esses órgãos da imprensa, que mesmo comandados pela burguesia, agregavam a participação do povo às revoltas contra o poder vigente, feitos que se tornariam cada vez mais raros no percurso histórico da imprensa brasileira, salvo os jornais de baixa circulação e ligados a movimentos sociais. O autor ainda ressalta os vestígios pré-marxistas de luta de classes presentes em alguns veículos e principalmente nos pasquins¹² que circulavam pela sociedade. Esse tipo de periódico perde força na primeira metade do século XIX, quando inovações gráficas e técnicas são introduzidas à imprensa, criando uma incompatibilidade com a essência dos pasquins.

Ao trazer temas como escravidão e reformas administrativas, alguns desses veículos não apenas questionavam o regime autoritário, como também sua essência e seus alicerces. O cenário de embates políticos marca profundamente a manifestação opinativa nas circunstâncias do Brasil imperial. Por um lado, as ideias republicanas conquistam progressivamente os órgãos de imprensa, por outro, o Império esforça-se para conter as reivindicações. As mudanças, no entanto, seriam inevitáveis e, em 1888, a determinação para abolição dos cativeiros de negros e mestiços passa a valer em todo o território brasileiro, a monarquia, então, passa a se tornar insustentável.

¹² Na mesma obra, Sodré (1999, p.156) discorre sobre os pasquins, apresentando-os como periódicos veementes, insultuosos, que lembravam represálias, excitavam o patriotismo e a luta entre partidos. Luta esta que em breve traria grande mudança à política do país. Os pasquins não tinham periodicidade certa, apresentavam formato reduzido, não ultrapassando os primeiros números: a maior parte ficou na edição original que se tornou única. As condições político-sociais do período em que os pasquins surgiram e multiplicaram-se explicam a fisionomia áspere assumida por essa pequena imprensa liberal. O autor ainda destaca que os pasquins, pró ou contra o governo, atacavam e difamavam com igual voracidade; seus autores não conheciam outra forma de fazer jornalismo, o objetivo primeiro era dar vazão à sua opinião, não necessariamente em consonância pela busca de credibilidade.

No ano seguinte, 1889, houve o levante político-militar que proclamou a república no Brasil. A monarquia constitucional parlamentarista é derrubada e em seu lugar, instaurada a forma republicana federativa presidencialista. Um grupo de militares, liderados pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, destituiu o imperador e assumiu o poder no país. A imprensa não sofreria grandes mudanças, pelo menos em essência, nessa modificação de regime. Os principais jornais do país continuariam os mesmos. Passados dois anos, começa a circular no Rio de Janeiro o periódico *Jornal do Brasil*, que em alguns momentos atacava a República e clamava pela volta da monarquia, mas sem sucesso. Gomes (2007) resgata um pouco da história desse jornal e aponta que a própria data de lançamento – 9 de abril de 1889 – sinalizava o ideário político defendido pelo impresso, pois há exatos 60 anos desta data, celebrava-se a ascensão de Pedro II ao trono. Os objetivos do jornal seriam “a defesa da legalidade constitucional e dos interesses gerais do país” (*idem*, p.177) conforme dito na primeira edição do impresso. Para o autor,

A defesa do regime monárquico era feita de forma sutil, como no artigo de cunho editorial publicado na primeira página da edição do dia 22 de abril seguinte, quando é dito que “os mortos governam os vivos”, em uma crítica dirigida ao governo republicano que derrubara a monarquia, mas mantivera os mesmos procedimentos políticos, como o regime de gabinete do período monarquista. (*ibidem*, p.177-178).

O *Jornal do Brasil*, no entanto, não era o único impresso a discordar da nova vertente política que governava o país. A *Tribuna* também não simpatizava com a nova forma de governo, direcionando duras críticas a Deodoro da Fonseca que reagiu utilizando-se de sua mais imodesta política para o setor informativo: a depredação das instalações desses órgãos. Viu-se como forma de resposta a essa atitude do governo, algo que antes nunca havia acontecido na história midiática do Brasil, dezessete periódicos com sede no mesmo estado que A *Tribuna*, Rio de Janeiro, subscreveram uma nota em que exigiam a punição dos culpados pelo empastelamento da *Tribuna*. Pieranti e Martins (2006) falam sobre essa atitude, ressaltando a importância do ato, pois

[...] ainda que não viesse a ter consequência prática, o movimento significou inédita tomada de postura conjunta da imprensa. Práticas corporativistas voltariam a ser adotadas por empresários do setor de quando em quando, principalmente depois da criação das associações patronais nas décadas de 1970 e 1980. (p. 8-9)

Esse caráter corporativo, do qual nos falam os autores, foi adotado pela imprensa em meados do final do século XIX início do século XX. Um desses exemplos é o próprio *Jornal do Brasil*, que uma década após ser lançado, tornou-se referência de empresa jornalística a estabelecer uma administração intimamente ligada aos métodos capitalistas, buscando aumento do número de leitores através da oferta de serviços populares (GOMES, 2007, p.178). Essas ações caracterizam os rumos pelos quais a imprensa enveredaria nas próximas décadas, vivendo principalmente de publicidade e organizando-se como uma empresa comercial, na busca por aumentar o círculo de leitores e o seu valor ideológico. O fato é que a imprensa, como vimos até aqui, apresentava-se ligada mais diretamente à política, através de uma perspectiva opinativa em que ideias eram colocadas cotidianamente nos impressos do período. Essa tendência perde espaço para uma abordagem mais industrializada do fazer midiático, caracterizando o que alguns estudiosos apontam como sendo as duas fases distintas da história da imprensa brasileira.

Entretanto, há de se considerar que características mais complexas desses períodos se perdem nessa periodização, pois é sabido que não eram os jornais assumidamente políticos os únicos a circular no país até então. O mesmo podemos dizer dos impressos advindos desse período tido como ‘empresarial’. Não é porque a imprensa reveste-se de ‘informação’ em caráter comercial que os posicionamentos políticos desaparecem em detrimento de uma abordagem ‘neutra’ dos fatos, muito pelo contrário. É pensando assim que Ribeiro (2007) questiona essa separação, problematizando a periodização defendida por alguns estudiosos. A respeito desse momento de transição, a autora coloca que

No fim do século XIX e no início do século XX, sem dúvida alguma, os jornais de estrutura simples começaram a ser substituídos por empresas jornalísticas com estrutura complexa, dotadas de equipamentos gráficos sofisticados. Novos processos de produção foram introduzidos e as tipografias perderam o seu espírito artesanal para conquistar a posição de indústria gráfica. Na maioria das grandes cidades, houve uma redução considerável do número de impressos. Muitos veículos pequenos desapareceram e poucos surgiram no seu lugar. Esses, porém, eram bem mais estáveis e regulares. (RIBEIRO, 2007, p.3).

O que por muitas vezes passa despercebido é a continuação do atrelamento ideológico e, conseqüentemente, político desses impressos que se apresentavam imparciais à sociedade, como fala a autora (*idem*). Para sustentar esse posicionamento ‘neutro’, as matérias publicadas tinham como interesse maior os acontecimentos, o objetivo girava em torno de informar, mais do que em opinar de maneira explícita ao longo das narrativas publicadas. No

entanto, todos esses artifícios não conseguiam dissimular os posicionamentos conservadores ou liberais de tais impressos. Isso se dá pelo fato de que, como visto anteriormente, mídia e política encontram-se intrinsecamente unidas, assim, o desenvolvimento da imprensa em muito estava ligado ao avanço das relações capitalistas e à ascensão da burguesia. O que mais uma vez pode ser explicado pela noção de mídia enquanto AIE, formada por instituições e organizações que, em sua complexidade, formam um sistema, como postulou Althusser ([1969], 1985), o que não garante que esse processo tenha se dado de maneira delineada e organizada.

A condição empresarial assumida pela instituição imprensa aqui no Brasil trouxe problemas de caráter vital. Faltava-lhe fontes de recurso que suprissem às necessidades de existência, tornando necessário o aceite das verbas oficiais. A dependência financeira da parte favorável ao governo fez com que as paixões políticas da época norteassem o conteúdo dos jornais no início do período republicano. Em 1902 surge o *Estado de São Paulo*, órgão político que se desenvolve rapidamente na capital paulista. No Rio de Janeiro, dois jornais assumiam as diferentes linhas de opinião frente à política: *O Correio da Manhã*, representando a oposição, e *O País*, defensor do governo, que fazia parte do grupo beneficiado pela prática rotineira do governo de distribuição de verbas. Anos depois, *O Globo* e a *Folha de São Paulo* (que nasceu com o nome de *Folha da Manhã*), surgem no cenário midiático brasileiro com as primeiras impressões datadas no ano de 1925.

A partir de 1930, a instituição imprensa sente os efeitos da inflação. O preço dos jornais subiu violentamente, a situação agravou-se com a Intentona Comunista em 1935, pretexto do então governante Getúlio Vargas, eleito indiretamente pela Assembleia Constituinte em 1934, para impor o estado de sítio e a censura à imprensa em todo o país, intensificando o silenciamento pela ação das verbas oficiais. A década de 1930 pode ser visualizada como o período áureo de crise das ideologias liberais e da ascensão das ideias e valores autoritários. Ainda nesse período, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um amplo aparato burocrático-repressor, responsável pelo controle dos assuntos veiculados pela mídia (imprensa e rádio). Foi através do DIP que o governo conseguiu a proibição e o fechamento de muitos jornais. Com a mesma rispidez, o departamento interveio em jornais privados, colocando nos postos de chefia homens de sua confiança, foi o caso do *Estado de São Paulo*.

O período do Estado Novo (1937-1945) é também a época de construção de uma dada história da imprensa, na qual veículos de comunicação e poder relacionam-se evidenciando a política como tema central/natural dos interesses corporativos. Os jornais se constroem como

domínio da política, recuperando um lugar que a rigor nunca perderam, no qual a polêmica ocupa espaço preponderante. O Estado ganha, cada vez mais, a exclusividade da divulgação – seja por alinhamento político, seja por imposição. Em contrapartida, o público praticamente inexistente nas publicações, sua fala é silenciada, enquanto a do Estado é ampliada. Afastada dos debates políticos, a voz do público é incluída em novos lugares midiáticos, colunas de entretenimento e de notícias que envolvem os dramas do cotidiano são alguns desses lugares. O que os líderes do Estado Novo buscavam, em suma, era o controle sobre como os conceitos políticos, sociais, dentre outros, acabavam sendo estruturados na sociedade brasileira. Parada (2007, p.37) fala do problema enfrentado não apenas por esses políticos e que se resumia em “como estabilizar politicamente de uma maneira definitiva e total uma nova ordem social que se afirmava em um contexto público muito instável”. Uma das medidas foi intensificar o trabalho com relação à elaboração da memória coletiva. Se antes isso já era feito, no Estado Novo os meios de comunicação passam a interferir nessa memória de maneira mais explícita, numa espécie de *continuum* discursivo que agrega Estado, instituições escolares e controle sobre os meios de comunicação, além de outras instituições em menor escala. O que se viu nesse momento foi uma “estreita rede simbólica lançada sobre a sociedade brasileira” (*idem*, p. 42) pelo Estado, a fim de manter um entrelaçamento entre a sociedade e a sua trama de significações.

Em 1942 o Brasil declara Guerra à Alemanha e à Itália, abandonando a postura neutra que vinha mantendo frente à 2ª Guerra Mundial, isso faz com que o Estado Novo venha a deteriorar-se lentamente. Entretanto, não podemos dizer que seu período não tenha fincado complexidades no sistema midiático do país. Com o domínio concentrado nas mãos de poucos, vários jornais e revistas simplesmente desapareceram por não conseguirem competir com o apadrinhamento do Estado a uma parcela da mídia que fora beneficiada. É dado início ao período de grandes corporações, reunindo revistas, jornais, emissoras de rádio e televisão.

Dois vértices do mesmo problema – as publicações estrangeiras e as agências de publicidade internacionais – tornaram-se distribuidoras de verbas no país, direcionando não apenas o destino dos recursos, como também, influenciando no conteúdo noticioso das empresas jornalísticas, como coloca Sodré (1999). A liberdade era apenas teórica, pois estava diretamente ligada ao capital. Na década de 50 a imprensa vivenciou a notável impulsão iniciada a partir dos investimentos do capital norte-americano, principalmente pelo estadunidense. Além dessa dependência, a influência estrangeira conseguiu inspirar jornalistas brasileiros com suas técnicas e modelos de imprensa, contribuindo, de certa forma, para a profissionalização do jornalismo no país. Os fatos políticos que marcaram essa década dizem

respeito ao suicídio do Presidente Vargas, em 1954, poucos anos depois de ter lançado uma campanha pautada em teses nacionalistas, o objetivo era organizar um consenso opinativo sobre a exploração estatal de petróleo. Esta manobra bateu de frente com os interesses das agências estrangeiras que logo induziram os jornais sob seus domínios a montar gigantesca e persistente campanha antinacionalista, visando impossibilitar a solução estatal de Getúlio Vargas.

A segunda metade do século XX é marcada pelos diversos condicionamentos impostos aos veículos de comunicação: vemos sua livre expressão submetida ao poder público, aos próprios proprietários das empresas jornalísticas, às agências de notícias e às estrangeiras. Ligada diretamente ao sistema capitalista, a grande imprensa segue o curso da desnacionalização. Os grandes jornais alertavam para o perigo do “estatismo” na economia e condenavam as restrições aos investimentos estrangeiros, que impediriam o país de avançar em seu processo de industrialização e, conseqüentemente, atingiriam a própria estabilidade financeira da imprensa, enquanto instituição. Partindo dessa tomada de posição, a imprensa aceita a centralização do poder nas mãos dos militares e, devido ao prestígio e a maior circulação, auxilia no consentimento civil do golpe militar de 1964 (estende-se até o ano de 1985). O país depara-se com o maior combate à liberdade de expressão de sua história, materializado na imposição da censura prévia aos meios de comunicação. Para Abreu (2002, p.15),

[...] a relação dos militares com a imprensa teve, contudo, outra face. Ao mesmo tempo em que censuravam matérias e interferiam no conteúdo da informação, os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação. Isso se explica porque, para eles, essa modernização era parte de uma estratégia ligada à ideologia da segurança nacional.

De fato, a efetiva modernização industrial, comercial e gráfica dos jornais só iria ocorrer a partir das décadas de 1960 e 1970. É durante esse período de regime militar que a mídia alternativa (re)surge, contestando a fase mais aguda da repressão. (cf. seção 1.2). É também nessas décadas que podemos pensar sobre o processo de formação de um mercado de massa, o que muito interessava ao regime ditatorial, pois uma imprensa ‘bem’ direcionada age na manutenção do imaginário social¹³.

Findado o regime militar em 1985, essa época assinala um ponto de inflexão na história da imprensa brasileira no que se refere à formação do profissional. O novo decreto de

¹³ Voltaremos à noção de imaginário social mais à frente, no momento em que discorreremos sobre o discurso enquanto possibilidade de representações do ‘real’ (cf. capítulo II).

regulamentação da profissão determina a obrigatoriedade do diploma em curso superior de jornalismo. A partir dessa data, pode ser observada uma substituição geracional evidente nas redações brasileiras com a entrada em cena dos novos jornalistas. Em associação à exigência da formação profissional, há uma mudança radical na estrutura das redações desencadeada pelos avanços tecnológicos. Uma das consequências dessa mudança é a atualidade que os veículos acabam tendo, já que o tempo entre a cobertura dos acontecimentos e a informação à disposição do leitor cai consideravelmente. Essa situação se intensifica com a chegada dos computadores ao uso da população, na década de 1990, como veremos à frente (cf. 1.3), fazendo com que as máquinas de escrever sejam aposentadas nas redações.

É então que a notícia passa a ser considerada, antes de um bem simbólico, um bem econômico, um produto que precisa de mercado para ser comercializada. A linguagem passa por transformações significativas, pois precisa habituar-se às novas formas temáticas, como também aos novos modelos de narrativa. Legalizado o fim da censura, observa-se uma crescente autonomia da imprensa, o que não a tornou “livre”. A manipulação de informações permanece um instrumento político eficaz da mídia, empregado nos diversos veículos de comunicação. Peixoto (1998 p. 35) cita o caso das *Diretas Já* como exemplo desse tipo de manipulação,

As eleições diretas para governadores de 1982 é um bom exemplo desse tipo de procedimento. A alteração e a omissão de informações, bem como o ataque a personalidades políticas mais à esquerda, podem ser verificadas no boicote levado a cabo pela Rede Globo de Televisão à candidatura de Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

A autora ainda menciona outros casos relevantes acontecidos nas décadas de 80 e 90, um deles, o *impeachment* do presidente Collor, para ilustrar o papel determinante da mídia nos fatos políticos do país. Esse poder midiático, quando aliado ao Estado, torna-se peça fundamental no controle de opiniões de uma sociedade civil, como vimos no desenvolver desse breve percurso sócio-histórico sobre as grandes mídias brasileiras. As projeções, valores e concepções, apresentados muitas vezes como discordantes ou conflituosos, fazem parte de um único processo, onde o que está em jogo é a imposição da ideologia dos grupos dominantes.

Ao expor o conceito de AIE, afirmamos, apoiados na teoria althusseriana que, apesar das contradições e diversidades presentes na ideologia dominante, seu funcionamento acaba por unificar tais divergências no interior dos AIE, através de métodos próprios de sanções,

seleções e exclusões, todos eles unificados sob a ideologia da classe dominante. Parece-nos difícil admitir que um sistema formado por diversas instituições, nem todas estatizadas, funcione determinado pelo que Althusser ([1969], 1985, p.107) chamou de “Ideologia de Estado”. Isso nos interessa à medida que o sistema midiático brasileiro foi/é formado, em sua grande maioria, por instituições pertencentes ao setor privado e não ao setor de Estado. Como, então, instituições do setor privado podem ser conceituadas como pertencentes a algum Aparelho Ideológico de Estado?

Antecipando possíveis contestações dessa natureza, Althusser fala sobre a distinção público – privado, afirmando que se trata apenas de títulos jurídicos, e de que o Direito, apesar de consagrar, é totalmente incapaz de abranger a luta e as relações de classe (*idem*). Para exemplificar, o autor (*idem*) menciona alguns meios de comunicação da França que, mesmo ligados ao setor privado, tiveram que “conformar-se à política do Estado burguês e difundir, com as variantes convenientes ao respectivo público, os grandes temas da missa ideológica perpétua do Estado burguês, ou seja, os da *Ideologia de Estado*.”

O que podemos compreender, então, é que públicas ou privadas, as instituições, organizações e práticas que constituem o complexo sistema resultante dos AIE funcionam através da ideologia, e esta passa a ser unificada por efeito da ideologia da classe dominante. Como dissemos também, estes aparelhos, e aqui nos direcionamos de forma mais direta ao AIE da Informação, acabam por abrigar em seus interiores a luta de classes, visto que o processo de unificação ideológico não acontece de maneira repressiva (como é o caso do Aparelho Repressivo de Estado), e sim pela reprodução/transformação das relações de produção da exploração capitalista. Fala-se em transformação pelo fato de que a estrutura dos AIE permitem de certa maneira a expressão da resistência das classes exploradas, através de lacunas que podem vir a deslocar sentidos, num trabalho de (re)significação dos discursos que emergem desses AIE. (cf. seção 1.2).

Dito isso, vemos o quanto a relação entre o Estado e os meios de comunicação que pertencem ao AIE de informação é consistente. Pudemos observar essa relação ao longo desta seção, à medida que percorremos alguns dos fatos históricos mais relevantes ligados à política brasileira e como alguns meios de comunicação da época se posicionaram através das matérias publicadas. Analisando esse histórico da mídia no Brasil, há de se considerar que, desde os primeiros periódicos, a junção mídia-política tem se ajustado aos interesses da classe dominante, empenhando-se no alcance de uma forma perfeita de homogeneização para o pensamento, priorizando a manutenção dos saberes em prol da manutenção/conquista do Estado.

Fica neste momento a busca por compreender como tantos elementos: mídia, política, capitalismo, ideologia, entre outros, estão organizados na sociedade, como eles se relacionam no complexo processo do funcionamento ideológico e discursivo para assim, continuarmos com os objetivos deste trabalho. Para tanto, fomos ao texto de Althusser que retoma a discussão proposta por Karl Marx sobre a organização estrutural das sociedades. Althusser relembra que

Marx concebe a estrutura de toda sociedade como constituída por “níveis” ou “instâncias”, articulados por uma determinação específica: a infraestrutura ou base econômica (“unidade” das forças produtivas com as relações de produção) e a superestrutura, que comporta em si mesma dois “níveis” ou “instâncias”: o jurídico-político (o Direito e o Estado) e o ideológico (as diferentes ideologias: religiosa, moral, jurídica, política, etc.). (ALTHUSSER, 1999, p. 79).

Para representar essa proposta de estrutura social composta pelas duas instâncias – infraestrutura e superestrutura – Marx faz analogia à estrutura de um edifício, um prédio composto por dois andares que possui uma base capaz de sustentá-lo. A base seria a infraestrutura, ou seja, a base econômica da sociedade, a partir dela se constroem os dois andares de cima que representam a superestrutura, no caso, o nível jurídico-político e o nível ideológico. Para Althusser, essa metáfora representa o processo pelo qual a base econômica determina os outros níveis da estrutura. Nas palavras do autor, “Essa metáfora espacial tem, portanto, como efeito dotar a base de um índice de eficácia conhecido pela célebre afirmação: determinação em última instância do que se passa nos “patamares” da superestrutura, pelo que se passa na base econômica.”. (1999, p.80), sendo assim, o que acontece na base econômica acaba por determinar os níveis da superestrutura.

Althusser aprofunda a noção de estrutura social proposta por Marx, principalmente nas discussões em torno do conceito de ideologia. Sobre a analogia do edifício, não a refuta, mas visa aprofundá-la no campo conceitual (assim como fez ao refletir sobre o Estado), pois “o principal inconveniente dessa representação da estrutura de toda sociedade pela metáfora espacial do edifício é, evidentemente, o fato de ser metafórica: isto é, permanecer descritiva.”. (*idem*) O que o autor faz é partir dessa concepção para compreender o fundamento da existência, como também da natureza, da superestrutura, e isso ele faz com base na noção de reprodução. Ao término do capítulo, o autor resume as questões feitas ao longo do texto em algumas breves indagações, dentre elas, o que é o Direito, o Estado e a ideologia, para assim começar a analisá-los do ponto de vista da reprodução. A partir de então, Althusser começa a

desenvolver o percurso teórico que o levará aos AIE, dos quais já tratamos nesta seção, e que desembocará na reflexão central de sua tese que trata da interpelação ideológica responsável por transformar indivíduos em sujeitos (cf. seção 2.1).

Essa abordagem da concepção marxista de estrutura social retomada por Althusser auxilia-nos na busca por compreender como política e mídia relacionam-se na nossa sociedade capitalista, assim como nos leva a refletir sobre o papel da ideologia nesse esquema processual. Sendo assim, a íntima relação entre mídia e política pode ser explicada pela concepção da economia como base para esses outros níveis que configuram as instâncias sociais. A grande mídia, também chamada de mídia tradicional, possui instituições que estruturalmente fazem parte do AIE denominado da informação. E, como vimos, há a possibilidade de falarmos em transformação quando pensamos em reprodução, sendo isto possível pelo fato da existência da contradição nos atos da reprodução. É pensando assim que trabalharemos na seção seguinte com a noção de tentativas de rompimento ao tratarmos das chamadas mídias alternativas.

3.3 AS MÍDIAS ALTERNATIVAS E A TENTATIVA DE RUPTURA

Como dissemos anteriormente, é nas décadas de 1960 e 1970 que a conjuntura histórica e política fornecem subsídios para o afloramento de outras vozes contra o regime vigente no país. Nomeado como "A Volta da Democracia" e o "Fim da Subversão" pela grande mídia, o golpe militar de 1964 deu início às articulações de movimentos sociais e grupos de esquerda que buscavam uma alternativa em meio aos veículos de comunicação dominados pela classe burguesa, a chamada mídia tradicional ou grande mídia. Muitas das vezes o que esses grupos e movimentos buscavam era questionar a forma como os veículos de massa trabalhavam a notícia, como também trazer à tona o que era omitido e silenciado. Em termos teóricos, poderíamos afirmar que a luta era contra o trabalho da ideologia (no caso, a ideologia dominante), pois seu lugar se faz pelo que se diz e pelo modo como se diz, pelo que se silencia, pelo que se omite e se altera, enfim, é um trabalho que se dá na linguagem e que não se desvincula de tudo o que se realiza através da própria linguagem. Tanto o é, que essa busca por vias alternativas não é uma exclusividade do período do golpe militar, pois como já mencionado na seção anterior, desde a época colonial já eram produzidas folhas para circulação de ideias opostas ao poder vigente. No império, os pasquins, panfletos e folhas avulsas fizeram as vezes de imprensa alternativa, propagavam as visões ideológicas e

políticas, mais que qualquer caráter jornalístico. A Era Vargas também fez proliferar veículos contrários, a maioria ligada ao Partido Comunista Brasileiro ou aos simpatizantes da vertente socialista. Essas recorrências denunciam o que Althusser ([1969], 1985) teorizou sobre ideologia, pois esta pode tanto estar a serviço da conservação social dos que detém o poder, como também para a transformação deste meio social, como visto na seção anterior.

Mesmo conscientes da presença dos meios alternativos em todo o percurso histórico da mídia no Brasil, optamos por objetivar o recorte histórico desta seção a partir do Golpe Militar de 1964, pois como vimos, a intensidade da repressão deste período fez emergir em forma de resistência diversas vozes explicitamente silenciadas pelo Estado e, conseqüentemente pelos meios midiáticos. Como nossa proposta é pensar a mídia relacionada ao político, é importante um olhar sobre a conjuntura política que vigorava nesse espaço de tempo. Orlandi (2012), em texto que traz notas sobre a história da Análise de Discurso, faz menção à conjuntura política brasileira durante o período ditatorial, mesma época em que a autora depara-se com a teoria pecheuxiana (AAD/69), ainda na França, e a traz consigo para o Brasil em 1970. Segundo a autora, a questão central política deste período “está na relação das esquerdas com a ditadura” (idem, p.16). Esquadrão da morte, Comando Caça Comunistas, cartazes com fotos de professores e alunos tidos como terroristas, dentre outras medidas, faziam parte das estratégias ditatoriais para manter a “ordem” e a “democracia” no país através do silenciamento das partes contrárias ao regime. A autora menciona que

[...] era abundante a produção discursiva do regime militar: com Castelo (1964), a criação do SNI, com a segurança nacional justificando todo ato arbitrário, a possibilidade de intervenção nos Estados, o fim dos partidos, o fim das eleições, os inúmeros atos ditatoriais, a limitação do direito de greve, a deposição de governadores, a institucionalização do golpe, chamando-o de “Revolução”, nos anos de chumbo (69/74). Com a censura imposta, eles falavam sem parar, saturando a sociedade com seus sentidos, enorme profusão de propaganda, falta de liberdade, censura e perseguições. (ORLANDI, 2012, p.18)

É nesse território de proibições que, ao mesmo tempo, iniciam-se as articulações de resistência através de movimentos como a Frente Ampla, citado pela autora (*idem*). Na busca por conter as reivindicações políticas, o rigor do regime atinge níveis impensáveis. A oposição responde com enfrentamento armado, os militares utilizam-se do patriotismo para apontar o perigo das ideias oposicionistas, como se estas viessem para eliminar a ‘construção democrática’ proposta pelo golpe. E sobre esses afrontamentos, Orlandi ressalta,

Todas estas práticas são constituídas por discursividades: as do golpe e as da resistência que se desenvolvem ao mesmo tempo. São essas condições, a conjuntura política em que irrompe a análise de discurso em sua sistematicidade. (...) A discursividade dominante suscitava a necessidade de desvirar os discursos, de mostrar outros sentidos. (2012, p.19).

É pelos embates entre repressão e resistência, materializados nas práticas discursivas, que podemos pensar nos meios pelos quais os discursos se faziam circular, tendo a mídia como uma das ferramentas principais. Como vimos na seção anterior, a mídia, enquanto AIE de informação, funciona predominantemente pela ideologia e, para manter a unidade, esta funciona na ideologia da classe dominante. Esse domínio, no entanto, não se mantém de maneira fácil, pois os AIE podem ser, além de alvo, o local da luta de classes. E é dessa forma que a classe no poder encontra dificuldades para dominar,

[...] e isto não só porque as antigas classes dominantes podem durante muito tempo conservar neles posições fortes, mas também porque a resistência das classes exploradas pode encontrar meios e ocasiões de se exprimir neles, quer utilizando as contradições existentes (nos AIE), quer conquistando pela luta (nos AIE) posições de combate. (ALTHUSSER, [1969], 1985, p.50)

É através das lacunas constitutivas dos AIE que podemos pensar nas formas de resistência por onde meios de comunicação veiculam discursos destoantes dos que predominam na mídia tradicional. Como o autor colocou, essa resistência pode atuar tanto pelas contradições existentes nos AIE, quanto pela luta, o que nos faz aproximar essa reflexão althusseriana ao que vimos sobre as reivindicações dos grupos e movimentos sociais no que se refere ao trabalho da mídia durante o golpe militar e como essas reivindicações fortaleceram outras fontes de notícia. Em nosso trabalho vamos recorrer à designação *Mídia Alternativa*, para referirmo-nos àqueles veículos da imprensa que abriram espaços para discursos de contraposição aos da classe tradicional e dominante e que, através de novas formas e estéticas, divulgavam ideias de cunho libertário voltado para o social. Sabemos, no entanto, que por se tratar de um universo plural e diversificado, defini-lo de forma unívoca pode acarretar uma homogeneização inadequada. Pensando nisso, desenvolveremos ao longo da seção reflexões acerca das diversas manifestações midiáticas que podem ser interpretadas dentro da esfera alternativa, concebida enquanto campo social de produção e circulação de discursos transgressivos e, portanto, de construção de sentidos outros.

Dessa forma, conjecturar mídia alternativa de maneira ampla – em sua complexidade – requer que levemos em consideração o sistema midiático como um todo, partindo da relação intrínseca entre mídia dominante e mídias alternativas, à medida que não podemos considerá-

las como excludentes, ou seja, a mídia alternativa, apesar do que o termo sugere, não emerge como opção ‘alternativa’ aos veículos de comunicação que fazem parte da chamada mídia tradicional, pelo menos, não nos anos 60 e início da década de 70. É simplório resumir um estudo das mídias – tradicional e alternativas – desse período a uma abordagem dicotômica, pois destoaria do cerne de existência dessas mídias. O propósito das mídias alternativas está muito mais em fazer um contraponto à imprensa burguesa do que efetivamente substituí-la. Abramo (1988, p 01), em texto que aborda os alcances e limites da imprensa alternativa durante o regime Militar no Brasil, fala sobre uma relação “fundamentalmente dependente”. Sobre essa imprensa nunca ter sido de fato alternativa à outra imprensa, o autor justifica,

A razão fundamental parece residir, em primeiro lugar, no fato óbvio de que os pequenos semanários ou mensários políticos nunca tiveram a menor possibilidade concreta de reunir recursos financeiros, materiais e humanos capazes de enfrentar a máquina poderosa da grande imprensa, e que vai se tornando cada vez mais poderosa justamente a partir da implantação da ditadura em 64 e da modernização do Estado burguês no Brasil. (ABRAMO, 1988, p.02).

De cunho fortemente político, esses veículos tidos por alternativos traçavam um caminho de contra-argumentação, mais que de substituição. E como sabemos, para contra-argumentar é necessário que alguém tenha argumentado primeiro. Sendo assim,

Era preciso que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário, ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios reais habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro. (*idem*, p.02).

É neste ponto que podemos destacar o jogo dialético que servia de plano de fundo para a elaboração das notícias desse período, necessidade consciente ou inconscientemente colocada para os jornalistas dos meios alternativos. A matéria-prima vinha principalmente das notícias da grande imprensa, o que não significa dizer que um veículo era réplica do outro. Pelo contrário, o autor retoma o termo “alternativo” para designar a forma como a notícia era tratada, isto é, apesar de basear-se comumente nas notícias da grande mídia, a imprensa alternativa, através de orientações, ângulos e posicionamento ideológico e político distintos, tratava a notícia de forma alternativa, na tentativa de combater o discurso veiculado na mídia burguesa. No entanto, essa limitação de informações baseada quase que exclusivamente no que era divulgado pela grande mídia comprometia a qualidade e o alcance do material das

mídias alternativas, quadro que só vai ser modificado, ainda que de forma modesta, nos últimos anos do Regime Militar. Para Abramo (1988, p.3), essa mudança se deve

[...] muito mais em função das mudanças operadas no movimento social concreto do que propriamente no âmbito da imprensa alternativa. É que começa a surgir, apesar da ditadura, uma onda de resistência civil, representada pelos movimentos populares, pela luta contra a carestia, pela ação dos setores progressistas da Igreja Católica, pelas Comunidades Eclesiais de Base, pelos comitês de anistia, mais tarde pelas oposições sindicais e pela eclosão do neo-sindicalismo combativo e oposicionista. Aí então, há um movimento concreto, muitas vezes expresso por entidades e por líderes que se constituíam, por si, em fontes alternativas de informações e opiniões, e que foram largamente utilizadas pela pequena imprensa.

Foi o que trouxemos no início dessa seção, quando falamos sobre as articulações dos grupos e movimentos sociais servindo eles mesmos, como disse o autor, como fontes alternativas de informação, o que de certa forma ecoava na mídia alternativa da época. Com o aumento da participação dos movimentos sociais no mundo midiático alternativo, diferentes práticas comunicacionais foram surgindo, o que dificultou ainda mais o uso do termo ‘alternativo’ para designá-las, visto que não se tratavam de modalidades homogêneas. Os diversos elementos que foram sendo incorporados ao trabalho midiático correspondiam aos interesses dos grupos e movimentos que consistiam em reformular o processo social. Ou seja, a homogeneidade e a exclusão observadas no funcionamento midiático tradicional precisavam ser combatidas através de outras formas de se trabalhar com a notícia. A pluralidade desses movimentos precisava estar presente também na esfera midiática.

Muito disso se explica através do que vimos sobre como mídia e sociedade estão interligadas. A conjuntura política e social deste período acabou por determinar a natureza das informações transmitidas, moldando, de certa forma, características sociais a esse meio específico de veiculação de informações. Voltamos a Innis (2011), para poder pensar em uma ‘via de mão dupla’ aqui no Brasil, em que mídia e sociedade afiguram-se concomitantemente.

Pensando assim, consideramos que as mudanças políticas e sociais dessa época acabaram por dar condições ao surgimento de diversos outros veículos de comunicação, das mais variadas naturezas. Isso de certa forma trouxe um cuidado maior na hora de teorizar tais veículos, alguns trabalhos, por exemplo, propõem agrupar as diferentes vertentes alternativas, sem, no entanto, realizar delimitações rígidas que não resistiriam à realidade desses meios. A pesquisa de Peruzzo (2009) segue essa vertente. Em seu texto, a autora busca aproximar a comunicação popular e comunitária à imprensa alternativa brasileira. Sem pretender criar modelos, Peruzzo sugere, apesar da diversidade da comunicação alternativa, agrupá-la em

duas correntes (que também possuem desdobramentos): a comunicação popular, alternativa e comunitária, e a imprensa alternativa. A respeito da primeira corrente, a autora descreve ser esta “constituída por iniciativas populares (para além de jornais) e orgânicas aos movimentos sociais. São experiências comumente denominadas de comunicação participativa, dialógica, educativa, horizontal, comunitária ou radical.” (Idem, p.133). Sobre esta última nomenclatura a autora cita o teórico John Downing, que costuma chamar os diversos tipos de comunicação alternativa de *mídia radical*. Ao ler o texto do autor, observamos que, para ele, esse tipo de comunicação,

[...] tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas (2002, p. 50).

Ou seja, o objetivo não seria apenas trazer ao público o que é silenciado pela grande mídia, mas também problematizar as ações destes meios, numa tentativa de transformação das formas de desenvolvimento do processo midiático. Sendo assim, apesar de não poderem ser comparadas aos grandes meios de comunicação, essas mídias têm participação relevante nos cenários de resistência liderados pelos movimentos contrários ao *status quo*. Para o autor, esse tipo de mídia não se prende a modelos, daí a radicalidade empregada na nomenclatura, pois não necessariamente é formado por movimentos políticos de esquerda ou direita, o objetivo é opor-se de forma extrema ao poder vigente, por isso a predominância de conteúdo político diferenciado, se comparado a outros meios alternativos.

A outra corrente – imprensa alternativa – pensada por Peruzzo (2009, p. 135-136) englobaria

[...] o jornalismo alternativo praticado no contexto dos movimentos populares; (...) a imprensa “popular” (FESTA, 1986) ligada a organismos comprometidos com as causas sociais, mas com publicações de porte mais bem elaborado e com tiragens maiores; a imprensa político-partidária; a imprensa sindical combativa e o jornal alternativo (CHINEM, 1995; KUCINSKI, 1991; INTERVOZES, 2006; FESTA, 1986) propriamente dito, caracterizado como de informação geral, à semelhança dos diários, semanários ou mensários, porém com abordagem crítica.

Não é nosso intento demarcar fronteiras entre essas manifestações midiáticas, pois sabemos da dinamicidade das práticas sociais e como os elementos principais que determinam esses meios estão relacionados a tais práticas; seria paradoxo querer afixar a modelos

estanques o que em essência é dinâmico. Entretanto, algumas recorrências/divergências observadas pela autora possibilitaram apontar caminhos que levaram às duas correntes já citadas: a comunicação popular, alternativa e comunitária e a imprensa alternativa. Peruzzo (*idem*, p.140) explica que “a confluência em termos políticos e ideológicos entre experiências aparentemente distantes, as singularidades da comunicação popular, alternativa e comunitária, neste início de século, permitem a identificação das seguintes categorias”. A intenção é meramente diminuir o risco de o termo *alternativo* transformar-se em uma falsa designação unívoca, mascarando uma tentativa de apagamento da pluralidade dos meios midiáticos alternativos e, conseqüentemente, dos diferentes grupos sociais que se representam nesses meios.

Nosso estudo atuará na segunda corrente proposta por Peruzzo, a imprensa alternativa, considerada

[...] uma vertente que reúne processos de comunicação basicamente jornalísticos, que podem assumir feições mais amplas, de caráter autônomo e, por natureza, não alinhados aos padrões dos meios de comunicação convencionais, governos e demais setores que representam as classes dominantes. Os canais alternativos de maior porte se constituem em alternativa enquanto fontes de informações. (2009, p.140-141)

É este não alinhamento aos padrões que representam as classes dominantes que fazem com que, como o título desta seção sugere, as mídias alternativas tenham por compromisso a tentativa de romper com a mídia tradicional, o que nem sempre acontece, pois a investida de deslocar-se em relação aos dizeres de uma publicação/veículo comunicativo está intimamente ligada ao êxito de proporcionar a emergência de novos sentidos, o que não depende de desejos individuais ou até mesmo coletivos, pois, como veremos no capítulo seguinte, a constituição dos sentidos (ou melhor, efeitos de sentidos) se dá através da historicidade, do político e do simbólico, onde a ideologia tem papel fundamental. Mesmo assim, a busca dessa parcela estaria voltada para um desenvolvimento midiático que tivesse por base o diálogo com os diversos discursos emanados da população.

Na seção anterior, trilhamos um percurso histórico orientado por trabalhos que tiveram a mídia brasileira como foco. A partir dessas leituras, alguns pontos chamaram nossa atenção e nos levaram a considerar que as mídias alternativas, pelo menos a grande maioria, buscam romper com a aparente homogeneidade dos veículos que compõem a chamada mídia tradicional. O processo mercadológico da informação, intimamente ligado aos interesses capitalistas, destoa dos interesses da maioria dos movimentos sociais que fazem parte desse

grupo de resistência. A reivindicação por não se ter uma mídia efetivamente representativa, em termos de instituição, dá-se ao fato de as oligarquias do meio midiático brasileiro dominarem o cenário de veiculação de informações.

Segundo o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), apenas no caso da televisão, seis redes controlam 90% das emissoras do país e recebem 80% de toda verba publicitária. Esses mesmos grupos detêm ainda 294 emissoras de TV, 15 canais UHF, 306 estações de rádio e 50 jornais impressos. Segundo Lima (2012, p. 104), apenas oito grupos familiares controlam o setor de rádio e televisão no Brasil, e só para complementar as informações do FNDC, além dessas oito famílias, que atuam também na mídia impressa e eletrônica (internet), três outros grupos familiares controlam várias ramificações importantes do sistema de mídia brasileiro que englobam parques gráficos, jornais, revistas, portais e sites e TV por assinatura: os Civitas (grupo Abril), os Mesquitas (grupo O Estado de S. Paulo) e os Frias (grupo Folha de S. Paulo). Desta forma, 90% da mídia brasileira é controlada por apenas 15 grupos familiares (LIMA, 2012, p. 106). Essa situação resulta, conseqüentemente, na divulgação de pontos de vista limitados e comprometidos, o que acaba restringindo o direito da população ao acesso a de informações diversificadas e plurais.

Moraes (2008), ao problematizar a mercantilização da informação e a ausência de legislações antioligopólicas, fala sobre a importância das novas políticas de comunicação de governos progressistas na América Latina. O autor também argumenta a favor da regulação e do desenvolvimento de programas que promovam a diversidade informativa e cultural por parte do Estado, devido à deturpação que vem sendo feita por parte das políticas voltadas ao capital e ao interesse dos grupos dominantes. O autor cita o *V Encontro Mundial de Intelectuais e Artistas em Defesa da Humanidade*, realizado em 2007 na Bolívia, para mostrar como alguns governos da América (comandados, à época, por Chaves, Morales e Correa) têm observado o sistema monopolista ao qual a mídia tem se submetido e como se fazem necessárias medidas de intervenção para melhorar essa problemática. O autor fala que para os governos citados

há consenso de que a concentração da mídia nas mãos de um pequeno grupo de corporações precisa ser enfrentada com providências que resultem em descentralização dos meios de divulgação e equanimidade nos acessos ao conhecimento e às tecnologias, bem como na geração, distribuição e circulação de conteúdos não contaminados pela mercantilização. (*Idem*, p.68).

Há então um incentivo para que haja o resgate do “valor do Estado como espaço ético-político de regulação, o que importa reconhecê-lo como esfera institucional de mediação de interesses, a partir de concepções que intentam resguardar o domínio público.”. (*idem*, p.67) Seria a busca por um Estado que intervisse mais no domínio dos processos comunicacionais submetidos às escolhas de um restrito grupo corporativo, como pudemos perceber nos dados referentes ao sistema midiático brasileiro. O autor fala em conglomerados que acabam por minimizar o que é nacional, numa espécie de trabalho transnacional, já que respondem às demandas da globalização que extrapolam os limites nacionais. (*idem*).

Sobre as medidas tomadas pelos países em análise, Moraes (2008, p. 70) cita algumas iniciativas que variam de país para país, são elas:

[...] editais de fomento e incentivos fiscais aos cinemas nacionais; fortalecimento de rádios e televisões comunitárias; linhas de financiamento a cooperativas culturais alternativas e desoneração tributária de microempresas jornalísticas; redes de interiorização de eventos artísticos, parcerias culturais e oficinas de formação audiovisual. Sem contar a reorganização de sistemas estatais de comunicação, que, além da função tradicional de publicizar os atos oficiais, servem de linhas auxiliares nas batalhas ideológico-culturais contra o conservadorismo.

O que podemos perceber são medidas que agem diretamente no fortalecimento e na possibilidade de desvencilhar ao máximo dos crivos mercadológicos o que vínhamos apontando aqui como mídias alternativas, aquelas que surgem a partir dos movimentos sociais e/ou tem por objetivo desmonopolizar o discurso jornalístico na tentativa de democratizá-lo. Mas é óbvio que tais medidas foram fortemente rechaçadas pelos veículos ligados a tais corporações. O autor cita como exemplo de combate às iniciativas

“a operação de guerra desencadeada contra Chávez por não renovar, dentro da lei venezuelana, a licença do canal privado a RCTV, em 27 de maio de 2007. A RCTV apoiou o fracassado golpe de Estado contra Chávez em 2002. A mídia latino-americana exibiu o seu poder fogo em editoriais e noticiários orientados contra a decisão do presidente venezuelano.” (*idem*, p. 71).

Ainda segundo o autor, os megagrupos temiam que essa atitude de Chávez pudesse dar margem para que outros governos dificultassem o processo de concessão/renovação das licenças de determinadas emissoras. Essa postura vai totalmente contra os interesses das grandes empresas ligadas a tais veículos, o que motiva persistentes campanhas midiáticas contra o controle público das concessões dos veículos de comunicação. Além dessas

campanhas, há ainda os ataques diretos às lideranças dos governos que apoiam tais medidas reguladoras, numa espécie de dissipação de matérias pejorativas que acabam por incitar o ódio e o descrédito contra esses representantes, ancorando-se no mito da liberdade de expressão vinculada ao setor privado.

Em suma, após as considerações aqui colocadas, consideraremos como mídias alternativas esses meios de comunicação que surgem como formas de resistência à grande imprensa, na busca por romper com a soberania hegemônica discursiva e representativa que esses aglomerados unívocos desempenham na sociedade como um todo. Trata-se de veículos que diferem não apenas dos discursos da mídia tradicional, mas também da forma de abordar a notícia e do posicionamento político marcado, um dos pontos principais, inclusive, diz respeito ao vínculo com organizações e movimentos sociais. Muitos dos veículos tidos como alternativos surgiram de conferências ou de mobilizações que buscavam noticiar o que por muitas vezes era silenciado pelos veículos de maior repercussão. Por fim, vemos como mídia alternativa, os diferentes jornais, revistas, sites e blogs que, mesmo conservando características estruturais semelhantes aos tradicionais, buscam distanciar-se dos crivos mercadológicos, para assim, desvincular-se dos padrões oligárquicos, governamentais ou de qualquer outra forma que possa liga-los ao alinhamento ideológico e político das classes dominantes. Falaremos a seguir sobre um ambiente que vem sendo utilizado em grande escala por esses meios alternativos: o ciberespaço.

3.4 O CIBERESPAÇO E A POTENCIALIZAÇÃO DAS MÍDIAS ALTERNATIVAS

Antes de falarmos a respeito de como as mídias alternativas vêm expandindo seu poder de disseminação nos meios virtuais, partiremos da discussão acerca do ciberespaço: suas características gerais e específicas.

Quando o tema parte para o meio digital, muitos são os termos que podem nos confundir, devido à proximidade de definições, por isso buscaremos falar um pouco sobre a história da Internet e, conseqüentemente, alguns conceitos-chave. Partiremos do surgimento da Internet, que decorreu em plena Guerra Fria, com o objetivo de compartilhar informações para que houvesse uma descentralização no armazenamento, tudo isso voltado a fins militares. Fala-se que além da utilização por parte dos militares, nas décadas de 1970 e 1980, a internet foi um importante meio de comunicação acadêmica, principalmente nos Estados Unidos. E só

a partir da década de 1990 começa a alcançar a população em geral, passando a ser utilizada por vários segmentos sociais.

O início do século XXI é marcado por um acelerado desenvolvimento tecnológico e a internet, apesar de ser difícil quantificar e qualificar a sua influência na vida das pessoas, passa a promover mudanças em muitos setores, como nas atividades econômicas, políticas, culturais e sociais. No Brasil, a internet era utilizada, *à priori*, junto ao meio acadêmico e científico, com acesso restrito a professores e funcionários de universidades e instituições de pesquisa. A partir de 1995 é que o acesso público começou a se expandir pelo país.

Castells (2003) desenvolve um estudo sobre a internet, relacionando-a a economia e à sociedade para então pensar em um novo formato social, denominado pelo autor como a sociedade em rede. Isto se deve ao fato da Internet ser vista pelo teórico como um meio de comunicação que alterou profundamente as relações sociais na atualidade, Castells afirma que pela primeira vez surge um meio que permite a comunicação em larga escala em um recorte de tempo específico e em escala global, estabelecendo uma transformação nas diferentes formas de relacionamento que se dão por meio da comunicação. O autor faz referência à difusão da imprensa pós-Gutenberg, pois como essa transformou a modernidade, a internet foi capaz de transformar a contemporaneidade.

Pode-se dizer que a rede mundial de computadores é uma tecnologia particularmente maleável, suscetível de ser alterada por sua prática social e útil a uma série de resultados sociais potenciais. Sendo assim, a internet seria a base tecnológica para a forma organizacional da “Era da informação¹⁴”. O título do livro de Castells: *Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade* faz referência ao texto de Marshall McLuhan: “Galáxia de Gutenberg”, por isso a aproximação entre a difusão da imprensa móvel e a internet. Silva Sobrinho (2011) recupera essa nomeação – galáxia – para trazer importantes contribuições sobre a impossibilidade de pureza na forma, tanto do discurso, quanto das novas tecnologias, para o autor,

Como o discurso e as novas tecnologias não têm forma pura nem autônoma diante das condições de produção, é preciso deixar um pouco de olhar para a “Galáxia” e volver os olhos para a concretude do chão histórico. Como fazer isso? É preciso entender a base material de uma sociedade, ou seja, as relações de produção e as forças produtivas. (p. 25).

¹⁴ O termo foi primeiramente utilizado pelo consultor administrativo Peter Drucker (1999) para expor esse novo paradigma social em que estamos inseridos. Segundo o autor, a Era da informação teve início a partir do momento em que o conhecimento já estava sendo mais valorizado do que o trabalho simplesmente operacional.

De fato, é imprescindível em qualquer pesquisa voltada às discursividades em rede, considerar que, em se tratando de internet, a base material da sociedade a qual esta corresponde continua agindo na constituição dos sentidos, no trabalho do simbólico sobre a própria sociedade. Mais a frente, o autor ressalta a importância de pensarmos a internet não como um mundo paralelo, pois esta não escapa nem do processo de produção, muito menos das condições ideológicas de reprodução/transformação das condições de produção (p.27-28). Sendo assim “O espaço virtual não é uma descoberta produzida e utilizada em si mesma, como se fosse algo desvinculado da práxis social” (2011, p.28), pelo contrário, apesar de a população estar quase que completamente conectada, (o que poderia ser um diferencial no que tange à inclusão nas esferas sociais) há consideráveis níveis de desigualdade em nossa sociedade que acabam se manifestando também nos espaços virtuais, além de outras características das quais falaremos mais à frente. Isto posto, podemos refletir agora sobre as noções de virtual e real, que por muitas vezes são vistas de maneira antagônica.

As múltiplas possibilidades de circulação e produção de linguagem, oferecidas pela internet, tem como característica principal a *virtualidade*. Diversos sentidos derivam da palavra “virtual”, um deles designando as práticas concedidas a partir do ciberespaço, mas se partirmos para uma concepção filosófica, o virtual aparece como o oposto ao atual e não ao real, como defende Pierre Lévy (1996). Para o autor, o virtual contém a futura existência do atual, que se atualizará. Para elucidar a afirmação, Lévy se utiliza do exemplo: “A árvore está virtualmente contida na semente” (*idem*, p. 15). Isso significa dizer que a qualidade do virtual estaria ligada à ‘competência’, ao ‘poder ser’, o que distancia a ideia de virtual enquanto característica própria das práticas concebidas a partir da internet. Em outra obra de Lévy (2007), subintitulada *Por uma antropologia do ciberespaço*, há uma tentativa epistemológica de construir alguns referenciais sobre o pensamento baseado na velocidade e nas transformações da informática e das tecnologias da informação no mundo contemporâneo.

Sabendo do cuidado em tratar do conceito de *virtual* pelo olhar desse autor, expandiremos essa discussão trazendo o conceito de ‘Espaço Virtual’ apresentado por Grigoletto (2011). A autora propõe pensar a virtualidade partindo da concepção de Lévy, voltando-se para o terreno da Análise do Discurso na busca por refletir sobre a constituição desse espaço virtual. A partir de um esquema no qual a autora representa dois espaços: o empírico e o discursivo, a pergunta gira em torno de qual seria o lugar do virtual nesse esquema. Mais à frente, Grigoletto afirma:

Não o entendo [espaço virtual] como desvinculado destes outros dois espaços – o empírico e o discursivo – uma vez que o virtual, representado sobre tudo pelo surgimento da internet, emerge no seio de uma determinada formação social, historicamente situada, produzindo efeitos imediatos não só nas práticas discursivas, mas também nas práticas sociais. No entanto também não o entendo como um terceiro espaço, ou um novo que poderíamos acrescentar nesse quadro, mas como um espaço que emerge no entremeio do empírico e do discursivo, já que carrega traços tanto do primeiro, quanto do segundo. (*idem*, p.51).

O espaço empírico no espaço virtual, ainda segundo a autora, é caracterizado pelo controle, através das relações de poder institucionais, do que pode e deve ser dito do espaço discursivo no espaço virtual, “por isso, o espaço virtual ao mesmo tempo em que abriga diferentes discursividades, ele próprio se constitui num espaço de discursividade, mas não sem a determinação da prática social” (*idem*). Sendo assim, ao mesmo tempo em que não podemos pensá-lo como um lugar fechado em si mesmo (retomada do termo ‘galáxia’) também precisamos levar em consideração que esse espaço virtual possui características próprias, as quais não fazem parte de práticas discursivas que acontecem fora da internet.

Esse movimento de pensar a internet, o espaço virtual e as características que lhes são próprias, leva-nos a outra noção que também faz parte dessa rede conceitual, falo do *ciberespaço*, lugar do qual emergem enunciados e práticas que se relacionam discursivamente. O ciberespaço é, antes de qualquer coisa, uma dimensão comunicacional, abrange não apenas a rede de computadores conectados, como também os participantes dessa interconectividade e o espaço que emerge de tais relações. Para Lévy,

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p.17).

Seria um mundo virtual porque está presente em potência, mas traz a ideia de um espaço desterritorializante. É uma ‘nova’ noção de espaço que o ciberespaço nos propõe, podemos afirmar que se trata de um local real, porém não físico. É um ambiente onde pessoas do mundo todo podem interagir sem estar, de fato, presentes. De modo semelhante está a noção de tempo que também se altera quando adentramos ao ciberespaço. A velocidade das informações a que somos expostos reconfigura-se numa espécie de instantaneidade de

relações sociais, sendo assim, há a busca de potencializar, não apenas o tempo, mas também o próprio espaço. Apesar de todas essas características que lhe são próprias, Lévy (1999, p.193) pondera a respeito do entendimento estrutural deste ‘novo’ ambiente, para ele

O ponto fundamental é que o ciberespaço, conexão dos computadores do planeta e dispositivo de comunicação ao mesmo tempo coletivo e interativo, não é uma infraestrutura: é uma forma de usar as infraestruturas existentes e de explorar recursos por meio de uma inventividade distribuída e incessante que é indissociavelmente social e técnica.

Essa consideração feita por Lévy fortalece o que dissemos nesta seção a respeito da impossibilidade de pureza dos ambientes ‘virtuais’. Pois à medida que possibilitam novas práticas discursivas, também vinculam em seu interior características próprias da conjuntura sócio-político-ideológica as quais correspondem.

É nessa perspectiva, que buscaremos entender como a circulação de sentidos, principalmente ligada às mídias alternativas, também é potencializada após o advento da internet e das formas de comunicação que esse meio proporcionou. Castells (2003) fala sobre essa potencialização, pontuando que essas outras vozes – destoantes do poder hegemônico – têm conseguido conquistar inúmeras adesões por traduzir a própria cultura da internet, que apesar de incorporar valores empresariais ao longo de sua implementação, trouxe consigo uma tendência social de individualidade em rede que faz com que ações, ideias e valores que antes só poderiam ser vivenciados por pequenos grupos, passem a ser compartilhados em larga escala a partir de uma comunicação aparentemente menos hierarquizada. Nas palavras do autor, “Assim, não é a Internet que cria um padrão de individualismo em rede, mas seu desenvolvimento que fornece um suporte material apropriado para a difusão do individualismo em rede como a forma dominante de sociabilidade” (2003, p.109). No entanto, essa difusão do individualismo não impede que grupos sociais se beneficiem dos suportes digitais, pois ao mesmo tempo em que a internet favorece um tipo de sociabilidade individualista, há também a apropriação deste espaço virtual por movimentos sociais e outros grupos, que de maneira comunitária, articulam-se na busca por espaços em que possam participar das discussões que norteiam a sociedade em que vivem.

Falamos aqui sobre potencialização de espaço, tempo e circulação de sentidos, assim como sobre a possibilidade de difusão de vozes midiáticas divergentes das veiculadas pela mídia tradicional, contudo, há de se pensar que para o ciberespaço ser visto como um ambiente que agrega pluralismo de expressões e profundos momentos de reflexão ainda há muito que se trabalhar. Apesar das abordagens discursivas advindas dos mais variados

posicionamentos ideológicos possíveis, há extrema carência de locais que abarquem essa multiplicidade. Ribeiro (2011, p.01) fala a respeito disso quando reflete sobre a democracia na internet. Para ele,

A internet é democrática porque torna mais fácil surgir a divergência, limita o quase-monopólio da mídia tradicional, impressa ou não – mas a divergência que ela admite está no confronto entre os sites, não dentro de um site que seja, ele mesmo, democrático (...) A democracia dela está em que os vários lados têm como e onde se expressar. Mas não está na tolerância. A internet é democrática na luta entre os sites – não dentro deles, embora alguns tentem, heroicamente, fazer funcionar a democracia do debate e do respeito mútuos.

Tal carência resulta na falta de debates profundos acerca dos mais variados temas de relevância social, dentre eles, os ligados à esfera política. A liberdade de posicionamentos discordantes acaba esbarrando na carência argumentativa dos muitos usuários que preferem emitir juízos de valor ou simplesmente xingamentos a ler e refletir sobre o que foi problematizado. Para finalizar, Ribeiro elenca alguns pontos que auxiliariam na elaboração de um espaço mais democrático em ambientes virtuais, segundo o autor seria necessário “Primeiro, o respeito ao outro. Segundo, uma argumentação racional. Não basta reagir com o fígado. Talvez, terceiro, seja preciso tempo: ler com atenção, refletir, só depois postar. A internet favorece a imediatez. Isso não ajuda a amadurecer o pensamento.”. (2011, p.02).

O que foi colocado pelo autor exemplifica muito bem o que vemos nos ambientes virtuais ultimamente, o que existem são guetos de informação e discussão, mas que não conseguem entrar no diálogo mais amplo. As pessoas postam, comentam, mas raramente leem, raramente conseguem parar para pensar sobre, vivemos a impossibilidade do diálogo pelo impossível reconhecimento do outro, daquele com o qual travamos uma batalha ilusoriamente pensada como um diálogo de ideias.

Isso faz com que a pretensa sensação de ser o ciberespaço um ambiente democrático dissimule a reprodução de práticas sociais exclusivas e de pouca contribuição para a democracia de nosso país. A instantaneidade no fluxo de informações, a possibilidade de mediação interativa dos recursos e gerenciamentos dos conteúdos fazem do ciberespaço um grande instrumento, não apenas para as mídias alternativas, como também para as mídias tradicionais. Sobre as mídias tradicionais, Mittmann (2011) fala sobre as maneiras pelas quais esses meios vêm tentando adequar o mundo digital aos seus interesses,

Para a manutenção de seu poder econômico, como monopólios na circulação de discursos, uma das estratégias das grandes empresas é a compra das pequenas iniciativas, o que vem ocorrendo frequentemente. Com isso, *sites* de jornalismo alternativo *on line*, *blogs* de opinião e outros que surgem como alternativa para discursos outros, vêm sendo assenhorados pelas grandes corporações e sua visão unilateral. (p.123).

Situações como essas mostram que a internet, apesar de proporcionar ferramentas para divulgação de meios alternativos, ainda está *a mercê* das estratégias advindas dos grandes grupos sociais empresariais que agem na manutenção mercantilista da imprensa enquanto instituição. Dado esse contexto de concentração da informação dentro dos grupos empresariais, multiplicam-se no ciberespaço os clones digitais dos meios tradicionais, enquanto os veículos alternativos também trazem a carga histórica de marginalização, apesar dos consideráveis avanços, tudo isso reforça o que foi dito sobre a impossibilidade de pensar o ciberespaço desvinculado da práxis social.

No campo jornalístico esses avanços se fazem mais ostensivos, à medida que reconfiguram ambientes e rotinas de trabalho, além da própria autonomia por parte dos leitores. Novas linguagens, formatos, navegações e interatividade também surgem com as outras formas de consumo de informação, ocasionadas, principalmente, pela intensidade advinda da internet. O Brasil completou, em 2015, duas décadas de acesso ao ciberespaço e, conseqüentemente, à cultura digital. É um pequeno espaço de tempo para mudanças, principalmente em se tratando de readequações profundas nas formas de se propagar notícias. As empresas jornalísticas, os espaços das redações são cada vez mais desafiados a aderir um processo de integração e reorganização pela convergência midiática.

Nossa proposta é pensar as mídias – tradicional e alternativas – nesse espaço virtual, através das discursivizações proferidas pelos sites de duas revistas: *Época*, representando a mídia tradicional e *Caros Amigos*, como representante das mídias alternativas. É importante ressaltar que essas considerações são iniciais, baseadas no que foi exposto até aqui acerca do que podemos chamar, *à priori*, de veículos da mídia tradicional que circulam atualmente no Brasil, bem como a reflexão que foi feita entorno das possibilidades de mídias alternativas trazidas neste trabalho (cf. seção 1.2).

Pensando na construção do arquivo para nossa análise, um ponto relacionado ao desenvolvimento midiático no ciberespaço vem chamando atenção, diz respeito às redes sociais. Se o crescimento das tecnologias teve como ícone até o princípio deste século a invenção e o desenvolvimento da Internet, as redes sociais surgem como fenômeno contemporâneo que move a sociedade e os estudiosos dessas relações. Alguns autores falam

sobre essa modificação da forma tradicional de comunicação, onde por muitas vezes a ordem dos fatores parece estar invertida,

As novas tecnologias criam uma ponte entre a fonte emissora de informação e o usuário, subvertendo a ordem tradicional da comunicação, permitindo que qualquer indivíduo seja produtor de conteúdo e formador de opinião, sem intermediários, por meio de um suporte que é, em tese, democrático. (TERRA, 2008, p. 28)

Isso explica o interesse dos setores em estarem presentes no meio digital, principalmente, nas redes sociais, mantendo um contato estreito com esse público presente no ciberespaço. O interesse é válido, pois segundo o Ibope¹⁵ no Brasil, 87% dos usuários de internet conectam-se a alguma rede social, dentre essas redes está o *Facebook*, que para Fonseca:

[...] é uma plataforma de comunicação online, uma “rede social” como é caracterizada pelos média, que permite, segundo a página oficial, “comunicar e partilhar com as pessoas que fazem parte da tua vida” (www.facebook.com). O Facebook é um espaço virtual onde atores trocam informações, partilhadas por largos milhões de utilizadores, uma RSSC1 (redes sociais suportadas por computadores). Esta rede virtual de contatos é composta por várias aplicações, presentes numa página frontal, com apresentação apelativa e de fácil acesso. (2010, p.4)

O nosso interesse em trabalhar com a rede social *Facebook* se justifica, em parte, pelos números que ela carrega. São milhões de pessoas que ao se cadastrarem, começam a fazer parte dessa grande rede interconectada. Segundo dados relativos aos usuários brasileiros da plataforma, divulgados pelo próprio *Facebook*, a rede social possui 89 milhões de brasileiros que acessam o site todos os meses. O número corresponde a oito em cada dez internautas, sendo que o número total no país chega a 107,7 milhões, segundo a consultoria *eMarketer*. Os internautas que acessam o *Facebook* diariamente totalizam cerca de 59 milhões. Os dados são referentes ao segundo trimestre de 2014.

Sabendo do alcance que essa rede oferece, empresas, não apenas voltadas ao jornalismo, mas também ao comércio tradicional, traçam objetivos ao entrar nesse espaço, visando comunicar aos leitores e usuários os pontos fortes de seus ‘produtos’. Grande parte da mídia, principalmente a parcela que compõe os grandes grupos empresariais, sabe que não basta apenas criar o perfil ou estar presente na web alimentando e produzindo conteúdo que

¹⁵ Ibope Nielsen Online agosto/2011: Disponível em: http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=h_ome_materia&db=caldb&doid=C2A2CAE41B62E75E83257907000EC04F.

seja relevante aquele público. É necessário identificar as características do público a atingir e as ferramentas mais adequadas. Foi pensando nisso que para compor o nosso arquivo resolvemos partir das postagens que são oferecidas pelas duas revistas em seus perfis oficiais no Facebook. Para, a partir dessas publicações, adentrarmos aos sites que esses veículos de comunicação possuem na rede. A proposta é analisar os mecanismos discursivos utilizados, tanto nas postagens do Facebook, quanto nas matérias divulgadas nos sites, a fim de observar como se dá o processo de representação da candidata Dilma Roussef por esses diferentes meios. Para atingir esse objetivo, foi necessário mobilizar alguns conceitos do domínio da AD que pudessem auxiliar nossa análise através da rede complexa de discursos que sustenta os dizeres destes veículos de comunicação. Pois, dada a problematização, como falar sobre representação discursiva, AIE, mídia tradicional e alternativa sem ter como ponto inicial da escalada analítica as construções linguísticas que materializam tais discursos? Que por sua vez materializam as ideologias? Essa será o intento do nosso próximo capítulo.

4 TECENDO MOVIMENTOS NA TEORIA DO ENTREMEIO

Mas como está na própria análise de discurso, retomar não é repetir.

Repetir não é reproduzir.

Eni Orlandi. **Ler Michel Pêcheux hoje**

No capítulo anterior, buscamos pensar teoricamente a mídia em relação ao político, e o quanto esse vínculo – de natureza intrínseca – colabora decisivamente na constituição do imaginário social sobre os acontecimentos históricos. Ainda levando em consideração a díade mídia/política, refletimos sobre como os ambientes virtuais potencializaram a divulgação de diferentes vozes que compõem o complexo conjunto – mídia tradicional e alternativas – de veículos midiáticos no Brasil. Foi desse ambiente plural e intrinsecamente vinculado à práxis social, que coletamos o *corpus* desta pesquisa.

Para dar continuidade ao nosso trabalho, objetivamos neste segundo capítulo discutir alguns conceitos ligados ao funcionamento da mídia, citados previamente, pensando-os pelo viés discursivo, para assim construirmos o dispositivo teórico capaz de embasar o nosso gesto de interpretação frente ao objeto de análise. Para tanto, vinculamo-nos à teoria do ‘entremeio’, designação usada por Orlandi (2005) para se referir à Análise do Discurso¹⁶ (AD), pensada por Michel Pêcheux nos anos finais da década de 1960. O termo ‘entremeio’ apoia-se no fato de a AD surgir propondo um rompimento com a conjuntura teórica e política do período, visto que, dentre outros pontos, o pensamento predominante ancorava-se no estruturalismo saussuriano. Desse modo, “A AD caracteriza-se (...) desde o seu início, por um viés de *ruptura* a toda uma conjuntura política e epistemológica e pela necessidade de articulação a outras áreas das ciências humanas, especialmente a lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise.” (FERREIRA, 2010, p.18, *grifo da autora*).

As articulações das quais fala a autora dizem respeito aos questionamentos que a AD direcionava e ainda direciona a essas diferentes áreas, provocando, assim, deslocamentos de

¹⁶ Como prossegue no texto, referimo-nos à *Análise do Discurso* advinda das pesquisas pecheuxtianas, o que não nega a existência de outros teóricos que também auxiliaram na constituição desse novo campo de pesquisa, como é o caso do linguista Jean Dubois. Maldidier (2010), em texto dedicado ao trajeto histórico da AD na França, trabalha essa dupla fundação teórica em torno dos dois autores, atribuindo como marco inaugural, dois textos: *Lexicologia e análise do enunciado* escrito por Dubois em abril de 1968 no Colóquio de Lexicologia Política de Saint-Cloud e a tese de Pêcheux *Análise automática do Discurso*, defendida em 1968 e publicada em 1969. A autora ocupa-se ao longo do texto em analisar essa dupla fundação, observando os pontos em comum e os distanciamentos. No que concerne às diferenças, uma é tida como fundamental e diz respeito à relação entre a AD e a Linguística em si: em Dubois a passagem da lexicologia à AD é dada por um continuum, em Pêcheux, pelo contrário, a AD “é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas” (MALDIDIER, 2010, p.13), e é a essa vertente de ruptura que nos filiaremos neste trabalho.

terreno que impossibilitam pensá-la como uma teoria interdisciplinar, pelo contrário, a AD possui características próprias, capazes de fundamentar um trabalho que age nas fronteiras dos diferentes campos de conhecimento na busca por compreender o discurso (seu objeto de análise) em funcionamento.

Apesar da fluidez das fronteiras entre a AD e as filiações teóricas com as quais ela dialoga, é necessário que compreendamos a essência dos conceitos que serão mobilizados, para não correremos o risco de recobrir divergências teóricas, como aconteceu com as primeiras correntes da disciplina, quando o termo Análise do Discurso tornou-se uma grande vulgata, (MALDIDIER, 2010). Essa banalização do termo, muito se deve à amplitude do campo teórico, como também à falta de aprofundamento nos pressupostos teóricos colocados por Pêcheux. É fundamental, antes de falarmos sobre sujeito, língua, discurso, dentre outros conceitos correlatos, levarmos em consideração que o autor estuda a linguagem em consonância com a conjuntura histórica e com os efeitos que a política exerce em seu interior, algo totalmente diferente da perspectiva científica da época, submetida aos rigores e princípios metodológicos, por muitas vezes, inflexíveis.

Essa insatisfação do autor em relação aos estudos da linguagem pode ser comprovada em alguns textos de sua autoria, entre eles, *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais*, escrito em 1966, sob o pseudônimo de Thomas Herbert. Nesse artigo, Pêcheux critica a situação teórica das ciências sociais e, ao problematizar as duas formas tradicionais de crítica às ciências – a interna e a externa – o autor marca uma terceira possibilidade, que se dá a partir do Materialismo Dialético, nesta, a busca é por compreender a relação das ciências com a filosofia e com o complexo das práticas sociais. Situando-se na terceira possibilidade, o autor norteia suas reflexões a partir dos questionamentos que faz sobre as ciências sociais serem ou não práticas científicas e qual o papel que estas desempenham na sociedade como um todo.

Sem a ambição de abordar a problemática proposta pelo autor em toda sua complexidade, o que podemos trazer desse texto de 1966 é que, depois de discorrer sobre as características das práticas científicas, que para ele é “Todo processo de transformação de uma matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios de produção determinados” (HEBERT[1966], 2011, p.24), o autor conclui que as ciências sociais não se enquadram nessa perspectiva. Um dos motivos recai sobre essas ciências não produzirem seus objetos e, segundo o autor, “só pode haver reprodução metódica do objeto se uma transformação produtora deste objeto já foi realizada...” (*idem*, [1966], 2011, p. 31). Sendo assim, mesmo utilizando-se de instrumentos

científicos, as ciências sociais não se enquadrariam como práticas científicas justamente por não terem produzido antes o objeto que se propunham a analisar. E é precisamente com esse cenário teórico que Pêcheux pretende romper ao desenvolver seus estudos sobre o discurso. Demonstrando o problema de se trabalhar no campo das ciências sociais com essa perspectiva, Pêcheux, ainda como Herbert e nesse mesmo texto, apresenta uma alternativa que busca interferir nesse campo, fazer com que se possa pensar sobre ele e a partir dele, sobre o que nele se faz. Seria a chamada *ciência das ideologias*, projeto no qual vinha trabalhando amparado no desenvolvimento das teses althusserianas. Pêcheux coloca-se sob a perspectiva do materialismo histórico para fundar a teoria do discurso centrada nas diferentes percepções que o objeto desta teoria pode tomar. Em suma, o que antes era deixado à margem, a exemplo dos elementos históricos, culturais, sociais e ideológicos, passa a desenvolver interesse central nos estudos do autor. E para caracterizar essa tomada de posição teórica, linguagem e ideologia são postas em relação, numa aproximação preconizada por Althusser ao afirmar que os discursos não são imunes à ideologia. Em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser trata brevemente do discurso, ao falar que a língua é uma das modalidades de existência da Ideologia. Além disso, o autor ainda fala sobre as *evidências* de sujeito e de sentido,

Segue-se que, tanto para vocês como para mim, a categoria de sujeito é uma “evidência” primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.). Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que você e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, [1969] 1985, p. 94)

Pêcheux retoma essas considerações do filósofo para desenvolver sua teoria acerca do discurso. As evidências, das quais falaremos melhor no desenvolver deste capítulo, acabam por fornecer a impressão de liberdade total do sujeito, um sujeito concreto e consciente, afetando também o modo como se percebe o funcionamento da língua e do discurso. É sob essa perspectiva que Pêcheux aprofunda o que Althusser postula e começa a desenvolver sua teoria. Sobre a incumbência teórica de Pêcheux, Malidier explica que

Trata-se de construir uma teoria do discurso articulada a uma teoria das ideologias no quadro do Materialismo histórico. A novidade dessa construção reside no fato de que ela trabalha um nível discursivo que, por não confundir o discurso com a língua, não funde tampouco a língua na

ideologia.(...) Do lado da ideologia, a teoria do discurso representa uma maneira de experimentar a teoria de Althusser na materialidade linguageira. (2011, p.48-49).

Em sintonia à proposta do materialismo histórico, Pêcheux aponta para o deslocamento epistemológico que pretende realizar ao se desvencilhar das teorias voltadas estritamente à língua para considerar uma abordagem teórica voltada ao discurso. Como vimos no primeiro capítulo, Althusser trabalha o conceito de ideologia no âmbito das práticas sociais, sendo materializada através dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Pêcheux desenvolve essas noções marxistas, reformuladas por Althusser, em nível discursivo, voltando suas atenções ao trabalho da ideologia no interior do discurso, num processo constitutivo que abordaremos na seção seguinte.

4.1 A CONSTITUIÇÃO IDEOLÓGICA DO DISCURSO

Há de se considerar que não é de hoje o interesse dos teóricos da área dos Estudos da Linguagem em refletir sobre as construções ideológicas presentes nos textos que circulam na sociedade. Outros autores antes de Pêcheux versaram a respeito da relação entre Linguagem e Ideologia. Um deles foi Bakhtin, que já trazia à discussão linguística o caráter social e histórico da linguagem, conseqüentemente, os traços ideológicos inerentes à língua, pois segundo o autor (2012), o ideológico estaria relacionado à linguagem através dos signos. Pêcheux, ao contrário de Bakhtin, entende que é através da categoria de sujeito que ideologia e discurso são interligados, através do processo complexo de interpelação do indivíduo em sujeito do discurso, do qual falaremos mais à frente.

A “aventura teórica”¹⁷ pecheuxtiana que, dentre outras considerações, defendia o ideológico enquanto constitutivo do discurso, desenvolveu-se desde o texto de 1969, *Análise Automática do Discurso*, considerado marco fundador da teoria, persistindo sob o comando de Pêcheux até seus últimos escritos na década de 1980, tendo por característica principal a busca por pensar o processo discursivo através do conceito de ideologia. Dresch (2005), ao falar sobre o assunto, considera que, mesmo não retomando o empreendimento teórico dos textos precedentes assinados pelo pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux no texto de 1969

¹⁷ Expressão utilizada por Malidier (2011) para se referir ao percurso teórico de construções, desconstruções e reconstruções que marcaram a AD nos anos de sua constituição e desenvolvimento, sendo uma disciplina marcada por um discurso transversal às teorias da época.

[...] traz, entretanto, a noção de “condições de produção, fala ainda de lugares sociais, de formações imaginárias e de papéis discursivos”, que podem ser pensados também a partir do conceito de ideologia, que vai aparecer de forma sistematizada no interior da teoria quando Pêcheux e Fuchs (1990), em 1975, apresentam o quadro epistemológico da AD, articulando três regiões do conhecimento: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso (PÊCHEUX; FUCHS, 1990 [1975], p.163-164). (2005, p.94).

Em AAD 69, observamos o interesse de Pêcheux em proporcionar um método científico às ciências sociais, já que estas se serviam de instrumentos inapropriados, como o autor problematizou no texto de 1966. Entretanto, as referências sobre o conceito de ideologia, tão presentes nos textos assinados por Herbert, são quase inexistentes na obra de 1969. Henry (1997, p.13-14) fala um pouco sobre essa ausência,

De fato, os conceitos e as noções-chaves dos textos assinados por Thomas Herbert, que fazem explicitamente referência ao “materialismo histórico” e à psicanálise, estão quase que completamente ausentes do livro de Pêcheux sobre a análise automática do discurso. Não há, no livro, senão uma única referência a uma “teoria das ideologias” e a uma “teoria do inconsciente”, em uma nota de rodapé. Nesta nota, Michel Pêcheux diz somente que a teoria do discurso, tal como ele a concebe, não pode ocupar o lugar destas teorias, mas pode intervir em seu campo.

O aprofundamento nos textos althusserianos sobre sujeito e sobre o caráter ideológico do discurso fica em suspenso nessa obra e só reaparece anos depois, quando Pêcheux e Fuchs apresentam o quadro epistemológico da AD, como dito por Dresch. Henry (*idem*, p.14) configura essa ausência das possíveis filiações teóricas efetivas de Pêcheux como “a tradução de uma estratégia cuidadosamente deliberada.”. O objetivo estaria em separar a apresentação de seu sistema de análise da apresentação dos problemas teóricos que o levaram a construí-lo, para que assim, pudesse ser usado nas ciências sociais, causando uma espécie de reviravolta (p.36). Dito isso, seguimos o objetivo desta seção que trata de discutir o caráter ideológico do discurso, sendo assim, voltaremos ao AAD 69 mais à frente, para refletir sobre o conceito de formações imaginárias, fundamental para compreendermos a noção de representação discursiva.

Continuaremos nossa explanação apoiando-nos agora, no texto de 1975, *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*, em que os autores propõem uma reformulação na maneira de pensar a relação entre a linguística e a teoria do discurso e, para tanto, articulam as regiões do conhecimento já mencionadas. A respeito da região do materialismo histórico, os autores pontuam que a área que diz respeito aos estudos discursivos

“é a da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada”. (1997, p.165). ‘Superestrutura’ em retomada à releitura althusseriana sobre a concepção de Marx, em que considera a estrutura de toda sociedade como formada por níveis, a infra-estrutura ou base econômica, e a superestrutura, que abriga dois outros níveis: o jurídico-político e o ideológico (cf. seção 1.2).

Essas noções de infra-estrutura e superestrutura são recuperadas¹⁸ por Pêcheux para esclarecer como o que é de domínio da economia pode influenciar o que é da ordem do ideológico e como isso corrobora para os fundamentos de sua teoria materialista do discurso. Sobre essa relação, Pêcheux e Fuchs (1997, p.165) marcam que “o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como “determinado em última instância” pela instância econômica, na medida em que aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica”, de maneira mais precisa, das relações de produção próprias dessa base econômica. Sendo assim, a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social não é determinada apenas pela ideologia, isso seria desconsiderar as determinações econômicas, cabe saber, no entanto, que o interesse recai sobre as condições ideológicas para o desenvolvimento dos conceitos intimamente ligados a essa perspectiva.

É então, ainda no ano de 1975, com a proposta de fundar “*a teoria (materialista) dos processos discursivos*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 125 *grifos do autor*) sob o terreno de uma “teoria não-subjetiva da subjetividade” (*ibidem*), que Pêcheux retoma essa área do materialismo histórico, pensando-o dentro dos limites de seu objetivo, nessa atitude agregadora de elementos para melhor compreender o funcionamento da ideologia à nível discursivo. Nas partes iniciais de um de seus mais famosos textos, *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* ([1975] 2009), o autor segue seu trabalho de reflexão questionando o estudo da linguagem cercado pelos rigores dos procedimentos científicos. Nesse texto, o autor tece duras críticas às chamadas *Semântica Componencial* (ligada ao Empirismo Lógico) e à *Semântica Formal* (advinda do teórico Frege), no intuito de fugir da obviedade dos resultados que essas metodologias impunham aos estudos do sentido. O que queremos ressaltar é a insatisfação do autor frente à concepção de linguagem enquanto conjunto de leis sistêmicas imanentes.

¹⁸ O autor retoma essas noções em *A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas* (1997 [1975]), como também no início da terceira parte do livro *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2009 [1975]) na busca por evitar mal-entendidos sobre os conceitos que formula e que tocam na teoria das ideologias do materialismo histórico.

Se voltarmos um pouco e lembrarmos o projeto inicial pensado por Pêcheux ainda sob o pseudônimo de Herbert, a *Teoria Geral das Ideologias* nasce com o intuito de ‘substituir’ as ciências sociais que seriam, no fundo, representações ideológicas do próprio trabalho da ideologia na sociedade. A aproximação com a Linguística e, conseqüentemente, com as bases estruturais que vigoravam nessa área do saber, vem para reforçar o caráter científico da empreitada teórica, num trabalho que progressivamente vai tendo no discurso seu objeto de análise. Sendo assim, a linguagem é vista como condição de existência do discurso, mas este precisa ser pensado a partir de mais elementos, como o social e o ideológico, que acabam por determina-lo. Voltando ao texto de 1975, Pêcheux recobra o conceito de Ideologia e, conseqüentemente, de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), para considerar a constituição das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, e como estes aparelhos constituem a cena da luta ideológica de classes. Para tanto, faz-se importante compreender como a instância ideológica age dentro dos aparelhos, é então que o autor fala sobre a materialidade concreta da Ideologia

[...] sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter regional e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a maneira de se servir deles – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem – , o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (luta de classes) na Ideologia. (PÊCHEUX, [1975] 2009, p.132 *grifos do autor*).

Aqui, Pêcheux discute sobre a noção de *formações ideológicas*¹⁹ e de suas características regionais que formam uma estrutura complexa de desigualdade-subordinação numa formação social dada. Outra consideração feita diz respeito aos objetos ideológicos e aos sentidos que estes carregam que, longe de serem sentidos universais preexistentes, estão subordinados à luta ideológica travada pelo conjunto complexo de formações ideológicas no interior dos AIE. Sobre as ideologias e a Ideologia diferenciadas pelo ‘i’ maiúsculo e minúsculo, há uma determinação semântica por traz dessa distinção ortográfica. Para falar sobre isto, Pêcheux ([1975] 2009) retoma as duas proposições enunciadas por Althusser antes

¹⁹ O conceito de Formação Ideológica é introduzido aos estudos discursivos por Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]). Nele, as formações ideológicas são vistas como “um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento;” (p.166). Os autores acrescentam que, na impossibilidade de tomarmos essas formações como um campo homogêneo, “cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflitos umas com as outras” (*idem, grifos do autor*).

de apresentar sua tese central, são elas: “1) Só há prática através de e sob *uma* ideologia; 2) Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos;” (p.135, *grifos do autor*). Percebemos que na primeira proposição o artigo indefinido sugere que há um desmembramento da instância ideológica quando posta em prática, seriam as formações ideológicas das quais falamos no desenvolver precedente. O mesmo não acontece na segunda preposição, quando a determinação do termo ‘ideologia’ é colocada de forma geral, sem especificações. De Nardi (2005), em texto dedicado a debater a obra *Semântica e Discurso*, evidencia as motivações teóricas dessa distinção,

Vê-se, desse modo, que há entre a Ideologia e uma ideologia específica um espaço de diferenciação: enquanto a primeira é eterna, ou seja, está para além da história, constituindo-se como a exterioridade para todas as relações humanas, a outra resulta de um processo histórico, do trabalho de sujeitos imersos na luta de classes, e como tal aparece como uma âncora de sentidos para o dizer, sentidos esses que teimam em aparecer como se estivessem postos desde sempre como tais. (p.160)

Interessa-nos para seguir nesta discussão teórica, buscar as explicações para compreendermos como se dá o funcionamento dessa “âncora de sentidos” da qual nos fala a autora. Buscar respostas a respeito da constituição do sentido é também explorar o processo da constituição do sujeito que se dá através da “figura da interpelação” (PÊCHEUX, 2009, P.140). Como dito anteriormente, para a teoria dos processos discursivos, é através da categoria de sujeito que discurso e ideologia se unem na constituição dos sentidos, a Ideologia apresenta-se então, como o elemento que interpela os indivíduos em sujeitos, dessa interpelação resultam duas formas de evidência, uma diz respeito à evidência do sentido e a outra à evidência de que somos sempre já sujeitos do discurso.

A evidência do sentido fornecida pela interpelação ideológica mascara o caráter material do sentido, ou seja, a sua dependência ao conjunto de formações ideológicas. Pêcheux (2009) especifica essa dependência por meio de duas teses que procuramos expor aqui de forma breve. A primeira diz respeito ao fato de que o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, quer dizer,

[...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em

referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem. (p. 146-147, *grifos do autor*).

Essa referência às formações ideológicas é intermediada pelo que Pêcheux (*idem*) designa como *Formação Discursiva*. Esse conceito surge primeiramente (de maneira desenvolvida) na obra *A Arqueologia do Saber* ([1969], 2009), de Michel Foucault onde, na busca por apreender as regularidades frente às dispersões discursivas, o autor desenvolve essa famosa passagem a respeito do que considera ser uma formação discursiva (doravante FD),

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (p.43).

Nesse texto, Foucault dedicou atenção ao estudo da constituição dos saberes na sociedade, como estes estariam organizados em arquivos e suscetíveis de serem resgatados através da análise das enunciações. Para tanto, o autor traz uma noção de história diferente do senso comum da época, afastada da visão de linearidade e longe de ter um fluxo contínuo. A história em Foucault é plural, vivida de diferentes maneiras em um mesmo espaço de tempo, sendo assim, as formações discursivas seriam as regularidades em meio à pluralidade dos acontecimentos. Com objetivos e finalidades diferentes dos de Pêcheux, Foucault, na busca por compreender como os saberes se instauram socialmente, não aproxima o conceito de FD da noção de ideologia, é então que temos um dos principais pontos de deslocamento do conceito foucaultiano quando retomado pela AD. Em Pêcheux, a noção de FD é pensada no íntimo da teoria marxista/althusseriana, o autor chama de

[...] *formação discursiva*, aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). (2009, p.147).²⁰

²⁰ Essa passagem é acompanhada por uma nota de rodapé que cita o artigo *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso*, texto em que o conceito de FD aparece pela primeira vez no desenvolver da teoria pecheuxtiana. Baronas (2004), no entanto, questiona que este tenha sido o primeiro momento em que a noção foi enunciada, pois, segundo o autor, “é possível constatar que o germen desse conceito aparece alguns anos antes de 1971, num outro texto de Pêcheux, *Lexis et metalexis: les problemes des determinants*, escrito a quatro mãos com C. Fuchs.” (p.02). Datado de 1968, o texto foi escrito um ano antes da obra *A Arqueologia do saber* (1969) de Foucault, Baronas então assevera que, pelo menos no que diz respeito à elaboração do conceito, é mais pertinente pensar que este tenha derivado do paradigma marxista formação social, formação ideológica, para

Tem-se aqui a noção de que a ideologia é materializada por meio dos discursos e estes são determinados a partir das formações discursivas. A formulação teórica do conceito de FD neste momento une-se ao que é da ordem do ideológico, como também ao sujeito, para poder explicar essa possibilidade de determinar o que pode e deve ser dito em diferentes esferas sociais, por diferentes lugares discursivos.

Voltando à citação de Pêcheux (1975) sobre a interpelação dos indivíduos em sujeitos através da Ideologia, o autor coloca que os indivíduos são interpelados em sujeitos do discurso pelas FDs que representam na linguagem as formações ideológicas. É devido a este intrincamento que não se pode falar em um sentido ‘universal’, visto que os sentidos se constituem nas FDs, por isso expressões iguais podem receber sentidos diferentes, como também o oposto pode acontecer, expressões diferentes podem ter o mesmo sentido no interior de FDs dadas; é na base linguística então, que os processos discursivos se desenvolvem, inscritos na luta ideológica de classes, que por sua vez está marcada por seu caráter contraditório.

Fechada essa primeira asserção – o sentido não existe em si mesmo –, Pêcheux segue o texto (1975 [2009]) formulando a segunda tese, e é nesse momento que o conceito de FD, tal como apresentado no texto de 1971, sofre suas primeiras resignificações, no momento em que se associa o *interdiscurso* ao processo desempenhado nas/pelas FDs. Nas palavras do autor, a segunda tese consiste em que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas...” (2009, p.149). Esse “todo complexo com dominante” é entendido como sendo o interdiscurso, estando ele submetido também à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas. Na esteira de Pêcheux, Malidier (2003, p.51) aponta que “o interdiscurso designa o espaço discursivo ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição.”. As FDs passam a ser entendidas como dependentes do interdiscurso, pois toda FD só se constitui por meio da relação que mantém com esse todo complexo com dominante que se mostra no fio do discurso na forma de dois elementos a saber: o *pré-construído* e a *articulação*. Esses dois elementos estabelecem um verdadeiro deslocamento do campo lógico-linguístico para o da teoria almejada por Pêcheux. Interessa-nos aqui compreender a distinção

então chegamos à noção de formação discursiva, propondo assim, uma paternidade partilhada – Pêcheux e Foucault – considerando as diferenças epistemológicas da noção para os dois autores.

desses dois elementos, ainda que de forma sucinta. Pêcheux diferencia-os da seguinte maneira:

o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a *articulação constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*. (2009, p.151).

Tanto o pré-construído quanto a articulação são processos discursivos que têm na língua a base para seu funcionamento e podem ser pensados na relação entre o discurso ‘atual’ e o discurso ‘sempre-já-ali’ do qual falou o autor. O pré-construído seria a forma pela qual esse discurso ‘já-dito’ seria mobilizado e chamado a intervir no que Pêcheux chamou de *intradiscurso*²¹. Seria um elo entre os desenvolvimentos filosóficos, históricos e sociais e o funcionamento linguístico, pois as estruturas sintáticas que podem denunciar a presença de traços de construções anteriores da língua no discurso são designadas como sendo pré-construído na concepção pecheuxtiana. A noção de interdiscurso vem para desconstruir o pensamento de FD enquanto um espaço estrutural fechado, à semelhança de blocos homogêneos. À luz da noção de interdiscurso, percebe-se que a base constitutiva das FDs possuem fronteiras abertas por onde ultrapassam elementos vindos de outro lugar, de outras FDs. Os pré-construídos são exemplos desses elementos ‘externos’ à dada FD que podem em algum momento infiltrar-se e possibilitar movimentos de reconfiguração e transformação em seu interior.

Com essas considerações acerca de interdiscurso relacionado às FDs, outro conceito a ter suas características reexaminadas é o de *forma-sujeito*. Advindo de Althusser, a noção recebe na ‘teoria materialista do discurso’ uma vestimenta conceitual para auxiliar no entendimento do funcionamento imaginário dos sentidos tidos como ‘transparentes’, mas que na realidade tem seu caráter material ocultado pelo trabalho ideológico. A noção de forma-sujeito aparece em *Semântica e discurso* (2009 [1975]) como sendo o resultado do assujeitamento ideológico, pelo qual o sujeito se identifica com a FD que o constitui, cuja condição material é o interdiscurso e sua reformulação intradiscursiva. Esse processo acontece sob a aparência de autonomia, fazendo com que o caráter de imposição-dissimulação

²¹ Conceito que diz respeito ao nível da formulação, para Pêcheux (2009), “aquilo que se pode chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito.”. (p.53). Para explicitar metodologicamente, os conceitos de interdiscurso e intradiscurso foram representados por dois eixos que se cruzam, sendo o eixo vertical o interdiscurso e o eixo horizontal a representação do intradiscurso que designaria aquilo que foi dito em um dado momento, em condições dadas.

seja mascarado. Sobre isto, Pêcheux propõe retomar a distinção dominação/determinação “para colocar que a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva *dominante*, e que as formações discursivas que constituem o que chamamos de seu interdiscurso *determinam a dominação da formação discursiva dominante*.” (2009, p.151 *grifos do autor*).

Vê-se nesse percurso que fizemos até aqui o quanto a ‘aventura teórica’ de Pêcheux passou por construções e reformulações no intuito de compreender e analisar os processos discursivos e a constituição de sentidos vinda desses processos. Foi assim que, mesmo sendo pensada em uma conjuntura política e social distintas da que hoje temos, a teoria do discurso continua presente nas pesquisas que almejam desenvolver um estudo mais aprofundado sobre o caráter material da constituição dos sentidos. Um dos pontos fortes que contribuem para tal contemporaneidade advém da noção de heterogeneidade que Pêcheux traz nos anos finais de sua contribuição à teoria, da qual falaremos mais ao longo do capítulo. No momento, cabe a nós pensarmos um pouco sobre a abordagem ideológica do discurso nos dias de hoje.

Longe de representar um período teórico hoje extinto, ou ser “exemplo de uma época passada, que preconizava o engajamento e a inquietude do sentido político”, como citou Mazière (2007, p.08) ao se referir aos questionamentos feitos atualmente à AD, temos neste campo teórico importantes subsídios para pensar a Ideologia nos dias de hoje. Como sabemos, um dos lugares em que a AD mais se desenvolveu foi no Brasil e, como constatou a autora (*idem*, p.65), a questão do sujeito ligada à ideologia e ao inconsciente foi, nos trabalhos dirigidos por Orlandi, um dos pontos mais aprofundados da teoria. Ou seja, há a necessidade de conhecermos os textos fundadores pensando-os nos dias de hoje, é o que Orlandi propõe em *Ler Michel Pêcheux* hoje (2012), ao rememorar as propostas pecheuxtianas em torno do sujeito: fazendo-nos olhar as formas históricas do assujeitamento do indivíduo, os efeitos da política na linguagem, ou ainda, pensar a história atravessada pela ideologia.

É nessa perspectiva que levaremos em consideração as construções, desconstruções e reconstruções que marcaram a “aventura teórica” pecheuxtiana, pensando-as nos dias de hoje. As maquinarias discursivas, elaboradas para fornecer um instrumento científico de análise dos objetos das ciências sociais, deram início à busca do autor por trabalhar no “ponto nodal das contradições” (2009, p.18) que comprometia a sistematicidade da Linguística enquanto ciência: a Semântica. O próprio autor, anos depois, admite a falha desse método automático das maquinarias, pois considerava sentidos previamente estabelecidos.

Na década de 70, a noção de FD – como visto anteriormente – recebe uma de suas importantes reconfigurações, pois como vimos, é nesse período que Pêcheux relaciona o

conceito de FD à noção de interdiscurso, trazendo para o interior dessas formações o caráter instável dos sentidos ali constituídos. A partir dessas considerações, não se pode mais pensar em FDs como zonas estáveis fechadas, assegurando um assujeitamento pleno do sujeito do discurso à forma-sujeito que domina os sentidos de dada FD.

Com as reflexões que levam em conta a instabilidade, os atravessamentos constitutivos e um sujeito cada vez mais clivado, a teoria pecheuxiana passa a caminhar rumo à noção de heterogeneidade. Não a pensando como uma característica complementar, e sim como um elemento capaz de resolver algumas interrogações que haviam ficado em aberto nas reconstruções teóricas precedentes, tais como a estabilidade subjetiva, a regularidade excessiva das FDs, como também a relação entre estas e o interdiscurso. Pois como afirma Gregolin (2007b, p.159), “a partir de 1977, o primado da heterogeneidade coloca-se tanto como categoria conceitual quanto em relação ao corpus.”. Esse conceito de heterogeneidade quando relacionado ao *corpus* evidencia no momento da análise as maneiras como a linguagem funciona através dos sujeitos, fazendo emergir sentidos diferentes, ligados a historicidades distintas num movimento complexo marcado pelos pontos de deriva e pela possibilidade latente do diferente, do outro. Nessa perspectiva, uma profunda reformulação teórica se inicia, onde

A questão do discurso é, a partir de então, posta sob o signo da heterogeneidade. O primado do outro sobre o mesmo se impôs, eu poderia dizer, parodiando Michel Pêcheux. O que, nos anos precedentes, procurava-se através da contradição marxista ou nas falhas da interpelação ideológica, se inscreve agora no termo “heterogeneidade”. (MALDIDIER, 2003, p. 74).

Os subsídios teóricos que antes fomentavam as pesquisas de Pêcheux recebem o aporte do conceito de heterogeneidade com o objetivo de compreender o funcionamento do ‘outro no mesmo’ dos processos discursivos. Isso não significa dizer que as contribuições do materialismo histórico se perdem com a chegada da noção de heterogeneidade, o que acontece é uma expansão das fronteiras dos diferentes campos do conhecimento nas quais a AD atua. Essa reconfiguração em seu estatuto teórico e nos procedimentos de análise faz com que alguns conceitos sofram profundas reformulações, dentre eles o próprio objeto de estudo: o discurso. Este passa a ser considerado, em sua natureza, heterogêneo, determinado pela característica também heterogênea das FDs, visto que estas são atravessadas por discursos que compõem outras FDs, num processo que evidencia a contradição inscrita na ideologia na qual tal FD se inscreve. É a partir dessas considerações que podemos refletir sobre o que provoca

as reformulações e o caráter heterogêneo de todo discurso, inclusive do discurso político, do qual falaremos a seguir.

4.2 O POLÍTICO, O JORNALISMO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Como visto anteriormente (cf. seção 2.1), o discurso, objeto de estudo da teoria pecheuxtiana, é o meio pelo qual a Ideologia encontra sua materialidade. Concebido como sendo o efeito de sentido entre locutores ([1975] 2009), esse pressuposto central da AD carrega muitos conceitos imbricados, alguns deles já expostos aqui. Buscaremos, a partir de agora, afunilar um pouco mais o nosso dispositivo teórico, tendo por base o discurso político e, posteriormente, o discurso jornalístico, ressaltando a impossibilidade de pensa-los como discursos homogêneos, fechados em si.

Como sabemos, o interesse pelos estudos discursivos pecheuxtianos recaiu sobre o discurso político. Orlandi (2012, p.11), referindo-se ao autor, pontua que “O político – e mesmo a política – não lhe vem por acréscimo. É constitutivo de seu pensamento”. Isso é comprovado na medida em que adentramos em seus pressupostos teóricos e no *corpus* que era analisado discursivamente. Entretanto, ter o discurso político como interesse principal não deslegitima o estudo dos demais discursos utilizando-se do que foi proposto pelo autor. Isso é manifesto ao pensamos no desenvolver da teoria aqui no Brasil. O alcance da AD vai muito além de uma abordagem inteiramente voltada aos discursos políticos, aliás, muitos são os trabalhos voltados para outras áreas e a mídia é apontada como terreno fértil na busca por pensar os processos discursivos, como propusemos neste trabalho.

Todavia, antes de falarmos sobre o discurso midiático, mais precisamente, o discurso jornalístico, dedicamos este momento do trabalho para pensar um pouco sobre o discurso político e a produção de sentidos, visto que nossa temática gira em torno da política e de como esta é representada pelos meios de comunicação. Como já colocamos (cf. cap.I), o discurso político foi tido como objeto privilegiado no intuito de se refletir sobre o funcionamento ideológico através da linguagem. Nos dias de hoje isso não é diferente, visto a complexidade da conjuntura política que hoje temos em nosso país. Entretanto, muito do que foi trabalho por Pêcheux, como também por Courtine, leva-nos a compreender que o processo discursivo no âmbito da política possui certos mecanismos que reincidem ao longo do tempo.

Courtine fez parte do grupo de estudos de Michel Pêcheux, o que contribuiu para que pudesse dar continuidade a muito do que foi pensado pela disciplina. No livro, *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, resultado de sua tese em 1981, Courtine faz algumas considerações acerca do discurso político, uma delas sobre a relação das práticas de análise do discurso político com a própria prática política. O autor traz uma fala de Pêcheux sobre essa tese de determinação política dos trabalhos que se utilizam de tais procedimentos, para Pêcheux

Não se trata de intervenções meramente técnicas: uma certa maneira de tratar os textos está inextricavelmente ligada a uma certa maneira de fazer política (...). Não se pode pretender falar do discurso político sem tomar simultaneamente posição na luta de classes, pois, na realidade, essa tomada de posição determina, na verdade, a maneira de conceber as formas materiais concretas sob as quais as “ideias” entram em luta na história. (apud COURTINE, 2009, p.125).

Há de se convir que a partir do momento em que se adentra no nível do discurso, paralelamente ingressamos no domínio do político. Isso acontece pelo fato de a língua estar diretamente ligada à ideologia através dos sujeitos discursivos. O analista do discurso não foge a essa perspectiva, pois a partir do momento em que nos posicionamos na escolha por determinada teoria em detrimento de outra, estamos nós, também, tomando um posicionamento político. Sendo assim, não é possível tomar à palavra e se manter imune às influências políticas, visto que, junto à historicidade e ao simbólico, o político é constitutivo da produção dos efeitos de sentido. O próprio Courtine (*idem*, p.124) fala sobre o interesse primeiro da AD aos *corpora* formados por discursos políticos, principalmente aos ligados aos partidos de esquerda que compunham a formação social francesa na conjuntura política da época. Na perspectiva da AD, o fazer teórico está diretamente ligado ao fazer política.

Os primeiros momentos da AD demonstram o quanto a busca por delimitar as barreiras ideológicas presentes no fio discursivo objetivava desenvolver uma leitura ‘pertinente’ dos textos políticos, o que não deixava de ser uma prática política. Courtine (2009) propõe analisar os discursos tomando por base a heterogeneidade que os constituem, evidenciando que as falhas também estão presentes no funcionamento ideológico e, conseqüentemente, no discursivo.

Sem a pretensão de esgotar o tema, podemos dizer que essa retomada breve nos mostra que a forma de ver o discurso político, assim como os demais discursos que circulam na sociedade, não pode ser vinculada à ideia de isolamento, como se não houvesse articulação

entre os diversos discursos que se apresentam. Vimos que o discurso político apresenta algumas características que lhe são próprias, mas por tomarmos o discurso enquanto prática e não enquanto produto, sabemos que este não pode ser pensado como tendo começo e fim, mas sim como um processo que tem na heterogeneidade uma de suas características centrais. E um bom exemplo das possibilidades articulatórias entre discursos está no discurso veiculado pela mídia, especificamente, o discurso jornalístico.

Falar em discurso jornalístico, de certa forma nos faz pensar sobre a capacidade em mediar tantos outros discursos, e o que poderia resultar em uma pluralidade de representações veiculadas pelos mais diferentes meios de comunicação, algumas vezes acaba por ser determinado por “uma formação ideológica que se apresenta como simulacro da neutralidade e da imparcialidade.” (GREGOLIN, 1997, p. 02).

Nossa proposta de refletir sobre como um mesmo acontecimento histórico pode dar margem a enunciados distintos e como a mídia tradicional trabalha na busca por homogeneizar essa diversidade discursiva vai de encontro ao que Pêcheux propõe em *Discurso: estrutura ou acontecimento?* ([1983] 2008). Nesse texto, o discurso é analisado na relação entre sua estrutura e acontecimento, ou seja, é feita uma ponte entre os ambientes logicamente estabilizados e aquelas formulações sujeitas ao equívoco. Observada essa possibilidade de múltiplas interpretações a que um discurso está sujeito devido à natureza opaca da língua, Pêcheux parte do enunciado “*On a gagné* (ganhamos)” (idem, p.17) para discutir a relação entre descrição e interpretação que deve haver na AD. É sobre a forma de veiculação desse enunciado no meio jornalístico que o autor dispõe no seguinte trecho: “Esse acontecimento que aparece como o “global” da grande máquina televisiva (...) é o acontecimento jornalístico da mass-mídia que remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente (...) e profundamente opaco.” (idem, p.19-20). Queremos neste momento falar sobre essas duas observações: o “perfeitamente transparente” e o “profundamente opaco”. Essas características se encontram em um plano paradoxal, cabíveis de serem pensadas a partir do momento que consideramos a língua como sujeita à falta, à incompletude, à falha. A noção de “real da língua” surge para designar essa concepção de língua diferente da estrutura fechada e homogênea defendida pelos estruturalistas, essa é uma das contribuições da interface entre a AD e a Psicanálise. Os estudos psicanalíticos, principalmente na figura de Lacan, remetem à inserção no campo epistemológico da AD de uma concepção de sujeito submetido tanto ao inconsciente quanto as circunstâncias sócio-históricas, é um sujeito marcado pela clivagem. É essa característica de incompletude,

constitutiva tanto do sujeito, quanto da língua, que fornece a possibilidade dos deslizamentos de sentidos, de sua condição de deriva.

O discurso jornalístico vem a todo o momento utilizar-se de mecanismos linguísticos e discursivos na busca por contornar esse real da língua, para assim, driblar o furo da linguagem na figura do equívoco, que só é possível devido ao caráter de incompletude da língua e do sujeito. Sobre essa busca por uma homogeneidade lógica, atravessada por uma série de equívocos, Pêcheux (2008) pontua que

Esta cobertura lógica de regiões heterogêneas do real é um fenômeno bem mais maciço e sistemático para que possamos aí ver uma simples impostura construída na sua totalidade por algum Príncipe mistificador: tudo se passa como se, face a essa falsa aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente, mesmo, e talvez sobretudo, aqueles que se acreditam “não-simplórios”: como se essa adesão de conjunto devesse, por imperiosas razões, vir a se realizar de um modo ou de outro. (p.32).

Essa prática lógica pautada nas proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas faz com que todas as atividades, ou grande parte delas, pautem-se nessa perspectiva, onde se não é de um jeito, necessariamente precisa ser de outro. Mas longe de ser uma ‘realidade’ imposta pelos meios científicos, administrativos ou qualquer outra esfera que trabalhe com a noção logicista, outras áreas acabam sendo determinadas por essa bipolarização: situações rotineiras, discussões do dia-a-dia, escolhas políticas, dentre outras ações. Essa necessidade universal acompanha o sujeito pragmático desde sua entrada na esfera social: o que não é bom para a saúde, faz mal a ela, em um jogo, ou se ganha ou se perde, se não está ligado, está desligado, etc. Como forma de responder a essas demandas, “O Estado e as instituições funcionam o mais frequentemente – pelo menos em nossa sociedade – como pólos privilegiados de resposta a esta necessidade ou a essa demanda.” (PÊCHEUX, 2008, P.34).

Sendo assim, partiremos do pressuposto de mídia tradicional enquanto instituição privilegiada na missão de organizar os acontecimentos, “realizando uma espécie de catalogação do real, deixando o real palatável e simbolicamente disciplinado.” (MARIANI, 2007, p.199). Unificar a multiplicidade heterogênea dos acontecimentos não seria uma missão aleatória, livre de determinações exteriores/interiores, pois como foi visto anteriormente (cf. seção 1.1), a mídia possui uma ligação intrínseca com o político e, muitas das vezes, ocorre a tomada de decisões políticas de maneira explícita, como também implícita. O fato é que a posição de neutralidade e imparcialidade da mídia vem se tornando insustentável devido ao

caráter interpretativo que com o passar do tempo vem se apresentando quando o assunto são os veículos de informação. Em sua tese de doutoramento que traz o discurso jornalístico sobre o PCB, Mariani (1996) fala a respeito da constituição dos sentidos no meio jornalístico,

A produção de sentidos para os fatos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas, (eles também sujeitos históricos), dos leitores e da linha política dominante no jornal. Por outro lado, há eventos políticos produzidos para se imporem como notícia. Nesse caso, a imprensa torna-se um veículo usado por determinados grupos/partidos para ganhar visibilidade (ou notoriedade) política. (p.63).

Estes são alguns dos elementos que contribuem para um encadeamento linear que compõe o imaginário veiculado pela mídia. O jogo a que a autora se refere e do qual fazem parte os jornalistas, os leitores e a linha política dominante no jornal não atua de maneira aleatória, muito menos movido por desejos individuais. Há uma íntima ligação entre esse jogo e os discursos dominantes que permeiam a sociedade. Por isso, analisar os efeitos de sentido que envolvem a figura de Dilma Rousseff na estrutura social e midiática que hoje temos no Brasil requer que pensemos em como a ideologia e os discursos dominantes vêm agindo na materialidade discursiva presente nos veículos de comunicação. Sobre os discursos dominantes na estrutura social de hoje Magalhães (2003. p.40) fala que

[...] o discurso dominante (liberal) não pode explicitar o cerne das contradições sociais, embora tenha que procurar dizer a realidade. Esse duplo aspecto faz o discurso dominante se constituir primeiro para silenciar e só secundariamente para dizer. A partir de mecanismos lingüísticos produtores de efeitos de silenciamento é realizado o jogo de produzir o dito, deixando implícito o não dito e silenciando o impossível de ser explicitado, fazendo com que o leitor/ouvinte tenha que necessariamente sair do discurso para compreender a dinâmica do próprio discurso, desvendando sua opacidade.

Ou seja, apesar de dizer a ‘realidade’, o discurso dominante não representa toda a complexidade existente em uma sociedade, pelo contrário, a busca por homogeneizar os fatos, faz com que seja evidenciada, apenas, uma parte do todo. E esse jogo de expor e omitir, muito comum no discurso jornalístico, também produz sentidos. Podemos dizer que é uma das formas sutis que contribuem para a institucionalização dos sentidos, fazendo com que o imaginário veiculado por esses meios midiáticos ganhem lugar na sociedade de forma quase que natural.

Há de se levar em consideração que os sentidos que atuam na construção desse imaginário se organizam em um momento histórico determinado. Como diz Mariani (2007, p.201), a construção de sentidos “encontra-se inserida no conjunto contraditório de relações político-sociais e culturais que constitui a mídia impressa bem como seus leitores”. E ao falarmos sobre momento histórico determinado, é importante lembrar que este resulta da relação que mantém com seu ‘passado’, com as aproximações entre sentidos, como também com as rupturas que deram origem a novos encadeamentos de enunciados.

Outro ponto importante a considerar quando falamos sobre o discurso jornalístico, é o de pensá-lo como uma modalidade de *discurso sobre* (MARIANI, 1996, p. 63). Seria o efeito de converter em objeto àquilo sobre o que estamos falando. É como se dessa forma, o enunciador – o jornalista – pudesse opinar com maior liberdade, mostrando que não possui vínculo com o objeto ao qual se refere. Acerca dessa modalidade a autora coloca que

Os discursos sobre são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um discurso de ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na correlação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (idem, p.64).

A intermediação entre o discurso-origem e o interlocutor através do *falar sobre* proporciona uma espécie de organização, produzindo efeitos de sentido que obedecem a uma linearidade própria ao ato de narrar/descrever. Sendo assim, a continuidade das notícias obedece a um processo de evidências e silenciamentos, fazendo com que a fragmentação própria dos acontecimentos históricos receba características de linearidade, dito de outra forma, “o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado bem como na construção da memória do futuro.” (MARIANI, 1996, p.64).

Para compreendermos como se dá o processo de constituição do imaginário social do qual fala a autora, faz-se necessário pensar no conceito de representação vinculado à AD e aos conceitos fundantes da teoria. Como foi visto, os sentidos são constituídos sob a determinação sócio-histórico-ideológica do meio no qual circulam, através do funcionamento da linguagem que tem a incompletude como condição de existência. É o caráter opaco da linguagem que permite não apenas aos sentidos, mas também aos sujeitos, a possibilidade de serem sempre

outros. Toda vez que o sujeito de um discurso toma a palavra, ele mobiliza mecanismos de funcionamento discursivo, dentre estes mecanismos está o de *formações imaginárias*. Longe de se manifestar com base em sujeitos empíricos, esse conceito proposto por Pêcheux no texto de 1969 – *Análise Automática do Discurso* estaria ligado à ideia de projeções de imagem apoiadas em representações do que os sujeitos envolvidos no processo discursivo simbolizam no mundo real. Para o autor, “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (PÊCHEUX, 1997a, p.82).

Isso se dá devido ao fato de a língua possuir regras de projeção que permitem ao sujeito sobressair-se da situação individual – empírica – e passar para uma posição, nem individual, nem puramente social. Essas posições são os lugares do sujeito no processo discursivo, que não se aproximam do esquema comunicacional de transmissão de informação proposto por Jakobson, pelo contrário, há, na perspectiva da AD, Formações imaginárias que compõem o processo de comunicação. É essa noção de Formações Imaginárias unida à teoria do discurso que vai abrir possibilidades para que compreendamos a natureza das *representações*.

O conceito de Formações Imaginárias desdobra-se em três elementos, são eles: o processo de *Antecipação*, as *Relações de Força* e as *Relações de Sentido*. No processo de *Antecipação*, o sujeito coloca-se no lugar de seu interlocutor, dessa forma ele molda suas palavras de acordo com o efeito que ele queira produzir, no intuito de uma boa aceitação por parte de seu ouvinte. Esta imagem permite a construção de uma argumentação voltada às intenções de quem as constrói. Em suma, “esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor.” (ORLANDI, 2005, p.39). Pêcheux (1969) considera que essa habilidade vem da possibilidade de se imaginar o modo como o que é proferido, ou seja, como os efeitos de sentido chegarão ao outro, precedendo o ouvinte e prevendo onde este o espera.

As *Relações de Força* pressupõe que o lugar do qual o sujeito fala é constituinte do que ele diz. Os locais que o indivíduo – interpelado em sujeito – ocupa, influenciam no significado que suas palavras terão. Nossa sociedade constitui-se por relações hierarquizadas, dessa forma, os locais sustentados por maior grau de poder, possuem os enunciados mais “valorizados”, de maior aceitação.

Para fechar a abordagem sobre os três mecanismos que compõem as Formações Imaginárias, temos a *Relação de Sentidos*, esta se constitui pelas referências e inter-relações que os discursos mantêm entre si. Significa partir da noção de que todo discurso aponta para

outro na construção de seu significado. Todo discurso faz parte de um processo discursivo mais amplo, formado por um “emaranhado” de outros discursos que ao passar do tempo são resignificados, repetidos, transformados. Esse é um importante pressuposto para o entendimento de como o interdiscurso funciona no interior de uma formação discursiva, constituindo-se à medida que a ideologia materializa-se através das formações ideológicas em funcionamento.

O conceito de formações imaginárias recebe tamanha importância nos estudos discursivos, pois é através dele que podemos adentrar neste complexo campo de estudo onde, o jogo de imagens permeia o sentido das palavras e a constituição dos dizeres, assim como dos sujeitos. Pelas palavras de Orlandi, “O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. (...) assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (2005, p.42). Esse jogo complexo de imagens proposto por Pêcheux ainda no início de sua teoria continua a motivar pesquisas na atualidade, o cuidado que se deve ter é quanto à ideia de homogeneidade dessas imagens devido às fórmulas que foram utilizadas para representá-las. Sobre a cautela necessária, Grigoletto (2005, p.124) pontua “Ainda que Pêcheux (1969), nas primeiras formulações de suas teorias, tenha apresentado as representações das formações imaginárias através de fórmulas, não podemos tomar essas imagens como “caixinhas fechadas”, onde não há a intervenção da exterioridade.” Em nota de rodapé a autora ainda coloca que o próprio Pêcheux abandonou essas fórmulas, ressaltando que seu uso tenha sido motivado mais pela busca de uma metodologia de análise que por uma maneira de impor limites ao seu funcionamento. O que é importante ser preservado desse complexo jogo de imagens, entre outros pontos, é a noção de que não é a presença física dos indivíduos que se reconhece no discurso, mas a representação destes indivíduos em lugares determinados na estrutura de diferentes formações sociais. Sendo assim, quando falamos de representação destes indivíduos no processo discursivo, mobilizamos outra noção de extrema importância: as representações, que como Grigoletto (2001, p.137) sublinha, “significa não uma forma de apreender o real e torná-lo presente (...), mas sim um sistema de significação, portanto de atribuição e construção de sentidos.”

Ainda sobre a noção de representações, Nascimento (2015, p.93) retoma o conceito para falar sobre a aproximação, mas não coincidência, entre o que pode ser entendido por representação e por formações imaginárias. O autor coloca que

A representação, ao contrário do imaginário que é processo, é estabilidade. Toda projeção constrói representações que trabalham no efeito de estabilidade. Enquanto o imaginário seria uma evidência, a representação seria o que desse imaginário está se sedimentando, ou seja, o que dele é observável e tangível. Podemos, portanto, afirmar que a representação é o local espelhado do imaginário que é responsável pela identificação.

Sendo assim, quando nos propusemos a analisar o que a mídia vem representando quando o assunto é política, buscamos apreender através do fio discursivo o resultado de um longo processo de construção/reconstrução de determinado objeto, lembrando que essas representações, apesar de estáveis, estão suscetíveis de reconfigurações, tendo em vista o caráter processual no qual são produzidas. Outra característica fundamental diz respeito a impossibilidade de apreensão do real através da linguagem, o que faz com que toda representação, constituída por meio da linguagem, represente algo, mas transformado.

Amparados pelo que discorremos até aqui, buscaremos no capítulo seguinte analisar as representações de Dilma Rousseff veiculadas pelos meios de comunicação que, na sociedade da informação, têm atuado também no ciberespaço.

5 ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE DILMA ROUSSEF

A análise do discurso, tal como ela se desenvolve atualmente (...) se dá precisamente como objeto explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados.
Michel Pêcheux. **Discurso: Estrutura ou Acontecimento?**

A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e entrecruza sua trama.
Michel Foucault. **Outros lugares, Ditos & Escritos, vol. 2.**

O caminho que percorremos até aqui nos levou a considerar que o discurso, independentemente dos lugares nos quais é difundido, não pode ser desvinculado das práticas sociais, visto que todo discurso carrega marcas que dizem respeito ao espaço-tempo em que foi enunciado, ou seja, está atravessado pelas condições sócio-históricas de sua enunciação.

Assim, entendemos que nenhum discurso surge de modo completamente isolado, mesmo sendo proferido em lugares “novos” como é o ciberespaço; pelo contrário, esses discursos são parte de uma rede complexa, uma trama de fios interligados que dão sustentação aos efeitos de sentido. Para entender esse processo foi que recorremos aos conceitos de interdiscurso e suas manifestações no fio discursivo (seção 2.1). Considerar o vínculo entre discurso e práticas sociais significa dizer, também, que os efeitos de sentido produzidos no ciberespaço sofrem interferências desse espaço e seu modo de funcionamento, especialmente com relação àquilo que a partir dele se produz como efeito do que deve ser lido, compreendido, enfim, sobre quais caminhos de leitura e divulgação de notícias são oferecidos ao leitor que se ‘informa’ no ciberespaço, especialmente nas redes sociais. Dentro dessas possibilidades, optamos por manter uma leitura que vai do *Facebook* aos sites das revistas em análise, entendendo este percurso como um dos caminhos de leitura que o ciberespaço oferece e do qual falaremos mais no decorrer deste capítulo.

Voltando ao que nos diz Pêcheux (2008, p. 60) sobre o objetivo da AD, a tal busca pelos “arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados”, parece-nos uma metaforização pertinente para entender o que venha a ser o papel de uma análise pautada na teoria desenvolvida por esse autor. Explicitar a maneira como a linguagem é atravessada pela ideologia, localizar o *corpus* no momento sócio-histórico-ideológico em que foi enunciado, assim como considerar o imaginário que condiciona o sujeito em sua discursividade são ações

que auxiliam o analista na busca por ultrapassar a falsa ilusão de transparência do *corpus* para, assim, adentrar na opacidade que oculta o funcionamento da produção de sentidos.

Intrigada pelas diferentes possibilidades de representação discursiva evidenciadas no ciberespaço, principalmente pela possibilidade advinda deste ambiente de abarcar vozes destoantes do que víamos na mídia tradicional (emissoras de TV, jornais e revistas impressas, entre outros), minhas inquietações me levaram a um questionamento de base, que encontrou respostas no modo como a AD compreende a relação entre língua, discurso, sentido: que funcionamento da linguagem é esse que permite que ao se dizer um mesmo “objeto/sujeito” se possa criar sobre ele representações diversas, em nosso caso, representações formuladas sobre Dilma Rousseff no recorte de tempo das eleições de 2014. Vimos na discussão teórica desse trabalho que tanto a língua quanto o sujeito, por serem constitutivamente marcados pela incompletude, recebem as evidências de sentido e de sujeito dono do dizer através do efeito ideológico que os atravessa. É a ideologia, por meio das formações ideológicas e discursivas, que possibilita regionalizações de sentido, possibilidades distintas de se discursivizar um mesmo objeto. Sendo assim, neste capítulo desenvolveremos nossas análises tentando observar os funcionamentos por meio dos quais se produz, no discurso sobre Dilma, diferentes representações, procurando investigar como se diz de forma diversa essa “personagem” e quais os mecanismos por meio dos quais isso se produz.

Falamos em ‘mídias’ no plural devido ao fato de, depois da reflexão que propusemos nos capítulos iniciais, considerarmos que os veículos investigados pertencem a dois espaços midiáticos que, embora tenham similitudes, correspondem a modos diversos de inserção no macro espaço midiático. Dessa forma, tomaremos um dos veículos como representante da mídia tradicional e o outro como exemplar do que seria a vertente alternativa da grande mídia (ou mídia tradicional). No entanto, será a partir das análises que observaremos se essa distinção mídia alternativa/mídia tradicional se sustenta, voltando o nosso olhar para como a ideologia trabalha nos discursos materializados pelas matérias oferecidas nos sites e ‘organizadas’ nas páginas do *Facebook* das revistas em questão.

Impulsionados por esse interesse principal, alguns questionamentos serviram de base para direcionarmos o percurso metodológico visando a delimitação do *corpus* posto em análise. Assim, delimitamos as seguintes perguntas enumeradas a seguir:

- (1) Como as materialidades linguísticas enunciadas por essas revistas são organizadas no ciberespaço e se há influência deste meio nos efeitos de sentido produzidos;

- (2) Quais são os recursos linguísticos e discursivos utilizados na constituição das representações de Dilma;
- (3) Em quais momentos do fio discursivo podemos presenciar os atravessamentos ideológicos que alicerçam as construções representativas em torno da figura política de Dilma;
- (4) As representações são recorrentes em ambas as revistas ou apresentam distinções provocadas pelo jogo de silenciamento e evidência, típico do discurso jornalístico (cf. seção 2.2).

Para viabilizarmos o processo analítico que visa responder a tais questionamentos, percorremos um caminho metodológico pautado pelos pressupostos da AD e que será detalhado adiante. Antes de descrevê-lo, faremos algumas considerações preliminares sobre o desenvolver analítico pautado na Análise de Discurso. Sabemos que a função analítica de um pesquisador em Ciências Humanas se dá através do diálogo com o *corpus* que ele se dispõe analisar. Em AD, um dos pontos interessantes a se pensar é que, como dito por Mittmann (2015, p. 354), “o movimento de vai e vem do analista do discurso, que parte da materialidade linguística, não tem como meta a análise do discurso (apesar do nome da disciplina) e, sim, a reflexão sobre a constituição dos processos discursivos...”. É partindo dessa consideração que nos inserimos na discussão a respeito do funcionamento discursivo pensado a partir de uma abordagem sócio-histórica-ideológica de investigação, desempenhando um enfoque interpretativista. Diferentemente de outros paradigmas de pesquisa, nossa abordagem desenvolve-se em uma perspectiva qualitativa, visto que a busca é por uma “exaustividade vertical” (ORLANDI, 2009).

Em *Análise sintática e paráfrase discursiva*, texto publicado em 1982, Pêcheux e Léon (2012, p.165) falam sobre a posição teórico-metodológica da AD, levantando três condições cruciais que tentaremos expor resumidamente a seguir:

- 1) Sobre a noção de leitura: ler não é apenas uma tomada de informação. O sentido só existe em referência a outros textos, isso faz com que a AD se contente em cercar o sentido de uma sequência (de extensão indeterminada) por meio de possibilidades de substituição, comutação e paráfrase;
- 2) Sobre a estrutura dos dados: o *corpus* é um sistema diversificado, estratificado, internamente *contraditório*, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas. Em suma, um *corpus* de arquivo textual não é um banco de dados;

- 3) Sobre o estatuto de enunciado: na maioria das vezes, estes [os enunciados] serão, no mínimo, parcialmente opacos ou ambíguos, e só podem ser lidos em referência a outros textos; a SD, portanto, não deve ser considerada como uma simples articulação de informações elementares, mas como comportando uma série de mudanças de níveis, sintaticamente recuperáveis (ao menos em parte).

Essas condições elencadas pelos autores permitem-nos mover a análise de texto em direção à produção discursiva do sentido. O direcionamento da condição 1, por exemplo, fala sobre a leitura do analista enquanto possibilidade de relacionar textos, num trabalho voltado a resgatar e selecionar documentos que podem contribuir para a compreensão dos efeitos de sentido de uma SD. É importante ressaltar que este não é um trabalho simplório, pois muitas são as possibilidades de caminho a se percorrer, dada a extensão indeterminada da qual nos falam os autores. Por isso, a AD trabalha com a noção de gesto de leitura, pois é esse gesto que vai direcionar o caminho do analista na busca por atravessar a transparência do *corpus* e ir de encontro ao objeto de análise: o discurso. Ao longo do gesto de leitura, que não acontece de forma linear, muitos são os textos que vão compondo o *corpus* da pesquisa, e esse movimento gera o que foi colocado pelos autores na condição 2: um *corpus* que não se resume a um banco de dados, pelo contrário, trata-se de um sistema fragmentado, o que repercute no próprio caminho metodológico. Como disseram os autores, não se trata de um conjunto homogêneo, fechado em si, e sobre isso, Courtine (2009 p.115) também se manifesta, para ele, o *corpus* discursivo corresponde a “um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada de uma vez por todas no início do procedimento de análise.”. Isso pôde ser comprovado no desenvolver de nosso percurso metodológico, principalmente por ter sido no ciberespaço a coleta do nosso *corpus*, um ambiente com efetivo poder desterritorializante (cf. seção 1.3).

Buscar regularidades em meio à dispersão de acontecimentos que são discursivizados nos meios virtuais requer atenção redobrada aos gêneros utilizados por esses meios. Ao compor o nosso arquivo observamos que há mecanismos no ciberespaço que articulam diferentes ‘espaços’ na busca por manter certa ‘unidade’ em meio à dispersão. No caso do nosso trabalho, trata-se da ferramenta de compartilhar ‘links’ nas postagens do *Facebook*, como veremos na seção seguinte.

5.1 CONSTRUINDO O CAMINHO ANALÍTICO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para entender a complexidade de se trabalhar em um espaço tão dinâmico quanto é a internet, especificamente o *Facebook* e os sites de revistas, é preciso que falemos detalhadamente sobre o processo de seleção do material que resultou no *arquivo* desta pesquisa. Pêcheux, no conhecido texto *Ler o arquivo hoje* de 1982, desenvolve um estudo sobre a questão da leitura de arquivo pensada a partir da cultura literária e da cultura universitária. Evidenciando as diferenças entre a forma de abordar os documentos destas duas culturas, o autor denuncia o encobrimento das relações de dominância política e sustentação de poder, que apontam os que devem interpretar e os que devem sustentar a leitura literal dos documentos. Nós, assumindo o nosso gesto de interpretação diante do arquivo, buscaremos manter este diálogo com o *corpus*, amparando nossa leitura nas bases teórico-analíticas da AD. Ainda sobre o texto de Pêcheux, o que mais impressiona é a aproximação com os tempos atuais, pois apesar de ser um texto da década de 1980, possui considerações que nos levam a refletir sobre os arquivos que podemos compor nos dias de hoje, principalmente nos meios digitais, que, apesar de configurarem um ambiente com características próprias, mostram-se flexíveis à práxis social. Por isso, pensamos na constituição do arquivo em conjunto com esse autor, que o define como sendo um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010, p. 57).

Dito isso, a questão que motiva a constituição do nosso arquivo recai sobre como a candidata Dilma Rousseff é representada nos fios discursivos da mídia brasileira, investigando os veículos midiáticos presentes no ciberespaço. Nosso primeiro movimento foi delimitar o espaço que melhor nos traria subsídios materiais para a análise. Foi então que partimos de um ‘ponto de encontro’ destes diferentes veículos: a rede social *Facebook*. Nela, diversos jornais, revistas e afins mantêm páginas oficiais que são alimentadas diariamente com publicações ligadas aos propósitos desses veículos. Veremos que o *Facebook* permite a aproximação de um universo de ambientes próprios do ciberespaço, podendo, a partir de suas ferramentas, unir-se a outros sites, compartilhar vídeos e até mesmo *links* de outras páginas e perfis pertencentes ao próprio *Facebook*. O *feed de notícias*²² é um dos locais onde essas possibilidades se dão. Nela, você pode acompanhar o que as pessoas e páginas que você segue

²² Nome dado à página inicial de um usuário que adentrou a rede social *Facebook* através da criação de um perfil. Este local é atualizado constantemente com as publicações de páginas e perfis pessoais que o usuário curtiu e marcou para seguir. Nessas publicações podem constar atualizações de status, vídeos, links, fotos, curtidas, entre outras atividades realizadas pelos perfis aos quais o usuário segue na rede social.

no *Facebook* publicam. Trata-se de um espaço continuamente atualizado e, no caso da nossa pesquisa, é através dele que os seguidores das revistas *Época* e *Caros Amigos* têm acesso às publicações que essas revistas realizam através do *Facebook*, tendo a possibilidade de interagir diretamente com o que foi publicado, podendo curtir, compartilhar e/ou comentar sobre o assunto noticiado.

Em suma, o *feed de notícias* é o local pelo qual os usuários recebem as notificações sobre o que os outros usuários/páginas estão fazendo/publicando. É assim que as publicações das revistas *Época* e *Caros Amigos* alcançam o público que as seguem no *Facebook*. E, enquanto o *feed de notícias* é responsável por fazer chegar aos usuários o que os outros publicam, o *Facebook* também disponibiliza uma outra ferramenta capaz de armazenar as atividades do próprio usuário, é a chamada *Linha do Tempo*. Nela, são mostradas todas as atividades específicas daquele perfil/página, organizadas em linha temporal, o que permite que as publicações antigas não se percam devido às novas postagens realizadas. Foi esse recurso que nos permitiu coletar as materialidades das duas revistas em análise, respeitando o recorte de tempo proposto, como veremos mais à frente.

Com relação ao eixo temático, buscamos coletar matérias que fizessem referência à Dilma, ao partido a que ela é filiada – o PT – e ao governo presidencial do qual era a representante no período estipulado. Com isso, buscamos abarcar o máximo possível de postagens que pudessem nos auxiliar no entendimento de como Dilma foi representada pelas mídias brasileiras no ciberespaço. Sendo assim, levantamos um número equivalente de páginas que, *à priori*, pertenceriam a revistas tidas como pertencentes à mídia tradicional e às mídias alternativas²³, diferenciação pautada no estudo que fizemos sobre a mídia tradicional e seus desdobramentos (cf. Cap. I). Feito isso, observamos as recorrências e rupturas desses dois agrupamentos para só então chegarmos às revistas *Época* e *Caros Amigos*, cada qual representando um desses dois núcleos.

Para dar continuidade, é de extrema importância falar um pouco mais sobre os recursos encontrados no *Facebook* além dos já citados *feed de notícias* e *linha do tempo*. Essa rede social é uma das maiores possibilidades de divulgação em rede, tanto pelas ferramentas que disponibiliza, quanto pelo alcance social que proporciona (cf. seção 1.3). Esse alcance pode ser grosseiramente traçado quando observamos os números fornecidos pelas páginas que

²³ Selecionamos, de início, seis páginas (e seus respectivos sites), três escolhidas a partir das considerações feitas sobre mídia tradicional e mais três vinculadas ao que entendemos por mídias alternativas. A partir da leitura do arquivo, as revistas *Época* e *Caros Amigos* foram se mostrando regulares, no sentido de representativas desses dois agrupamentos, o que resultou na coleta do nosso *corpus* a partir desse dois veículos.

acessamos. Um destes números diz respeito aos usuários que seguem estas páginas, como podemos ver na imagem que segue:



Figura 1 – Fonte: <https://www.facebook.com/epoca/?fref=ts>

A figura 1 nos mostra parte da estrutura de uma página social no *Facebook*, no caso, a da revista *Época*. Caso queira visualizar as postagens de uma página em seu próprio feed de notícias, o usuário precisa clicar na opção “curtir” (botão localizado entre dois outros botões: “comprar agora” à esquerda e “mensagem” à direita) da página em que esteja interessado. Feito isso, automaticamente o seguidor passa a acompanhar o conteúdo da página em seu feed de notícias, sendo atualizado sempre que a página postar novas publicações. O número de usuários que curtiram determinada página pode ser visto por todos, a exemplo podemos observar a quantidade de pessoas que curtiram a página da Revista *Época*, o número fica exposto abaixo da caixa de pesquisa ao lado esquerdo da página, como podemos acompanhar na figura 1. Este recurso de saber quantas pessoas seguem as páginas nos foi útil para selecionar quais comporiam o nosso arquivo, pois já que buscamos investigar o processo discursivo de representação no ciberespaço, é interessante pensar nas publicações que alcançam um contingente maior de pessoas.

Entretanto, não é apenas através do recurso de curtir a página que os usuários têm acesso ao seu conteúdo. Cabe ressaltar que mesmo não curtindo a página, o usuário tem acesso as suas postagens, basta visitá-la, encontrando-a através de seu endereço oficial ou

digitando o nome na ferramenta de pesquisa disponível para todos os usuários. Encontrando a página, o usuário poderá navegar pelo seu histórico de postagens, basta clicar em algum ano



de seu interesse, na coluna localizada à direita, como mostra a figura a seguir:

Figura 2 - Fonte: <https://www.facebook.com/revistacarosamigos/?fref=ts>

Como vemos, logo abaixo do botão “Criar página”, localizado no canto superior direito da figura, há uma sequência de anos distribuídos verticalmente em ordem decrescente, no caso da figura, a coluna inicia-se em 2016 e termina no ano de 1997. Quando coletamos as materialidades para compor o nosso *corpus*, utilizamos esse recurso. Tanto na página da *Época* quanto na página da *Caros Amigos* fomos a essa coluna e clicamos no ano de 2014, automaticamente a Linha do Tempo desloca-se para as postagens de tal ano, seguindo a sequência decrescente, ou seja, fomos levados para as últimas publicações de 2014 às precedentes. Há ainda a possibilidade de ver apenas as matérias que foram destaque ou optar por visualizar todas as publicações, essas opções são escolhidas em outro botão que se encontra ao lado do ano, no nosso caso, ao lado direito do número 2014. Feito isso, percorremos todas as publicações, desde a data de início da propaganda eleitoral – 6 de julho – até a data referente às votações do segundo turno – 26 de outubro. O trajeto foi realizado em ambas as páginas e todas as publicações que faziam referência direta ou indireta a então candidata Dilma Rousseff foram arquivadas.

Com relação à estrutura das postagens, encontramos uma ferramenta que se tornou fundamental para podermos pensar a relação entre as páginas no Facebook e os sites oficiais

das revistas: falo da possibilidade de, nas postagens, compartilhar links de qualquer site disponível na internet. Este recurso foi usado em um número significativo de postagens que observamos no nosso arquivo e que detalharemos mais à frente, o que nos leva a considerar que essa função faz parte do cotidiano das páginas e merece nossa atenção. Para ilustrar como esse mecanismo funciona, observemos a imagem abaixo:



Figura 3 – Fonte: <https://www.facebook.com/revistacarosamigos/?fref=ts>

A figura 3 traz uma postagem publicada pela página da Revista Caros Amigos, em 8 de outubro de 2014. Como podemos observar na imagem, a postagem é formada por um breve texto, seguido de um link que direciona o leitor ao site oficial da revista onde a matéria está publicada na íntegra. Além desses elementos, na maioria das vezes há uma imagem que integra a composição da postagem. No período da coleta para constituição do arquivo, esta foi a estrutura com que mais nos deparamos, como dito anteriormente. Sendo assim, resolvemos integrar à composição do material de análise os textos publicados nestes dois locais – o *Facebook* e o site – considerando que um integra-se ao outro no desenvolver dos sentidos e, conseqüentemente, na composição das representações que são o interesse principal de nossa análise. Isso por que, na maioria das vezes, o texto publicado na página do *Facebook* é um recorte da matéria publicada no site, ou uma chamada convidando o leitor a visitar o site para

ler sobre o assunto brevemente citado na postagem. Por isso apontamos anteriormente o *Facebook* como uma espécie de ferramenta de divulgação²⁴, tanto do site da revista, quanto de outros produtos oferecidos, no caso, a revista digital na íntegra ou sua versão impressa, ambas pagas. Este é outro diferencial que necessita ser ressaltado, visto que todos os textos que compõem o nosso *corpus* estão disponíveis gratuitamente nos meios em que foram coletados. Entretanto, há outros conteúdos que estão acessíveis apenas para assinantes do periódico e que fazem parte de uma seção exclusiva, acessada no site da revista através da opção *Revista Digital*.

Decididos os locais da coleta dos documentos, outro movimento para a constituição do arquivo foi realizado: delimitamos o período em que as matérias foram escritas, como mencionado anteriormente. Pensamos em um recorte temporal onde o cenário político do Brasil, precisamente as ‘figuras’ que fazem parte desse cenário, estivessem ‘aparentemente’ em maior evidência, por isso pensamos no período de propaganda eleitoral das eleições presidenciais de 2014, visto que é um momento em que os então candidatos ocupam um lugar de destaque e onde, por muitas vezes, tornam-se diretamente o tema das matérias. Observamos que, ao assumir a candidata Dilma como objeto discursivo, a imprensa produz significação para a candidata na sociedade em um momento histórico dado e participa da constituição da memória política sobre essa candidata.

O período do recorte se deu do dia 06 de julho, data em que começa a ser permitida a propaganda eleitoral, tanto por meio de comícios e aparelhagem de sonorização fixa, quanto por meio da internet, findando no dia 26 de outubro, quando se deu a realização do segundo turno das eleições. É importante pontuar que, mesmo se tratando de um recurso metodológico, o recorte temporal não é fator decisivo de permissão ou exclusão de possíveis textos que possam aparecer no desenvolver da análise, isso se explica pelo fato de o discurso jornalístico, assim como os outros tipos de discurso, estar em constante ligação com a memória do passado e a construção da memória do futuro, como dito por Mariani e trazido por este trabalho quando refletíamos sobre o discurso jornalístico e a produção de sentidos (cf. 2.3). Sendo assim, precisamos considerar que os enunciados presentes no nosso *corpus* mantém relação com ‘seu’ passado, o que nos faz considerar esses processos de aproximação e ruptura de sentidos, para poder refletir sobre as “constelações de enunciados”, analogia feita por Pêcheux e já mencionada neste capítulo.

²⁴ Tratamos disso na seção 1.3, quando falamos sobre o uso do *Facebook* pelos veículos de comunicação. Cabe frisar que a maioria das empresas recrutam profissionais do jornalismo especificamente para atuar nas redes sociais, muitos deles com formação específica, haja vista que já são oferecidos cursos de especialização para a área.

Dito isso, consideraremos que os enunciados, especificamente os que fazem parte de nossa análise, sempre apontam para outro lugar que pode ou não estar inserido no período das eleições de 2014. E, a partir desses dois recortes – espacial e temporal – constituímos a unidade do nosso arquivo, lembrando sempre que não se tratou de um arquivo previamente construído, pelo contrário, sua constituição se deu ao longo do procedimento de análise, como veremos nas seções a seguir.

5.2 A REPRESENTAÇÃO DA CANDIDATA DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA *ÉPOCA*

Partindo da consideração pecheuxiana de que é pela categoria de sujeito que ideologia e discurso são interligados através do processo de interpelação (cf. seção 2.1), dedicamos o início desta seção a compreender de quais lugares socialmente construídos falam os jornalistas dessa revista. Sendo assim, levantaremos algumas informações para pensar o sujeito discursivo ligado a esta revista e as posições que ocupa no momento da enunciação, visto que estes lugares constituem-se junto às evidências de sentido, no processo já citado da interpelação. Isso posto, justifica-se, então, o fato de não levarmos em consideração o sujeito empírico – os jornalistas enquanto indivíduos – e sim o lugar que estes profissionais ocupam quando falam através do periódico e, conseqüentemente, das instituições a que está ligado. Sendo assim, faremos uma retomada histórica sobre a Revista *Época*, considerando também sua existência a nível impresso, por entender que tanto a página no Facebook quanto o site fazem parte de um todo do qual a revista impressa também é integrante.

O objetivo de discorrer no primeiro capítulo sobre a história da mídia brasileira pensando-a em relação intrínseca ao político nos deu subsídios para pensarmos quais veículos de comunicação poderiam ser considerados tradicionais e quais melhor demonstrariam características dos veículos alternativos. As discussões lá postas nos permitiram selecionar a Revista *Época*, mais precisamente, suas extensões na rede eletrônica – página no *Facebook* e site – como representante do que chamamos de mídia tradicional. Esse veículo instigou nosso interesse analítico tanto por melhor representar as recorrências discursivas das demais publicações que compõem o arquivo e fazem parte do agrupamento das mídias tradicionais, como também por ser uma revista ‘jovem’, inserida no mercado em 1998, três anos após a internet se tornar mais acessível à sociedade brasileira. Pensada em meio a um ambiente de amplo desenvolvimento tecnológico, percebe-se a preocupação dos idealizadores em integrá-la a este ambiente, dando total suporte ao veículo para agir também no ciberespaço. A revista

marca a entrada das *Organizações Globo* no mercado editorial brasileiro dos periódicos nacionais de interesse geral. Ela chega ao público num momento de transição tecnológica, buscando adequar-se a esta nova forma de chegada e relacionamento com o público, como o próprio Roberto Marinho afirmou, de acordo com o site da Editora Globo, na seção sobre a história da empresa,

A Carta aos Leitores da primeira edição foi escrita por Roberto Marinho e afirmava que *ÉPOCA* seria a primeira revista semanal de informação concebida na era digital, integrando texto e ilustração de forma só possível com as ferramentas tecnológicas disponíveis hoje e nem sequer sonhadas há duas décadas. (Disponível em: <http://corp.editoraglobo.globo.com/historia/>. Acesso em 09/11/2015).

Ainda de acordo com o site, a proposta seria de uma revista “jovem e inovadora” com o objetivo de “abordar uma ampla gama de assuntos, com maior variedade em relação à tradição do segmento no mercado brasileiro”. Mas o que pode ser percebido é uma investida da Editora Globo em ampliar suas influências no mercado da informação, preenchendo a lacuna do mercado editorial de revistas, visto que a abrangência nas redes de televisão, de rádio e de jornais já era uma realidade. Isso vai ao encontro do que vimos sobre as oligarquias do meio midiático brasileiro (cf. seção 1.2), detentoras de maioria absoluta quando o assunto são os veículos de informação.

Outra característica evidenciada pelo site da Editora Globo sobre a revista, diz respeito à influência que esta recebeu/recebe das agências de publicidade internacionais, que interferem de certa forma nos conteúdos noticiosos e na maneira de se noticiar, como aconteceu na década de 50, através dos investimentos do capital norte-americano (cf. seção 1.1). Segundo o site,

No conteúdo, [a revista *Época*] é pioneira no modo de encarar os fatos, aplicando uma visão otimista e o conceito de “notícia útil” (“news you can use”), um estilo de reportagem de serviço consagrado nos mercados europeu e americano que *ÉPOCA* trouxe ao Brasil. A revista começaria a ganhar forma já dois anos antes do lançamento, quando a **Editora Globo** firmara uma parceria editorial e tecnológica com o grupo alemão Burda, que publica a revista Focus. Seu primeiro projeto tinha muito em comum com esse título, mas já a partir daí *ÉPOCA* evoluiria para atender melhor às necessidades do leitor brasileiro. (Disponível em <http://corp.editoraglobo.globo.com/historia/>. Acesso em 09/11/2015.).

Ao mencionar as influências do mercado estrangeiro na constituição da revista, fica claro o objetivo dos organizadores de aproximar-se do discurso dessas empresas

internacionais, que pregam um jornalismo mais informativo e objetivo, priorizando uma escrita menos tendenciosa. Sabemos não ser possível essa imparcialidade, devido ao caráter ideológico da linguagem, internamente afetada pelo político e pelo histórico. Mesmo assim, o imaginário de neutralidade construído a partir do discurso dessas empresas trabalha sobre e afeta também o leitor, que recebe como “informação” o que é “opinião”, no sentido de que esse discurso da imparcialidade tende a trabalhar a informação publicada no veículo como verdade. Além disso, muito do que vemos é a busca por parte dos jornalistas de contornar o real da língua, de mascarar o ‘profundamente opaco’ e na impossibilidade de realizar tal feito, pelo menos não fora do caráter imaginário, acontece o que Mariani (2003, p.35) afirma ao refletir sobre o discurso jornalístico: “Sob a alegação de estar informando, o jornal permanece opinativo e interpretativo, constituindo sentidos, produzindo história.”.

O conceito de “notícia útil”, citado como forte influência ao se pensar nos objetivos de *Época*, trata-se de uma prática comum de se fazer jornalismo atualmente. Candiani (2000) fala sobre esse conceito em artigo publicado no site do *Observatório de Imprensa*. No artigo, o autor afirma que esse tipo de perspectiva prega matérias voltadas à vida cotidiana, às relações pessoais, enfim, uma espécie de jornalismo despolitizado (como se isso fosse possível). Segundo Candiani (*idem*, p.8), essas matérias têm ganhado espaço nos editoriais das revistas e normalmente trazem falas de celebridades que “dão seu aval a um estilo de vida – exatamente como na publicidade, ao divulgarem determinados produtos – baseado no culto do corpo e da carreira profissional, na lógica da compensação pessoal e da conquista.” Esta forma de se fazer jornalismo pôde ser vista também no site e na página da *Época*, muitas são as postagens ligadas ao estilo de vida e ao crescimento profissional. Na maioria das vezes, carregadas de sentidos condizentes com as relações sociais típicas da cultura consumista, um dos valores dominantes da sociedade capitalista. Poderemos acompanhar essa dinâmica na distribuição temática das postagens feitas pela página da revista no quadro 2 mais a frente. Antes, porém, acompanhemos o quadro de número 1, que trata da estrutura das postagens feitas pela página, o intuito é de acompanharmos a quantidade de vezes que a página nos encaminha ao site da revista.

Quadro 1: Estrutura das postagens realizadas pelo *Facebook* da Revista *Época*

Postagens simples	Postagens com compartilhamento de links	TOTAL DE POSTAGENS
34	112	146

Fonte: Criado pelo autor.

Como dito anteriormente, o recurso oferecido pelo *Facebook* que permite o compartilhamento de links é amplamente utilizado por páginas dessa rede social, principalmente as de caráter empresarial, como é o caso da revista em questão. Podemos constatar que, das 146 postagens realizadas no recorte temporal de nossa análise, em 112, ou seja, aproximadamente 77%, há links que direcionam o internauta/leitor para o site da revista, numa espécie de ‘isca’ para que o site seja visitado e a matéria seja lida em sua íntegra. Os outros 23% correspondem ao que chamamos aqui de postagens simples, isto é, em sua estrutura não há links, apesar de conter *hashtags*²⁵, e são formadas por frases e/ou imagens que, no caso da revista, tratam de atualizações, divulgação das edições impressas, entre outras atividades.

A respeito da abordagem temática das postagens, mantivemos o olhar sobre como se deu a seleção de assuntos das matérias que foram divulgadas pela rede social da revista. Observamos também em quantas postagens há menções à Dilma Rousseff, seja como objeto principal, seja em abordagens mais gerais, como em matérias que tratam dos demais candidatos à presidência do país. O resultado está demonstrado no segundo quadro logo abaixo.

Quadro 2: Abordagem temática das postagens realizadas pelo *Facebook* da Revista *Época*

POLÍTICA NACIONAL		DEMAIS ASSUNTOS	TOTAL DE POSTAGENS
Dilma Rousseff mencionada	Demais candidatos, pesquisas, entre outros	Saúde, entretenimento, entre outros	
19	30	97	146

Fonte: Criado pelo autor

Pelos dados presentes no quadro 2, podemos notar que, no quesito política nacional, houve um total de 49 postagens, o que representa aproximadamente 36% do total de publicações. Em meio a essas postagens, 19 foram voltadas tanto à candidata Dilma de maneira isolada, quanto em uma perspectiva mais abrangente, acolhendo mais algum/alguns candidatos. Nelas, assim como nos textos ditos ‘despolitizados’, o político mostrou-se

²⁵ São palavras-chave que vêm acompanhadas do símbolo # e podem ser utilizadas no *Facebook* e em outros lugares. Tal recurso permite agrupar postagens que tenham alguma relação com a temática da palavra-chave, basta que os usuários utilizem-na em suas publicações. Por exemplo, se alguém utilizar #Eleições2014 em alguma postagem, basta clicar na *hashtag* para ser encaminhado a um lugar onde diversas postagens relacionadas ao tema estão concentradas, cujos demais usuários também utilizaram a mesma palavra-chave.

presente nas discursividades, evidenciando, assim, uma das características do discurso dominante que tende a produzir efeitos de sentido na busca por julgar como fato o que deveria ser visto como interpretação. Foi o que percebemos no decorrer da leitura do *corpus*. Em se tratando do nosso objetivo, investigamos algumas regularidades discursivas quanto às características empregadas à figura de Dilma. Pensamos em organizar tais atribuições em subcategorias, pois estas nos darão subsídios para resgatar uma categoria mais ampla de como a figura de Dilma Rousseff é representada pela revista.

5.2.1 A Dilma antipática e impopular

Neste primeiro movimento de análise, buscamos agrupar algumas sequências discursivas que representassem tais características evidenciadas pelos textos publicados no site e divulgados na página do *Facebook*. Sendo assim, nosso primeiro agrupamento se fez em torno do eixo temático de Dilma enquanto **antipática/impopular**:

SD1: *[Dilma]Achou-se popular e antenada ao fazer o “É Tóis” do Neymar nas redes sociais. (ÉPOCA, 11/07/2014, grifo nosso)*

SD2: *Dilma é a mais empenhada porque é na rapaziada que ela enfrenta a maior rejeição. (ÉPOCA, 25/07/2014, grifo nosso)*

SD3: *Quando soube da trapalhada, a própria Dilma não escondeu a irritação. Fiel a seu estilo, foi dura. (ÉPOCA, 18/09/2014, grifo nosso)*

Para progredirmos na análise é fundamental que busquemos subsídios capazes de nos fazer compreender como e onde tais sentenças encontram amparo para provocarem efeitos de sentido entre seus interlocutores (sujeito-escritor e sujeito-leitor). Mesmo sabendo que nosso recorte temporal trata das eleições de 2014, é importante ilustrar, mesmo que brevemente, como Dilma tem sido vista ao longo de sua carreira política, pois como dissemos, (cf. cap.I) é necessário pensar o discurso em relação às condições de produção, às relações de sentido e à historicidade, tendo nesta última a possibilidade de entender o movimento dos sentidos, o retomar sem necessariamente reproduzir. Em texto datado de 05 de maio de 2010, o próprio site da revista *Época* já abordava a temática do ‘temperamento’ de Dilma. Bombig e Rocha (2010, p.01) falavam em “temperamento pouco flexível” e que a reação de Dilma frente a alguns acontecimentos “ajuda a cristalizar a imagem de uma candidata antipática e agressiva (...)”.

Em SD1 há um resgate dessa característica cristalizada através do tempo, é ela quem sustenta a afirmativa ‘achou-se popular e antenada’ como se esses dois traços não condissessem com a personalidade de Dilma, como se fosse algo forçado e artificial, uma tentativa de conquistar um público que não se identifica com a candidata. Isso também se apresenta em SD2, quando o sujeito a coloca no lugar de figura rejeitada, principalmente entre os jovens. Essa associação Dilma/antipatia-impopularidade estende-se ao longo de seu percurso como candidata à presidência. É visível que essas características unidas à figura de Dilma Rousseff ocorrem desde que ela candidatou-se pela primeira vez à presidência da República em 2010. Esse imaginário foi alimentado exaustivamente pela mídia tradicional, incluindo além das mídias digitais, emissoras de televisão, de rádio, como também revistas e jornais impressos brasileiros. Isto pôde ser visto nos documentos que compuseram o nosso arquivo. Palavras como *arrogante*, *autoritária* e *carrancuda* foram vistas ao longo da constituição do nosso *corpus*, especificamente no agrupamento que fizemos dos veículos tidos como tradicionais. Em pesquisa bibliográfica realizada para este trabalho, deparamo-nos com alguns textos científicos que se dedicaram à reflexão de como a mídia vem representando Dilma Rousseff através da linguagem. Na maioria deles, percebeu-se que a ‘antipatia’ era um traço ressaltado pelos veículos de informação quando o assunto era a candidata.

Aurélio (2012, p.13), em artigo sobre a (re)construção da imagem de Dilma na campanha de 2010, já falava à respeito dessa tentativa midiática de implantar uma imagem carregada na candidata. Esta representação “de mulher inflexível foi reforçada pela mídia (escrita e televisiva), ao apresentar a candidata Dilma, geralmente em momentos de tensão relativos aos problemas políticos, em que era comum vê-la com sua testa franzida e os óculos na ponta do nariz.”. Retomando o que vimos sobre o discurso dominante, este não explicita o cerne das contradições, a complexidade de todos os fatos, apesar de procurar dizer a ‘realidade’. As características exaustivamente evidenciadas dizem respeito a momentos de feição mais fechada, enquanto momentos de descontração são paralelamente silenciados.

Em tese de doutoramento, Moraes (2014) também se concentra nas eleições de 2010 para investigar como a relação Lula-Dilma foi discursivizada nos semanários brasileiros. A autora traz algumas falas da Revista *Veja* que também retomam a antipatia como característica central da imagem passada por Dilma, como no trecho “A campanha de Dilma já fez pesquisas com o “antes” e o “depois” e constatou que o novo sorriso ajudou a minimizar um certo *ar de antipatia* que ela projetava.” (VEJA *apud* MORAES, 2014, p.18 *grifo nosso*). Em outro momento, Moraes (*idem*, p.145) ainda fala sobre a insistência da Revista *Veja* em atribuir frequentemente a antipatia à figura da candidata do PT.

Apesar de não fazerem parte do nosso *corpus*, as postagens da revista *Veja* em sua rede social e site fizeram parte da composição de nosso arquivo e, assim como a revista *Época*, a *Veja* também resgatou sentidos, mesmo que de maneira indireta, do período das eleições de 2010 para as matérias veiculadas em 2014, como pudemos ver no eixo temático sobre antipatia/impopularidade.

A irritabilidade vinculada à postura dura pode ser observada em SD3, onde há uma leitura da reação de Dilma como reflexo de alguém inflexível que, diante de situações imprevisíveis, não consegue ser benevolente, virtude supostamente admirada em um líder político. Ao usar os termos, “Fiel a seu estilo, foi dura”, o sujeito utiliza-se desses dizeres de forma a comportar sentidos negativos ao que venha a ser uma pessoa ‘dura’, pois essa manifestação comportamental é consequência, segundo o enunciador, de um momento de irritabilidade que fugiu ao controle da pessoa (objeto) de quem se fala: Dilma.

As três SD desenvolvem-se por meio da modalidade do discurso sobre (cf. seção 2.2). Dilma é convertida em objeto e nesse processo se cria um efeito de afastamento entre o sujeito e o objeto do qual se fala, para que, assim, o enunciador possa dar sua opinião e esta ser julgada livre de vínculos que possam comprometer-lá, uma tentativa de dar ao texto um caráter menos pessoal e tendencioso. As SD 1 e 2 foram recortadas de matérias distintas, porém de um mesmo enunciador, a SD3 foi retirada de uma terceira matéria e de um outro enunciador. O interessante é observar que, apesar da diversidade de enunciadores-jornalistas, a afirmação dessa característica de Dilma como antipática se mantém, o que nos leva a refletir sobre a possibilidade desses enunciadores falarem a partir de lugares semelhantes, e isso não é uma recorrência presente apenas na materialidade discursiva de *Época*. Outros produtos que compuseram o arquivo acabam por mostrar certa consonância no que diz respeito aos empregos de sentido em torno de Dilma, assim como os outros meios (emissoras de TV, rádio e os veículos impressos) pertencentes à Editora Globo.

Em AD, essa espécie de homogeneização pode ser explicada se pensarmos em como a mídia – enquanto Aparelho Ideológico de Estado – acaba por materializar a ideologia, num processo que não acontece de maneira acidental. E de acordo com o que entendemos por AIE, a Editora Globo, enquanto instituição especializada no ramo da informação, acaba por oferecer interpretações como se estas fossem reproduções fiéis da realidade: nas três primeiras SD, por exemplo, uma Dilma impopular e antipática. Ocultada por uma imagem neutra e despolitizada, a revista interfere no processo político ao discursivizar a candidata Dilma, ressaltando certos aspectos e reproduzindo sentidos tidos como realidade pela própria mídia tradicional. Vemos nesse primeiro agrupamento de SD, processos de adjetivação por meio dos

quais se reforça uma imagem já construída também em outros espaços (nas fotos publicadas, nas cenas editadas na TV, entre outros). Trabalha-se a figura política de Dilma por meio de atribuição a ela de tudo o que vemos como negativo, especialmente em se tratando de uma mulher. Parece-nos que esse jogo busca desqualificá-la enquanto candidata, mesmo que a antipatia e a ‘fúria’ nada tenham a ver com sua competência política. Não de forma explícita, vemos um ‘desequilíbrio’ e uma ‘incapacidade de governar’ sendo desenhados em torno da imagem da candidata, num movimento bem tramado que confunde o público e o privado, o íntimo e o coletivo, alternando características desses dois mundos em favor de uma representação discursiva de incapacidade política.

Cabe destacar aqui a asserção que fizemos (cf. cap.I) sobre a relação intrínseca entre mídia e política e o quanto esse vínculo colabora na constituição do imaginário social. Consolidar a imagem de Dilma enquanto figura antipática e impopular não se dá a partir da vontade individual de cada sujeito-jornalista. Sobre o trabalho da ideologia no interior do discurso que domina essas SD, percebemos uma aproximação entre os dizeres, o que denuncia uma regionalização ideológica, ou seja, o que Pêcheux chama de formação ideológica, e esta acaba fornecendo os objetos ideológicos juntamente com a maneira como deveríamos interpretá-los. É o que acontece com a representação de Dilma enquanto uma pessoa antipática, vimos que essa característica já a acompanha desde tempos anteriores, ainda quando disputava a presidência do Brasil pela primeira vez, em 2010. Esses efeitos de sentido que tendem a surgir e, ao longo do tempo, reaparecer podem ser pensados a partir dos processos de identificação que os sujeitos estabelecem com as formações discursivas que os dominam. Voltamos, então, à noção de que a ideologia é materializada por meio dos discursos, sendo estes determinados a partir das formações discursivas. Ao término dessa seção buscaremos pensar se as SD retiradas das matérias veiculadas pela Época no ciberespaço podem ser pensadas a partir de uma formação discursiva específica ou de mais de uma.

Quanto à forma pela qual os discursos se materializam através da língua, propomo-nos a organizar um quadro representativo que tem por objetivo evidenciar como os recursos linguísticos podem ser utilizados a fim de possibilitar as estratégias discursivas. Cabe pontuar que nem sempre os recursos linguísticos, nomeadamente os que foram evidenciados nesta e nas próximas tabelas, materializarão as mesmas estratégias discursivas, visto que se tratam de efeitos causados pela atribuição do dizer do sujeito. Sendo assim, Nos recortes desse primeiro agrupamento temos:

Quadro 3: Estratégias discursivas e recursos linguísticos do agrupamento 1

Recorte da SD	Estratégias Discursivas	Recursos Linguísticos
...achou-se popular e antenada.	Resgate da memória discursiva para incitar o leitor a inferir que o objeto (Dilma) possui características antagônicas às colocadas, como por exemplo, ‘impopular’ e ‘alheia’;	Uso de predicção; Uso do verbo seguido do pronome átono ‘achou-se’ para deslegitimar as adjetivações que seguem.
...enfrenta a maior rejeição.	Resgate de acontecimentos que viabilizam a afirmativa de ser na juventude a maior rejeição da candidata.	Uso de predicção; Uso do advérbio ‘maior’, que por definir um objeto em relação a alguma característica, pode ser substituído por menor, caso mude o atributo referido a este mesmo objeto; Uso do verbo no presente para denotar certeza do que se diz.
Fiel a seu estilo, foi dura.	Resgate da memória dominante sobre o objeto (Dilma) para relacioná-la ao acontecimento do qual trata a matéria. (eleitora de Dilma recebe dentadura um dia antes da gravação do programa eleitoral da candidata).	Uso de predicção e adjetivações.

Fonte: criado pelo autor.

Neste primeiro agrupamento de SD, observamos o funcionamento ideológico que incide na seleção de atribuições ligadas à representação de Dilma. Percebemos que caracterizá-la como uma pessoa antipática/impopular faz parte das mais variadas matérias da revista que a tenham ou não como foco principal, num processo de recorrência que acaba por naturalizar esses efeitos de sentido em torno do objeto do qual se fala. Pensar que essa forma de discursivizar a candidata não é inaugurada nas eleições de 2014, pelo contrário, pois vimos que já em 2010 tais características eram abundantemente evidenciadas, isso nos faz reconhecer a ligação entre linguagem e conjuntura histórica, entre discurso e ideologia, num trabalho do simbólico frente ao real.

Dando prosseguimento, outra forma de se referir à figura de Dilma tomou dimensões bem consideráveis no material por nós coletado, diz respeito ao vínculo estabelecido entre ela e o seu antecessor no cargo de Presidente do Brasil, falamos de Luiz Inácio Lula da Silva, figura altamente popular no meio político brasileiro. Trataremos sobre mais essa forma de representar Dilma na subseção a seguir.

5.2.2 Dilma como porta-voz de Lula

Em primeiro lugar, é importante trazer aqui um breve histórico sobre a relação política entre essas duas figuras: Dilma e Lula. Isso porque, em muitos momentos da leitura do arquivo, nós nos deparamos com a discursivização dessa relação, não apenas de forma secundária, mas como ponto chave da própria representação de Dilma enquanto figura política. Veremos ao longo da análise que, em diversos momentos, a representação de Dilma aparece atrelada a de Lula, numa espécie de esvaziamento político da candidata e preenchimento do que representa Lula em sua postura política. Não entraremos no mérito de discorrer sobre toda a carreira política de Lula enquanto presidente do Brasil, assumiremos por ora a tarefa de resgatar fatos dessa parceria que de alguma forma ‘sustentam’ os dizeres do enunciado principal: “Dilma como porta-voz de Lula”. Faz-se importante observar as condições de produção, a historicidade e as relações de sentido que permitem à Revista *Época* simbolizar Dilma dessa maneira, ressaltando o funcionamento ideológico presente no agrupamento de SD que analisaremos mais à frente.

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em Caetés – PE, mas mudou-se para o estado de São Paulo ainda criança. Desenvolveu a função de metalúrgico e no final da década de 1960 começou a se envolver no sindicalismo. Em 1975 foi eleito presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, caminho que o levou a desenvolver uma carreira política que culminou na fundação do Partido dos Trabalhadores - PT em 1980. Após três derrotas (1989, 1994 e 1998), Lula é eleito ao cargo de presidente do Brasil nas eleições de 2002, feito que se repetiria nas eleições de 2006. A relação política com Dilma Rousseff se deu antes mesmo de da primeira posse à presidência, quando Dilma, em 2002, fez parte da equipe que formulou o plano de Governo de Lula para a área energética. Já ao comando de Lula, Dilma assumiu o Ministério de Minas e Energia e, em 2005, o cargo de Ministra-chefe da Casa Civil. A indicação para cargos tão importantes, assim como o destaque que vinha sendo dado à Dilma, já em meados de 2007, fez com que as hipóteses de ser ela a possível candidata a presidência nas eleições de 2010 ganhassem fôlego. Foi, então, na convenção nacional do PT, em 13 de

junho de 2010, que Dilma Rousseff foi apresentada oficialmente como candidata do partido a disputar as eleições presidenciais do referido ano.

O bloco de SD a seguir explicita a maneira pela qual se desenvolveu o processo de mediação da relação entre Lula e Dilma no que tange às revistas que compõem o nosso primeiro bloco midiático (mídia tradicional). Observemos as sequências.

SD4: *“Apenas a porta-voz”* – (Enunciado da postagem no Facebook com o link da matéria);

SD5: *Mexeu com Dilma, mexeu com ele – não porque Dilma seja grandiosa, mas por ser, talvez, pequena demais, incapaz de se defender sozinha;* (ÉPOCA, 14/07/2014, grifo nosso)

SD6: *Lula proclamou o que preferiria esconder: “Dilma é apenas a nossa porta-voz, que estará à frente da campanha.”;* (ÉPOCA, 14/07/2014, grifo nosso)

SD7: *Atenção para o advérbio “apenas”. Nas palavras dele, Dilma não é nada além de uma “porta-voz”. Na melhor das hipóteses, ele parece vê-la como a sua bastante procuradora, de lealdade inabalável, aquela que ficou tomando conta de seu mandato enquanto ele saiu de férias por uns tempos;* (ÉPOCA, 14/07/2014, grifo nosso)

SD8: *Logo no primeiro dia, a presidente Dilma Rousseff, ao se refugiar nas sombras do Itaquerão como se fosse clandestina, ao lado do presidente da Fifa, Joseph Blablat, esquivou-se de seu papel de anfitriã para escapar às vaia, foi xingada. Depois pediu o apoio de Lula – mais invisível que Fred – para agredir a “elite branca” e politizar a Copa do “nós” contra “eles” em comícios ufanistas.* (ÉPOCA, 11/07/2014, grifo nosso)

Observamos nas sequências discursivas acima um alinhamento parafrástico em torno do que aparece evidenciado na SD4, ou seja, Dilma como a porta-voz de Lula. O sujeito-enunciador é o mesmo nas quatro primeiras SD desse bloco que, inclusive, foram retiradas de uma matéria que teve por título “Apenas a porta-voz”, como visto na SD4. A forma como essa discursivização se deu no Facebook aponta para o que a revista buscou evidenciar como mais importante e, conseqüentemente, capaz de representar a candidata Dilma Rousseff. Para entendermos melhor os elementos que compuseram essa postagem, observe a imagem a seguir.

The image shows a Facebook post from the page 'Época'. The post is dated July 14, 2014, and is titled 'Apenas a porta-voz' with a link to a full article. The main content of the post is a quote by Eugênio Bucci: 'O que Lula pensa de sua sucessora é justamente aquilo que ele mais gostaria de esconder', accompanied by a portrait of the author. The post has received 390 likes and 146 shares. The left sidebar contains navigation options such as 'NOTAS' and 'CURTIDAS DESTA PÁGINA'. The right sidebar shows a 'Recentes' calendar with years from 1998 to 2016.

Figura 4 – Fonte: <https://www.facebook.com/epoca/?fref=ts>

Apesar de nos propormos a analisar os processos discursivos a partir da materialidade linguística, é importante frisar que a disposição dos dizeres pode nos dar alguns indícios a respeito de quais foram os enunciados para os quais a revista achou interessante dar destaque, para pensarmos também quais escolhas linguísticas acabam por representar simbolicamente o objeto do qual a matéria veiculada diz respeito. Notamos o título da matéria no início da postagem, seguido do *link* que direciona o leitor à íntegra do texto e, logo em seguida, o nome do autor e a definição do gênero, no caso, uma coluna. Logo abaixo, uma imagem anexada à postagem traz a foto do autor e um trecho extraído da matéria. O uso dos termos “sua sucessora” para se referir à Dilma em relação a Lula evidencia o que antes não estava posto na publicação: a porta-voz a quem o autor se refere é a própria Dilma. Essa junção de breves dizeres apresenta o que será colocado na matéria do site de forma mais explícita, como podemos conferir nas sequências 5, 6 e 7. Esse é um recurso amplamente utilizado nas redes sociais, principalmente pela intensidade do consumo de informação após o advento da internet (cf. 1.3). Isso exigiu dos veículos informativos um trabalho de síntese muito eficaz, pois a demanda de informação disponível no *Facebook* é enorme e quanto mais objetiva for a postagem, maiores são as chances dela ser lida na íntegra pelos usuários da rede.

Ainda sobre as quatro primeiras SD desse agrupamento, podemos observar o trabalho de interpretação que é feito a partir de uma fala do Lula sobre sua sucessora, Dilma Rousseff.

O sujeito-enunciador apropria-se desse dizer para, então, utilizar-se de estratégias que visam (re)significar efeitos de sentido anteriormente colocados. É importante frisar que os ‘novos’ efeitos não estão sob o controle do sujeito que os enuncia, mas só são reconhecidos porque encontraram sustentação em discursos outros, no emaranhado de dizeres presentes em nossa conjuntura política e social. Em SD5 o sujeito utiliza-se da afirmativa feita por Lula de que ‘mexer’ com Dilma implicaria ‘mexer’ com ele também para, na sequência, adjetiva-la da forma que o convém, “pequena demais” e “incapaz de se defender sozinha”, negando a possibilidade de Dilma ser “grandiosa”. Isso só é possível pelo fato de tanto a língua quanto o sujeito terem por característica constitutiva a incompletude, o atravessamento. É essa possibilidade que permite o deslizamento de sentidos, permite que a postura de Lula, materializada nos dizeres em defesa de Dilma, seja interpretada como um sinal de fraqueza desta segunda e, conseqüentemente, representada como uma figura incapaz de se defender.

A apropriação da fala de Lula ainda pode ser vista nas SD 6 e 7, quando o autor, de maneira didática, explica o que as palavras de Lula ‘verdadeiramente’ queriam dizer. Ao tomar o advérbio ‘apenas’ como peça fundamental para as conclusões por ele tomadas, o sujeito traz as palavras de Lula para outro ambiente discursivo, possibilitando, assim, a deriva de sentidos. Na condição de deslize, a expressão “Dilma é apenas a nossa porta-voz” é (re)significada pelas condições de produção e pelo lugar do qual o sujeito-enunciador fala, condições que diferem do momento em que a mesma expressão é enunciada por Lula²⁶. Dito isso, podemos ainda atentar para o efeito de evidência criado pelos meios midiáticos, até mesmo nos momentos em que a interpretação é exposta na própria materialidade. O sujeito apresenta ‘sua’ interpretação para o pronunciamento de Lula de forma a coloca-la como única possível, desconsiderando todas as outras possibilidades. Isso nos faz pensar na noção pecheuxtiana de evidência do sentido (cf. 2.1) e de como o sujeito considera o emprego da palavra ‘apenas’ unicamente da forma como ele expressa em SD7. Além de ‘apenas’, há também um trabalho sobre o termo ‘nosso’, o sujeito enunciador indica que o pronome faz referência a Lula, como se o ‘nossa’ não pudesse se referir a todos os que estão ouvindo o pronunciamento, aos que fazem parte do governo, aos que votam nela.

²⁶ Consideramos nessa afirmação Lula enquanto sujeito discursivo, não o indivíduo empírico.

O fato de o sujeito desconsiderar todas as outras possibilidades interpretativas da expressão presente em SD4 denuncia o funcionamento ideológico que o leva a uma interpretação ‘verdadeira’, aquela que para ele é evidente, a interpretação que julga a função de ‘porta-voz’ como um cargo ocupado por alguém que “na melhor das hipóteses” guarda o lugar de outra pessoa, no caso da SD em análise, o mandato de Lula.

A imagem de Dilma enquanto dependente de Lula não pertenceu apenas ao período eleitoral de 2014, esse traço representativo acompanha a figura de Dilma desde as eleições de 2010, o que não foi negado nem pela campanha eleitoral da candidata. Um dos depoimentos mais expressivos do programa eleitoral de Dilma traz um exemplo dessa relação entre Dilma e Lula. O cantor Chico Buarque de Holanda aparece em um vídeo durante o horário eleitoral de Dilma e justifica seu voto na candidata do PT, segundo ele “Em 2010, eu votei na Dilma muito por causa do Lula. Este ano, voto na Dilma por causa da Dilma”. Seria uma espécie de resposta ao trabalho da cobertura midiática que insistiu em desqualificar o potencial político da candidata em detrimento de uma relação de submissão ao seu antecessor no cargo da presidência do Brasil. Reiterar que nas eleições de 2014 votou na Dilma por causa da Dilma é uma espécie de resistência à representação da candidata como uma figura politicamente inexpressiva, como alguém que antes de se tornar presidente do Brasil desenvolvia funções que em pouco tinham a ver com habilidades articulatórias e de comunicação entre as esferas políticas e sociais. Atrelado a essa característica está o empenho da mídia em unir à Dilma o caráter antipático, como analisado na subseção anterior, num trabalho de constituição simbólica incessante.

A SD8 foi retirada de uma matéria intitulada “Que falta faz um bom líder” e, em consonância com o que vimos nas SD anteriores, une-se aos discursos que permeiam o funcionamento ideológico da revista, ou seja, o de deslegitimar a capacidade política de Dilma Rousseff. Para refletirmos um pouco mais sobre esse funcionamento, observemos as três predicções ligadas à Dilma na SD8:

- (1) *ao se refugiar nas sombras do Itaquerão*
- (2) *esquivou-se de seu papel de anfitriã para escapar às vaiais*
- (3) *pediu o apoio de Lula (...) para agredir a “elite branca” e politizar a Copa do “nós” contra “eles” em comícios ufanistas.*

No cerne dessas recorrências está a necessidade de se construir uma representação da personalidade de Dilma enquanto pessoa incapacitada para assumir o cargo que assume. É,

então, que se faz necessário pensarmos o uso da linguagem em consonância com a conjuntura histórica e política para podermos compreender quais são as motivações que levam um acontecimento histórico – o jogo no Itaquerão e as vaias direcionadas à Dilma – ser interpretado e resultar no acontecimento discursivo presente na SD8. Voltamos, então, ao conceito de AIE, mais precisamente ao AIE da informação, que nos faz pensar a revista *Época* enquanto parte de um todo que serve de suporte para a materialização da ideologia que domina a sociedade na qual estamos inseridos. Desconsiderar outras motivações que poderiam ter levado Dilma a não se expor durante o jogo (e às vaias) expõem o trabalho ideológico que garante a unidade/homogeneidade discursiva das matérias da revista. E como vimos, esse processo de unificação ideológica não é repressivo, é antes o resultado das lutas de classe que acontece no interior desses aparelhos.

Com isso, chegamos ao conceito de formação discursiva para podermos pensar essas regionalizações ideológicas que possibilitam a diversidade interpretativa, como também a sua regulação. Considerar a relação de Lula e Dilma como algo depreciativo em toda a sua complexidade é resultado dos efeitos de sentido que são construídos no interior dessas formações. Todos esses processos discursivos se desenvolvem através dos recursos fornecidos pela base linguística, estando esses processos, por sua vez, inscritos na luta ideológica de classes marcada pelo caráter contraditório presente no AIE ao qual *Época* está vinculada.

Como fizemos na subseção anterior, julgamos pertinente apresentar um quadro que resuma as estratégias discursivas e os recursos linguísticos observados nesse segundo bloco de SD que compõem esta subseção, como pode ser observado a seguir.

Quadro 4: estratégias discursivas e recursos linguísticos do agrupamento 2

Recorte da SD	Estratégias Discursivas	Recursos Linguísticos
“Apenas a porta voz”.	Recorte da fala de uma figura próxima ao objeto-Dilma (Lula) com a finalidade de interpretar esses dizeres a partir de outro lugar discursivo.	Uso do advérbio ‘apenas’ para recusar outras possíveis adjetivações; Uso de adjetivo; Uso de aspas para marcar que a formulação é de outro enunciador.
... não porque Dilma seja grandiosa, mas por ser, talvez,	Explicação de uma afirmativa de uma posta	Uso advérbio de negação; Uso de conjunção

<p>pequena demais, incapaz de se defender sozinha.</p>	<p>anteriormente, com intuito de desconsiderar possibilidades semânticas outras (grandiosa) em detrimento de efeitos pejorativos ao objeto do qual se fala.</p>	<p>adversativa para inserção de ideias contrárias;</p> <p>Uso do advérbio de dúvida ‘talvez’ para suavizar as atribuições que se seguem;</p> <p>Uso de adjetivos.</p>
<p>Dilma não é nada além de uma “porta-voz”. (...) bastante procuradora, de lealdade inabalável, aquela que ficou tomando conta de seu mandato.</p>	<p>O sujeito traz as palavras ditas por outrem (Lula) para seu ambiente discursivo, possibilitando, assim, a deriva de sentidos.</p>	<p>Uso de predicção;</p> <p>Uso de adjetivos.</p>
<p>ao se refugiar nas sombras do Itaquerão como se fosse clandestina, ao lado do presidente da Fifa, Joseph Blablatter, esquivou-se de seu papel de anfitriã para escapar às vaias, foi xingada. Depois pediu o apoio de Lula – mais invisível que Fred – para agredir a “elite branca” e politizar a Copa do “nós” contra “eles” em comícios ufanistas.</p>	<p>Atribuição de ações de cunho desmerecedor ao objeto, baseando-se em um episódio específico.</p>	<p>Uso de predicções;</p>

Fonte: criado pelo autor.

Além do uso de adjetivos e predicções, observamos nessa segunda subseção um número significativo de advérbios, circunstanciando os dizeres. Por estarem ligados diretamente ao verbo e, em alguns casos a adjetivos, os advérbios auxiliam, também, nas construções representativas do objeto a que se refere. Percebemos que a revista *Época*, mesmo colocando-se no lugar de “inovadora” e adepta de um jornalismo mais objetivo e informativo, acabou por vincular-se às formações ideológicas que compunham o cenário midiático brasileiro desde sua origem.

Há de se perceber que as características exaustivamente mencionadas nas matérias da Revista *Época* a respeito da figura de Dilma Rousseff produzem efeitos de sentido capazes de auxiliar na manutenção de uma imagem que não se encaixa no cargo de presidência. O efeito depreciativo resultante das práticas discursivas recorrentes nas matérias da revista, parece-nos desenvolver um papel vigilante, ou seja, de controle do que é “bem-vindo” nas matérias veiculadas pela revista em suas versões digitais. Pensando nas recorrências com as quais nos deparamos até aqui, e levando em consideração o caráter heterogêneo de toda FD, consideramos válido pensar em uma FD responsável pelos direcionamentos semânticos das matérias de *Época* que analisamos, seria a “FD da rejeição à candidata Dilma Rousseff”. Nela, percebemos o trabalho ideológico materializado nos discursos e o quanto as escolhas de referência à Dilma auxiliam na manutenção da representação de alguém inapta ao cargo de presidente de um país. Passemos às análises do material coletado na revista *Caros Amigos* em suas versões digitais.

5.3 A REPRESENTAÇÃO DA CANDIDATA DILMA ROUSSEFF PELA REVISTA *CAROS AMIGOS*;

Assim como foi feito na seção anterior, utilizaremos este momento inicial para compreender de quais lugares socialmente construídos os jornalistas da revista *Caros Amigos* falam e, principalmente, a quais instituições e organizações estão vinculados. Para tanto, buscaremos informações que nos permitam conhecer um pouco mais da história e composição da revista.

Lançada em abril de 1997, a revista *Caros Amigos* nasceu da reunião de um grupo de pessoas que desejavam fundar um veículo de comunicação progressista, voltado a um trabalho mais questionador, como podemos conferir na seguinte passagem,

Sob a liderança de Sérgio de Souza, eles discutiam como criar um veículo que se contrapusesse ao jornalismo predominante. Buscavam um conteúdo mais questionador, mais crítico e progressista. Queriam a volta do texto de qualidade e o cultivo dos aspectos artísticos da forma gráfica da revista, numa época em que a mídia grande promovia o modelo da revista alemã *Focus* e do jornal americano *USA Today*, com seus textos curtos e suas ilustrações cheias de cores e vazias de ideias. (Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/fale-conosco/historia>. Acesso em 14/01/2016).

A descrição acima foi retirada do site da revista, na seção destinada a relatar a história do veículo. Dessa descrição, podemos destacar algumas considerações que remetem ao que já mencionamos neste trabalho (cf. seção 1.3) sobre os principais objetivos das mídias tidas como alternativas. Um deles é o desejo de realizar um jornalismo que se contraponha aos grandes veículos, com características questionadoras e que levem à reflexão. Outro aspecto diz respeito à busca por um jornalismo com identidade, desvinculado das grandes empresas internacionais que têm por objetivo principal homogeneizar tanto a parte estrutural, quanto a parte de conteúdo.

Desde a morte de Sérgio de Souza, em março de 2008, Wagner Nabuco assumiu a diretoria geral e uma equipe composta por mais de vinte pessoas. A revista impressa, publicada pela Editora Caros Amigos, tem circulação nacional e é vendida nas bancas ou por assinatura. Apesar disso, um dos maiores problemas que atinge não apenas a Caros Amigos, mas as demais revistas dessa vertente, diz respeito à questão financeira. Mesmo tendo produtos à venda (revista impressa, revista digital, entre outros) há no site da Caros Amigos uma aba bem destacada que recebe o nome “Contribua”. Nela, o navegador pode estipular um valor de contribuição mensal destinado à manutenção da revista, com diferentes formas de pagamento. Para justificar a contribuição pedida, o texto da seção coloca que “os veículos da mídia contra hegemônica – digitais, eletrônicos e impressos – enfrentam uma grave crise financeira, que também nos atinge duramente, em particular pela queda das receitas publicitárias.”²⁷. O texto continua pontuando que, para oferecer pontos de vista diferentes “à grande mídia conservadora” é preciso mobilização por parte das pessoas para ajudar financeiramente o projeto, garantindo a independência do jornalismo realizado.

Outro aspecto sobre a revista que chamou nossa atenção e que a diferencia da revista Época diz respeito à exposição bem marcada de seu posicionamento político, como podemos confirmar no logotipo apresentado no site:



Figura 4 – Fonte: <http://www.carosamigos.com.br/index.php>

²⁷ Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/contribua>. Acesso: 20/01/2016).

Abaixo do nome ‘Caros Amigos’, encontramos a expressão ‘*A primeira à esquerda*’, que serve como *slogan* da revista. Ao mencionar o termo *esquerda*, a revista posiciona-se politicamente, contrariando o discurso de outros veículos de comunicação que se colocam como neutros, ou livres de qualquer ideologia política. Distante de ser apenas um termo simplista que visa rotular uma espécie homogênea de prática política, o termo esquerda, assim como seu par dicotômico direita, merece nossa atenção especial. Muito por que, além de servir como parte do *slogan* da Revista, em alguns outros momentos do *corpus* o termo esquerda também foi evocado. O emprego dessas palavras no cenário político ganhou repercussão no período pós-Revolução Francesa, quando eram usadas para designar os conservadores e os revolucionários da conjuntura política da época. Essas terminologias foram adotadas na França motivadas pela maneira como os membros da Assembleia Nacional se dividiam: à direita do rei se sentavam os delegados conservadores e à esquerda ficavam os delegados simpatizantes do igualitarismo e da reforma social.

Para Marianni (1996, p.16) “As palavras ‘direita’ e ‘esquerda’ caracterizavam, e ainda caracterizam, distintas concepções sociais e econômicas, resultantes de modelos políticos diferentes.”. Mas é interessante ressaltar que, apesar das afirmações de alguns teóricos sobre a insuficiência dos termos para abarcar os múltiplos contrastes de uma sociedade cada vez mais pluralizada, a dicotomia esquerda-direita ainda persiste no meio social. Foi o que defendeu o autor Norberto Bobbio em seu livro “Direita e Esquerda” (1905). Nele, o autor contesta o pensamento de que o fim do uso dos termos estaria ligado à chamada crise das ideologias, em primeiro lugar porque as ideologias não deixaram de existir, muito pelo contrário, e em segundo lugar porque essas noções não indicam apenas ideologias. Para o autor

“Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer. (BOBBIO, 1995, p.33).

Sem entrar em detalhes sobre a concepção do autor a respeito de ideologia ligada ao campo das ideias²⁸, pensamos que a defesa de Bobbio, ainda em 1905, continua pertinente também para a sociedade pós-moderna. Os contrastes para os quais ele chama a atenção

²⁸ Entendemos a ideologia enquanto práticas sociais em comunhão com as contribuições do materialismo histórico em AD (cf. cap.II).

podem ser aproximados à concepção marxista que entende a luta de classes como o motor da história, aquela que faz a história se mover. Esses contrastes são determinantes para o funcionamento da polarização que vimos no desenvolver da história política brasileira (cf. seção 1.2).

Dando prosseguimento, observamos a estrutura das postagens feitas pela página da revista no *Facebook* e organizamos as informações no quadro que segue:

Quadro 5: Estrutura das postagens realizadas pelo *Facebook* da Revista Caros Amigos

Postagens simples	Postagens com compartilhamento de links	TOTAL DE POSTAGENS
25	182	207

Fonte: Criado pelo autor.

Com um percentual de aproximadamente 89%, as postagens com *links* também são recorrentes na página da Caros Amigos no *Facebook*. Devido a essa estrutura, o leitor é conduzido ao site da revista, onde encontrará mais conteúdo e outras ferramentas que permitem mobilidade e dinamicidade no contato com o periódico. Esses recursos acabam por formar uma complexa teia de leitura, em que o usuário pode navegar por diferentes caminhos, criando uma sensação de liberdade no acesso das notícias da revista. De fato, as postagens linkadas fornecem dinamismo ao acesso de informações, mas é importante lembrar que muitas das matérias são disponibilizadas apenas para assinantes, ou seja, o abastecimento de informações para usuários do *Facebook* em muitos momentos é desenvolvido com o objetivo de leva-los a serem assinantes.

No quesito estrutura das postagens, as duas revistas agem de maneira semelhante, o mesmo não acontece quando voltamos o nosso olhar ao conteúdo por elas divulgado. Observemos no quadro a seguir:

Quadro 6: Abordagem temática das postagens realizadas pelo *Facebook* da Revista Caros Amigos

POLÍTICA NACIONAL		DEMAIS ASSUNTOS			TOTAL DE POSTAGENS	
Campanha presidencial		Não-presidencial	Política internacional	Arte e cultura	Anúncio da Revista	
Dilma Rousseff mencionada	Demais candidatos	Política estadual e municipal				
11	17	60	72	19	25	207

Fonte: Criado pelo autor

Ao contrário da Revista *Época*, a Revista Caros Amigos aborda o tema política em quase todas as postagens, tanto fazendo referência ao desenvolver político no Brasil, quanto aos fatos que acontecem em outros países. Junto a essas escolhas temáticas estão, também as informações ligadas à arte e cultura e aos anúncios que tem a própria revista como objeto. A ampla abordagem sobre política e a busca por se contrapor aos veículos da “grande mídia” resultaram em postagens mais diversificadas, numa espécie de diálogo que se aproxima, mas que também se afasta, ideologicamente falando.

Diferentemente da seção anterior, as SD retiradas das postagens e matérias do site da Caros Amigos não puderam ser agrupadas em subseções devido à quantidade pequena de referências feitas ao objeto de nossa análise: Dilma Rousseff. Sendo assim, analisaremos todos os recortes nesta seção, buscando indícios de como Dilma é discursivamente representada pelo veículo em questão.

SD9: Dilma é companheira de Lula e militou em organizações políticas contra a Ditadura Militar; (CAROS AMIGOS, 14/09/2014, grifo nosso).

Designada como ‘companheira’, a imagem de Dilma vinculada à de Lula é colocada como uma parceria, vemos que a relação entre os dois é discursivizada de forma não pejorativa, ao contrário do que vimos posto nas matérias veiculadas pela revista *Época*. O resgate da militância de Dilma contra a Ditadura Militar é feito de tal forma que a coloca no lugar de heroína, de alguém que lutou a favor do país e contra um regime totalitário permeado pela censura. Já aqui, podemos verificar o distanciamento discursivo entre o resgate do período de militância de Dilma feito pela revista Caros Amigos e o que por muitas vezes é feito por outros meios de comunicação. Há diferentes formas de se resgatar um mesmo

acontecimento, e esses resgates são feitos através do fio discursivo que tem por base significativa o que se encontra no interdiscurso.

Em resposta as representações pejorativas que eram construídas em torno do período de Dilma enquanto militante, a campanha de 2014 da candidata trouxe a imagem feita pelo ilustrador Saturnino Rodrigues a partir de uma foto retirada dos arquivos do DOPS²⁹, o intuito era ressignificar esse período da vida da candidata, reforçando os discursos favoráveis a figura de Dilma enquanto militante. A campanha “Dilma coração valente” só obteve grande adesão porque foi amparada em efeitos de sentido que já faziam parte dos grupos favoráveis/simpatizantes à Dilma militante. Em outra possibilidade de interpretação que não a de Dilma enquanto militante, a ação política desempenhada pela candidata nos tempos da ditadura foi associada ao terrorismo. Em breve menção ao termo “Dilma Rousseff terrorista” na ferramenta de buscas da internet, o Google, aparecem 583.000 resultados, entre estes, reportagens da revista *Veja*, do site G1 da rede Globo, do jornal Folha Nobre, entre outros endereços de relevância, ou não, no cenário midiático brasileiro. Na maioria dessas reportagens, Dilma é discursivizada como terrorista, guerrilheira e assaltante, num trabalho que resgata tanto matérias anteriores da própria grande mídia, como falas de alguns personagens ligados diretamente a esse período. É o caso de uma matéria publicada pelo site G1 da rede Globo, no dia 10/05/2013, que trata do depoimento do coronel reformado Ustra à Comissão da Verdade. A matéria, que traz o título ‘*Ustra diz que Dilma integrou grupo terrorista para implantar comunismo*’³⁰, desenvolve-se unindo a fala do antigo chefe do DOI-Codi aos sentidos e resgates de Dilma enquanto terrorista. Sem pretender analisar a matéria, observamos, aqui, como o discurso jornalístico, por muitas vezes, apropria-se da fala de outrem para desenvolver conexões que levem ao objetivo interpretativo almejado, como foi o caso dessa matéria.

Outra característica que aparece colocada de maneira favorável à candidata do PT diz respeito à sua maneira firme de ser:

SD10: *Todos já perceberam que a inconsistência de Marina bate de frente com a energia rochosa de uma Dilma;* (CAROS AMIGOS, 23/10/014, grifo nosso).

²⁹ Departamento de Ordem Política e Social, órgão do governo brasileiro criado para controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder. Atuou durante o Estado Novo e na Ditadura Militar de 1964.

³⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/ustra-diz-que-dilma-integrou-grupo-terrorista-para-implantar-comunismo.html>. Acesso: 20/02/2016.

O processo de midiaticização das figuras políticas passa por diversas etapas até chegar aos textos veiculados para os leitores. Escolha de temas, posicionamentos acerca desses temas, silenciamentos, enfim, o processo discursivo desenvolve-se de certa forma que, apesar de tratar-se de um mesmo objeto, podemos interpretá-lo de diferentes maneiras, como é o caso do temperamento de Dilma evidenciado em SD10. Diferentemente das discursivizações de *Época* que a colocaram como impopular e antipática, *Caros Amigos* enaltece a postura firme de Dilma, contrastando-a com a ‘inconsistência’ de outra candidata à presidência: Marina Silva. Se para *Época* ela era antipática, furiosa, durona, pejorativamente, isso aqui se transforma em força, em energia, energia rochosa, companheirismo. Observamos, então, um deslocamento que é resultado das filiações ideológicas as quais os dois periódicos estão submetidos, cada um em determinadas regionalizações da instância ideológica que constitui os discursos.

Dessa forma, podemos pensar em como os sujeitos têm se movimentado por essas diferentes FDs, submetendo-se, também, às instituições das quais falam. A escolha linguística dos adjetivos usados nos mostra que a “âncora de sentidos”³¹, ou seja, a ideologia resultante dos processos históricos e do trabalho dos sujeitos imersos na luta de classes, proporciona às palavras escolhidas os sentidos historicamente determinados. Isso acontece devido ao fato de não existir um sentido universal, como já tratamos no capítulo anterior, haja vista que o sentido de uma palavra não existe em si mesmo. Sendo assim, “energia rochosa” e o verbo “militou” que poderiam ganhar sentidos desfavoráveis em outras situações discursivas, acabam por colaborar para uma representação positiva da candidata Dilma. Ancoradas na FD que ‘rege’ os discursos da revista, essas expressões causam efeitos de sentidos que também são sustentados pelas posições dos sujeitos que as empregam.

No decorrer da leitura feita no *corpus*, percebemos que as postagens e matérias da revista *Caros Amigos* apresentaram mais menções ao partido e a figura política de Dilma, com menções ao cargo que exerce, do que a própria candidata enquanto características pessoais. Um exemplo disso são as SD que separamos a seguir.

SD11: Acredito que, convencido de que a sociedade brasileira não suportava mais que um “reformismo fraco”, o PT abandonou a perspectiva de superação política e econômica do modelo das elites em favor de uma adaptação às “regras do jogo”, um aggiornamento, no dizer do Lincoln Secco; (CAROS AMIGOS, 23/09/2014, grifo nosso).

³¹ Termo utilizado por De Nardi (2005, p.160) e trazido por nós neste trabalho (cf. seção 2.1).

SD12: *A moda agora é afirmar que o motor da história não é mais a luta de classes, e sim a democracia, concepção esta que **aglutina os petistas e os tucanos**. (...) Essa cópula foi por mim batizada de petucanismo; (CAROS AMIGOS, 14/10/2014, grifo nosso).*

SD13: ***Ambos diversos, mas não adversos, colocaram debaixo do tapete suas supostas divergências**. Isso ganhou o nome antipático de governabilidade; (CAROS AMIGOS, 14/10/2014, grifo nosso).*

Em SD11 o sujeito se refere ao governo do PT, não como um partido de esquerda, mas como uma vertente política que se adaptou “às regras do jogo” para se manter no poder. A mesma linha de raciocínio é observada nas duas SD seguintes. Em SD12 e SD13 notamos a aproximação feita pelo sujeito do discurso entre “petistas e tucanos” o que de certa forma afronta a dicotomia clássica: direita e esquerda. Para os sujeitos, tanto o da SD11 quanto o da SD12 e SD13, o governo petista não pode ser considerado um governo de esquerda, a julgar pela perspectiva política e econômica resultante da preocupação em se manter a mencionada “governabilidade”. Temos nessas considerações feitas pelos autores indícios de resistência às práticas comumente realizadas pelos veículos da grande mídia, e o importante é perceber que tanto estas quanto aquelas são constituídas por discursividades. Enquanto Dilma é individualizada na revista *Época*, alvo de críticas a características temperamentais e em sua relação com Lula, a revista *Caros Amigos* propõe um debate acerca da forma com que o governo vem desenvolvendo suas práticas políticas e como estas têm divergido dos preceitos de um partido, *à priori*, de esquerda.

Essas SD trazem como objeto do qual se fala tanto o PT, partido do qual Dilma é filiada, quanto seus oponentes diretos: os tucanos. Notamos a preocupação da revista em contrapor-se às mídias de massa, mais do que tentar substituí-las, basta ver as escolhas temáticas e a maneira como estas são desenvolvidas. Questionar a prática do Governo Dilma enquanto pertencente, ou não, ao grupo de esquerda, mobilizou dizeres que questionam algumas considerações amplamente divulgadas pelos meios de comunicação tradicionais, como podemos ver, por exemplo, nestes recortes retirados da revista *Época* e metodologicamente trazidos neste momento das análises.

SD14: *A presidente **petista** Dilma Rousseff anuncia que terá comitê evangélico e **esquece que um dia defendeu o direito das mulheres ao aborto**. (ÉPOCA, 25/07/2014, grifo nosso).*

SD15: *O agravante é que ela (Marina) parece acreditar nisso – diferentemente de seus ex-colegas petistas, que vieram com o decreto presidencial 8.243, dos conselhos populares, como **esperteza chavista**. (ÉPOCA, 26/09/2014, grifo nosso).*

SD16: *Mas será que essas duas mulheres fortes, uma **ex-guerrilheira** e uma ex-empregada doméstica, não se comovem com os dramas de Jandira e Elizângela, mortas em abortos clandestinos.* (ÉPOCA, 30/09/2014, grifo nosso).

SD17: *Agora, defende “a renovação” no futebol. Foi a pior besteira. **Defender a intervenção do Estado** no futebol e afirmar que o Brasil precisa parar de exportar jogadores. Se alguém tem medo de um Estado mais interventor nos próximos quatro anos, **essa declaração só fez temer a onipotência.*** (ÉPOCA, 11/07/2014, grifo nosso).

Dentre o que foi resgatado pela revista *Época* sobre o passado de militância de Dilma, vemos em SD14 e SD16 referências explícitas à candidata petista através da predicação “defendeu o direito das mulheres ao aborto” e do adjetivo “ex-guerrilheira”. Esses dizeres apontam sentidos que ao longo do fazer jornalístico acabaram sendo disciplinados e colocados como verdades únicas a respeito dos grupos de esquerda. Temas polêmicos à sociedade ganham espaço nos textos jornalísticos das mídias dominantes no intuito de pejorar o todo complexo que diz respeito às políticas de esquerda. Essas evidenciações podem ser vistas na SD15 e SD17 onde o objeto deixa de ser Dilma e passa a ser o governo petista. A “esperteza chavista” e a defesa de um “Estado mais interventor” são mais dois exemplos de resgates feitos com o intuito de evocar no fio discursivo os sentidos presentes no interdiscurso. “Chavista” vem de chavismo, que foi o nome dado à ideologia de esquerda ligada ao ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez, apontado por muitos como forte influenciador da política desenvolvida pelo PT. Sobre o “Estado interventor”, vemos na fala do sujeito uma discordância manifesta a esse tipo de prática do Estado, pois, se pensarmos na proposta da direita, claro exaltando suas diversas manifestações, um dos pontos fortes diz respeito ao Estado liberal, aquele que aceita a hierarquia social, entendendo-a como inevitável, natural e normal.

Retornando à revista *Caros Amigos*, ressaltamos a diferença de sua abordagem política se compararmos ao outro veículo de nosso interesse: a revista *Época*. Observamos a preocupação em trazer opiniões distintas, ou seja, acompanhamos alguns debates de opiniões contrárias dentro do próprio espaço de esquerda. Essa característica diverge da unidade ideológica que acompanhamos na revista *Época*, claro, salvo algumas exceções. Foi por isso que sinalizamos para uma FD que estaria de certa forma ‘organizando’ essas discussões acerca da política brasileira, precisamente aos movimentos que se dizem de esquerda, foi então que a designamos como “FD da política de esquerda no Brasil”, por perceber o interesse central das matérias em expor e representar Dilma enquanto figura política, representante de uma proposta política dita de esquerda, mas passível de inúmeras ressalvas. Isso fortalece o

que vimos sobre mídias alternativas e a busca por pluralidades representativas, o interesse do veículo não está apenas na defesa de um único candidato em detrimento da rejeição de outros. O que pudemos descobrir ao longo da análise foi um espaço de ensaio para reflexões mais ligadas à política e menos preocupadas com os personagens tipicamente colocados em destaque, no caso do nosso trabalho, os candidatos à presidência do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver um estudo acerca das representações discursivas veiculadas pelo discurso jornalístico no ciberespaço foi um grande desafio. Maior ainda foi a responsabilidade de pensar esse discurso através de duas vertentes: a mídia tradicional e a mídia alternativa. Percebemos no decorrer do percurso que o conceito de Ideologia, assim como desenvolvido por Pêcheux na AD, poderia nos auxiliar no estudo dos processos discursivos dos quais resultam essa teia complexa de sentidos cotidianamente ‘tecida’ através dos veículos de comunicação, especificamente em suas versões digitais.

As revistas *Época* e *Caros Amigos* – nas versões digitais do *Facebook* e dos sites oficiais – nos serviram de apoio para pensar as vertentes tradicional e alternativas na esfera jornalística. Pautados no que foi visto a respeito dessas mídias, pudemos notar que a mídia tradicional, pensada em relação ao político, pôde ser compreendida enquanto um meio suscetível das influências políticas e sociais da conjuntura na qual está inserida. O interesse das classes dominantes no controle dos meios de comunicação foi se tornando mais compreensível à medida que avançamos na perspectiva althusseriana de instituições, organizações e práticas organizadas em um complexo sistema designado de AIE, no caso da mídia, os AIE da informação. A revista *Época*, enquanto parte de um todo, serviu-nos de base para compreender como a mídia tradicional tem agido na sociedade de hoje. A unidade das instituições que compõem esse todo pode ser explicada pela realização da ideologia em seu interior, os veículos de comunicação, ao contrário da neutralidade que pregam, servem de suporte para a ideologia, materializando-a através das práticas discursivas. Foi o que vimos na constância de discursos depreciativos em torna da figura de Dilma Rousseff.

Tomando as duas proposições althusserianas³² retomadas por Pêcheux e já citadas neste trabalho, observamos nas análises que, apesar de tomar para si esse discurso de veículo puramente informativo, a revista *Época* em suas variantes digitais não foge às amarras ideológicas, desenvolvendo suas práticas discursivas amparadas em escolhas linguísticas e temáticas voltadas ao descrédito da figura de Dilma Rousseff. A partir do momento em que os indivíduos interpelados em sujeitos através da ideologia se inserem no jogo discursivo, as escolhas que aparentam ser individuais e livres, são na realidade frutos de um trabalho permanente do simbólico, do político e da historicidade, tendo na ideologia o elemento

³² 1) Só há prática através de e sob *uma* ideologia; 2) Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos. (cf. seção 2.1).

fundamental. Foram diferentes jornalistas produzindo diferentes textos e, mesmo assim, as recorrências persistiram.

Observado isso, foi possível reconhecer nas recorrências encontradas indícios da atuação de uma FD denominada por nós como “FD da rejeição à candidata Dilma Rousseff”. Nos efeitos de sentido legitimados nessa FD, a figura de Dilma é evocada no intuito de enaltecer suas incapacidades frente ao cargo de presidência do Brasil, como também nas características pessoais. “O que pode e deve ser dito” nas matérias dessa revista compactuam com a formação ideológica que a rege, num processo homogeneizador que, assim como os demais espaços discursivos, são passíveis de dizeres outros. Entretanto, as referências à Dilma realizadas pela revista só ganham sustentação porque encontram na complexa rede de discursos que compõem o “todo complexo com dominante” sua base significativa. O “discurso sobre” praticado pelos meios jornalísticos acaba por institucionalizar os sentidos em torno de Dilma, num trabalho de evidências e silenciamentos. Essa prática acaba por oferecer aos leitores ferramentas para a construção de uma imagem da candidata baseada apenas nas escolhas feitas pela revista, isso faz com que a memória na qual os sentidos de hoje se baseiam seja moldada por esse processo de cristalização de sentidos em detrimento do silenciamento de outros.

Sobre as mídias alternativas, pudemos perceber um trabalho que se ancora na busca por traçar caminhos diferentes de abordagem da informação, se levarmos em consideração o trabalho desenvolvido pela grande mídia. Notamos que, diferentemente da revista *Época*, a representante da mídia alternativa em nossa pesquisa – a revista *Caros Amigos* – trouxe nas informações veiculadas pouquíssimas referências à candidata Dilma Rousseff de maneira isolada. Observou-se, pelo contrário, um interesse maior na tendência política da qual ela é representante, ou seja, em muitos momentos na leitura do *corpus* encontramos referências ao PT, aos demais partidos de esquerda e ao sistema político como um todo. Isso reforça o que foi dito neste trabalho a respeito dos ataques às lideranças de governos que tendem a apoiar questões que afrontam as empresas diretamente ligadas ao setor de comunicação, como também, às classes de maior influência na sociedade. Isso foi comprovado no momento da análise voltado à revista *Época*, nela, os momentos em que Dilma aparece como objeto ao qual se faz referência, a maioria dos sentidos recai sobre a candidata enquanto indivíduo e, dificilmente se viu menção à forma de governo que ela representa.

O mesmo não acontece com a revista *Caros Amigos*, percebemos em alguns momentos a preocupação em ouvir mais opiniões, abrir o espaço para ensaios reflexivos sobre o sistema político brasileiro, assim como à diversidade que emerge desse todo. Os sentidos

mobilizados pelas escolhas linguísticas apontam para lugares outros, divergentes dos sentidos comumente mobilizados pela grande mídia. Isso fez com que algumas expressões aparentemente aproximadas ganhassem sentidos divergentes, como foi o caso de “dura” (revista *Época*) e “rochosa” (revista *Caros Amigos*) que por pertencerem a FDs distintas acabaram por servirem de ofensa e elogio, respectivamente. Foi então que compreendemos que a FD predominante nos discursos veiculados pela revista *Época* difere da FD responsável por atribuir os sentidos apropriados às matérias veiculadas pela *Caros Amigos*. Foi então que nomeamos tal FD como “FD da política de esquerda no Brasil” devido ao empenho em esmiuçar, através das matérias veiculadas pela revista, as características que fazem parte do complexo conjunto da política de esquerda no Brasil.

Pensado assim, nosso trabalho ainda dedicou atenção às influências do meio digital ao processo discursivo desenvolvido através das mídias. Percebemos que o dinamismo do ciberespaço, assim como a aproximação de veículos distintos proporcionada pelas redes sociais, não afetou o cerne do funcionamento discursivo pensado pela AD, ou seja, o ambiente digital carrega as características da sociedade a qual está vinculado. A práxis social ecoa fortemente através das ferramentas proporcionadas pela internet, sendo assim, pudemos desenvolver nossa análise levando em consideração os fatores históricos, ideológicos e simbólicos essenciais para propor discussões acerca da constituição dos sentidos.

Vimos ainda, através de nossa pesquisa, o quanto a ideologia afeta as relações sociais num trabalho exaustivo calcado na luta de classes. Percebemos ainda que, apesar de toda diversidade e complexidade que compõem as estruturas sociais, muito ainda falta para que essa pluralidade seja representada nos meios de comunicação, pois como vimos, estes, enquanto AIE, desenvolvem um papel homogeneizador, priorizando alguns em detrimento de muitos. E como Pêcheux (1990, p.12) teorizou, “o próprio da luta ideológica sob a dominação burguesa consiste em desenvolver-se em um mundo que não acaba nunca de se dividir em dois”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *Imprensa Alternativa: alcance e limites*. Revista Tempo e Presença, nº. 233, agosto de 1988. Boletim Periscópio Internacional.

ABREU, Alzira A. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

AURÉLIO, R. P. *Oferecendo uma imagem de si: A (des)construção do ethos discursivo da candidata Dilma Rousseff*. Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – ano I, n. 02, 2012 PROEXC/UFVJM. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/site/revistamultidisciplinar/files/2011/09/oferecendo-uma-imagem-de-si-a-des-construção-do-ethos-discursivo-dacandidata-dilma-rousseff_renato.pdf>. Acesso em: 12-03-2015.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Sobre a Reprodução*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político*. In: Revista Opinião Pública. Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.

BARONAS, R. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In.: SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA, P. M. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade*. São Carlos; Claraluz, 2004.

BAKHTIN, M.;VOLOCHINOV, V.N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1995.

BOMBIG A.; ROCHA L. Os problemas na comunicação de Dilma Rousseff. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI137398-18176,00-OS+PROBLEMAS+NA+COMUNICACAO+DE+DILMA+ROUSSEFF.html>. Acesso em 15 nov 2015.

CANDIANI, H. R. Jornalismo soft: A publicidade sem fronteiras. Observatório da Imprensa, n.90, maio 2000. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd20052000.htm>. Acesso em: 24 fev. 2016.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DE NARDI, F. S. Identidade, memória e os modos de subjetivação. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 157-166.

DELA-SILVA, S.C. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. 2008. 225 p. Tese (Doutorado) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2008.

DOWNING, John. *Mídia Radical: Rebelia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2002.

DRESCH, M. Ideologia - um conceito fundante na/da Análise do Discurso - considerações a partir do texto Observações para uma teoria geral das ideologias, de Thomas Herbert. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. 1ed. São Carlos: Clara Luz, 2005, v. 1, p. 91-98.

DRUCKER, Peter. *Administrando em Tempos de Grandes Mudanças*. São Paulo: Pioneira, 1999.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso*. Organon, Porto Alegre, n. 48, p.17-34, 2010.

FONSECA, Carlos Alexandre Martins. *Cartografias do self no facebook*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal. 2010.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valeneise. *A tipologia textual e a construção da referencialidade no discurso jornalístico*. Trabalho apresentado no 16º Congres International des Linguistes, Paris, 1997.

_____. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Revista Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, v. 4. n. 11, 2007a, p. 11-27.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João, 2007b, p. 155-168.

GRIGOLETTO, Marisa. Língua e identidade: representações da língua estrangeira no discurso dos futuros professores de língua inglesa. In: CARMAGNANI, A. M.; GRIGOLETTO, M. (orgs.). *Inglês como língua estrangeira: identidade, práticas e textualidade*. São Paulo: Humanitas, 2001.

GRIGOLETTO, Evandra. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras. Porto Alegre: [s.n.], 2005.

_____. O discurso nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C. R. (Orgs.) *Discursos em rede: Práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço*. Recife: Ed. Universitária – UFPE, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

INNIS, Harold. O viés da comunicação. In:_____. *O viés da comunicação*. Petrópolis-RJ:Vozes, 2011, p. 103-133.

KANT, Immanuel. *Immanuel Kant: textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LIMA Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. 2.ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MAGALHÃES, Belmira. *Opressão e identidade: o duplo da colonização*, Itinerários Revista de literatura, ano 1, n. 21. p. 39-56, jan. 2003.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

_____. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 09-22.

_____. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do Discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, C. e SARGENTINI, V. (Orgs.) *Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto: 2011. p. 39-62.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 1996.

_____. Os Primórdios da Imprensa no Brasil. In: ORLANDI, E. P. *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. Imprensa, produção de sentidos e ética. In: RIBEIRO, A. P. G.; FERREIRA, L. M. A. (Orgs.) *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 199-218.

MAZIÈRE, Francine. A análise do discurso: história e práticas. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli, *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro(1808-1821)*, Rio de Janeiro, Ed. Arquivo Nacional, 2008.

MITTMANN, S. Alguns apontamentos sobre militância digital. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C. R. (Orgs.) *Discursos em rede: Práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço*. Recife: Ed. Universitária – UFPE, 2011.

NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana do. *Entre as fronteiras da terra prometida: os trabalhos da memória e da história na representação dos brasiguaios*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil. 2015.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. – Campinas: São Paulo: Pontes, 2005.

_____. Língua, comunidade e relações sociais no espaço digital. In: Dias, Cristiane (Org.). *E-urbano: sentidos do espaço urbano/digital*. 2011. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/pdf/eurbano1.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

_____. Apagamento do político na ciência: notas à história da análise de discurso-fragmentação, diluição, indistinção de sentidos e revisionismo. In: ORLANDI, E. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

_____. Ler Michel Pêcheux hoje. In: _____ (textos selecionados) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 2 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012b.

PÊCHEUX & FUCHS (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. ed. 3, Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 163 -252.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET & HAK (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. ed. 3, Campinas: Ed. da Unicamp, 1997a, p. 61 - 161.

_____. Análise de discurso: três épocas. In: GADET & HAK (org.). *Por uma análise automática do discurso*. ed. 3, Campinas: Ed. da Unicamp, 1997b, p. 311 - 318.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2 ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2009a.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org.) *Gestos de Leitura*. Campinas: Unicamp, 2010.

_____. [1979] Foi “Propaganda” Mesmo que Você Disse? In: Orlandi, E. (textos selecionados) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 2 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PEIXOTO, Fernanda. *Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil*. In: Política, mídia e meios de comunicação de massa, Fundação Ford/Cebrap, disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/904/859>, 1998.

PERIOTTO, Marcília R. *O Correio Braziliense (1808-1822), o ensino mútuo e o desenvolvimento material do Brasil*. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.45, p. 49-61, mar. de 2012.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. Revista Galáxia. São Paulo. n° 17. P. 131-146. Jun. 2009.

PIERANTI, Octavio P.; MARTINS, Paulo E. M. Nelson Werneck Sodré e “História da Imprensa no Brasil”: uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa. In: *XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – Brasília: 6 a 9 de setembro de 2006*.

PIOVEZANI, Carlos Félix Filho. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na Pós-Modernidade. In: GREGOLIN, M.R.V.(Org.) *A cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

SILVA SOBRINHO, Helson. Redes de sentidos e raciocínios antagonistas: a Internet na interface do discurso. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C. R. (Orgs.) *Discursos em rede: Práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço*. Recife: Ed. Universitária – UFPE, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1999.

TERRA, Carolina F. *Blogs corporativos: modismo ou tendência?* 1 ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2008.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. Língua política: modos de dizer na/da política. In: ZANDWAIS, A.; ROMÃO, L. M. R. (Orgs.) *Leituras do político*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2011, p.65 – 82.